

Seminário Marxismo e Opressões



Apostila 3

Teoria da Revolução Permanente

Janeiro/Fevereiro
de 2018

ÍNDICE

Parte I - Leitura prévia obrigatória

Texto 1: Programa da revolução internacional ou programa para o socialismo em um só país? <i>Leon Trotsky</i>	04
Texto2: O Partido Mundial..... <i>Nahuel Moreno</i>	05
Texto 3: A Revolução Permanente (Introdução)..... <i>Leon Trotsky</i>	07
Texto 4: Que é afinal a Revolução Permanente? (Teses Fundamentais)..... <i>Leon Trotsky</i>	18
Texto 5: A atualidade da teoria da Revolução Permanente e da lei do desenvolvimento desigual e combinado..... <i>Nahuel Moreno</i>	21
Texto 6: A Revolução espanhola e a tarefa dos comunistas.. <i>Leon Trotsky</i>	24
Texto 7: Um documento escandaloso (Fragmentos) <i>Nahuel Moreno</i>	27
Texto 8: Tese XXIX – Atualização do Programa de Transição <i>Nahuel Moreno</i>	41
(Leitura Complementar)	
Texto 9: Cartas sobre a tática <i>V. I. Lenin</i>	43
Texto 10: Cartas entre Trotsky e Preobrajensky.....	50
Texto 11: Crítica às teses da Revolução Permanente de Trotsky..... <i>Nahuel Moreno</i>	57

Texto 12:
Capitalismo e Racismo 67
Alex Callinicos

Texto 13:
Novack

Texto 1: Programa da revolução internacional ou programa para o socialismo em um só país? – Leon Trotsky – (*Stalin, o grande organizador de derrotas – A III Internacional depois de Lenin*. São Paulo: Ed. Sundermann, 1ª ed., Cap. II, 2010, pp. 89-91; 118-119.)

1. Estrutura geral do programa

Em nossa época, a do imperialismo, ou seja, a da economia e da política mundiais sob hegemonia do capital financeiro, nenhum partido comunista pode elaborar seu programa avaliando apenas ou essencialmente as condições e tendências do desenvolvimento de seu próprio país. Isso também se aplica inteiramente para o partido que exerce o poder nos limites da URSS. Em 4 de agosto de 1914, soou o alarme de morte para todos os programas nacionais. O partido revolucionário do proletariado só pode estar baseado num programa internacional que responda às características da época atual, a época de maior desenvolvimento e colapso do capitalismo. Um programa comunista internacional não é a soma dos programas nacionais ou um amálgama de seus acontecimentos comuns. Um programa internacional deve originar-se diretamente da análise das condições e tendências da economia e política mundiais, do sistema como um todo, com conexões e contradições, isto é, com a mútua interdependência antagônica de suas partes. Na época atual, assim como em grande medida no passado, a orientação nacional do proletariado pode e deve partir de uma orientação mundial, e não o contrário. Aqui está a diferença básica e primária entre o internacionalismo comunista e todas as variedades do socialismo nacional.

Baseando-se nessas considerações, escrevemos em janeiro deste ano:

“Devemos começar a trabalhar um projeto de programa da Comintern (o de Bukharin é um péssimo programa de uma seção nacional da Comintern, e não um programa de um partido comunista internacional).” (Pravda, 15/1/1928)

Temos insistido nessas considerações desde 1923-1924, quando a questão dos Estados Unidos da América surgiu plenamente como um problema mundial e, num sentido ainda mais direto, da política europeia.

Ao recomendar o novo projeto, o Pravda escreveu que um programa comunista “difere radicalmente do programa da internacional socialdemocrata não apenas pelo conteúdo de seus postulados centrais, mas também pela característica internacionalista de sua estrutura” (Pravda, 29/5/1928).

Nessa formulação um tanto nebulosa, está, obviamente, expressa a ideia que colocamos acima e que foi insistentemente rejeitada. Só podemos festejar a ruptura com o primeiro projeto de programa formulado por Bukharin, que sequer provocou uma séria troca de opiniões; nem mesmo ofereceu espaço para isso. Enquanto o primeiro projeto ofereceu uma descrição esquemática do desenvolvimento de um país abstrato para o socialismo, o novo projeto tenta – infelizmente, veremos, sem consistência ou sucesso – analisar a economia mundial como um todo como base para determinar os destinos de cada parte.

Vinculando países e continentes em diferentes níveis de desenvolvimento num sistema de mútua dependência e antagonismo, nivelando vários estágios de seus desenvolvimentos e, ao mesmo tempo, misturando imediatamente as diferenças entre eles, e contrapondo impiedosamente um país a outro, a economia mundial virou uma realidade poderosa que domina diversos países e continentes. Só este fato fundamental já dá um caráter profundamente realista à ideia de um par-

tido comunista mundial. Trazendo a economia mundial como um todo como ao mais alto grau de desenvolvimento possível, baseando-se na propriedade privada, o imperialismo, como o projeto coloca bastante corretamente em sua introdução, “*agrava ao extremo a contradição entre crescimento das forças produtivas e da economia mundial e as barreiras das fronteiras nacionais*”.

Sem entrar no mérito dessa proposição, revelada para a humanidade pela primeira vez durante a última guerra imperialista, não daremos nem um simples passo para a solução dos maiores problemas políticos mundiais e da luta revolucionária.

[...]

6. Onde está o “desvio socialdemocrata”?

[...]

Esse modo de formular a questão nos traz de volta ao ponto onde começamos a avaliação do projeto de programa, a saber, que na época do imperialismo é impossível abordar o destino de um país de outra forma que não tendo como ponto de partida as tendências do desenvolvimento mundial como um todo no qual esse país, com todas as suas particularidades nacionais, está incluído e ao qual é subordinado. Os teóricos da II Internacional excluem a URSS da unidade mundial e da época imperialista; eles aplicam para a URSS, como um país isolado, o critério abstrato de “maturidade” econômica; eles declaram que a URSS não está pronta para a construção independente socialista e daí tiram a conclusão da inevitabilidade da degeneração capitalista do Estado operário.

Os autores do projeto de programa adotam o mesmo terreno teórico e aceitam inteiramente a metodologia metafísica dos teóricos socialdemocratas. Eles também “abstraem” a unidade mundial e a época imperialista. Eles partem da ficção de desenvolvimento isolado. Eles aplicam para a fase nacional da revolução mundial um critério econômico abstrato. Mas o “veredicto” a que chegam é diferente. O “esquerdismo” dos autores do projeto está no fato de que eles viram a evolução socialdemocrata do avesso. No entanto, a maneira como os teóricos da II Internacional colocam a questão não tem importância para nós. Deve-se pegar a posição de Lenin, que simplesmente elimina a avaliação e prognósticos de Bauer como brincadeira de criança.

Texto 2: O Partido Mundial – Nahuel Moreno – (Conversando com Moreno. Estratos.)

Voltando um pouco à posição dos nacionalistas galegos – e não são os únicos que pensam assim –, eles afirmam que o peso das especificidades nacionais obriga os partidos nacionais a manter uma independência de critério político, e a não se submeter a uma organização internacional.

Não nego a importância das especificidades nacionais, nem que os partidos devam conservar sua independência de critério. Agora, trata-se de determinar o que é decisivo. Se o mundo é uma soma de especificidades nacionais, em que a Argentina é diametralmente oposta ao Uruguai, o Uruguai ao Brasil, este ao México e assim sucessivamente, ou seja, se não existem características comuns, e os países não formam parte de uma totalidade mundial, então a internacional não pode nem deve existir.

Qual é, entretanto, a realidade? Exagerando um pouco, podemos comparar o mundo e os países com um país e seus estados. Quando analisamos a realidade argentina, a consideramos como uma totalidade, não como uma soma de situações provinciais. A Argentina é dominada por um Estado nacional, não por estados provinciais.

A situação mundial não é exatamente assim, já que os estados nacionais existem e têm profundas diferenças. Mas a característica central da dominação capitalista é a existência do sistema mundial. Tanto é assim que se fala de ciclos econômicos e políticos mundiais. Por exemplo, quando o capitalismo teve necessidade de uma grande produção de açúcar, os países do Caribe e também o Nordeste do Brasil se voltaram à produção de açúcar; apareceram grandes engenhos açucareiros. A revolução europeia de 1848 foi um processo único que abarcou todo o continente. Outro exemplo: antes do capitalismo, não houve guerras mundiais.

Para os marxistas, o fato científico primeiro e decisivo é a existência do sistema econômico, político e social capitalista mundial, ao qual estão subordinadas as especificidades nacionais. Dito de outra maneira, o nacional é uma expressão específica do sistema mundial.

O internacionalismo proletário surgiu em resposta a um problema objetivo, não é algo inventado por Marx em sua escrivania. O *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, é um documento de operários emigrantes, as ligas operárias europeias, que se encontravam imersas num processo de ebulição revolucionária. Eram alemães, franceses, belgas, ingleses, italianos...

Em 1863 surge a I Internacional, fundada por dirigentes sindicais de distintos países, que convidaram Marx a colaborar. Na Inglaterra, havia muitos operários imigrantes, entre eles os alemães, que recebiam salários muito baixos. Esse fato criava problemas para os operários ingleses, que ficavam sem trabalho devido a essa mão de obra barata. Na França, existiam problemas similares. Os dirigentes operários desses países se reuniram, descobriram que tinham problemas comuns, que requeriam uma organização internacional. Ou seja, o problema na Inglaterra não se resolveria com o enfrentamento entre operários ingleses e alemães, e sim com a união de ambos e de todos os proletários do mundo contra o inimigo de classe comum.

Para nós, o maior crime, a maior traição da burocracia stalinista foi a dissolução da III Internacional, exigida por seus aliados Churchill e Roosevelt. Isso é o que explica que o imperialismo não tenha sido derrotado.

A II Internacional existe, mas não é uma verdadeira internacional, e sim uma federação de partidos socialdemocratas defensores do sistema capitalista. A III Internacional e a Internacional Sindical Vermelha foram oficialmente dissolvidas pelo stalinismo. Com isso, a necessidade da internacional se apagou da consciência das massas.

Hoje em dia, nós, os internacionalistas, somos uma ínfima minoria no movimento de massas mundial. Somos os únicos que reivindicamos a necessidade indispensável de contar com uma organização sindical e uma organização política internacionais, um partido mundial centralizado.

Há setenta ou oitenta anos todos os operários de vanguarda reivindicavam a internacional. Na I, havia os anarquistas, os marxistas, os proudhonistas, os "tradeunionistas" ingleses. Quando a II foi fundada, todas as correntes do movimento operário menos os anarquistas, participaram dela. Isso não significava que os anarquistas tivessem deixado de ser internacionalistas, simplesmente continuaram na I.

O stalinismo quebrou essa tradição, ao mesmo tempo em que elaborava a teoria do socialismo num só país. Segundo esse ponto de vista, a URSS derrotaria o imperialismo na competição econômica; portanto, não era necessário um partido mundial para elaborar o programa e as táticas do movimento operário. Krushev dizia que em vinte anos o poderio da URSS superaria o dos Estados Unidos. Essa ideologia provocou um salto para trás na consciência do movimento operário, que retrocedeu ao período anterior à revolução de 1848 e à aparição do *Manifesto Comunista*.

Em pedagogia, denomina-se analfabeto funcional o indivíduo que aprendeu a ler e a escrever na escola primária e em seguida perdeu esse conhecimento por não o exercitar. Podemos dizer que o movimento operário mundial sofre de analfabetismo funcional no terreno do internacionalismo proletário devido ao stalinismo. O partido mundial, a única ferramenta política que pode der-

rotar o imperialismo, aparece diante da vanguarda operária como uma ideia utópica, uma expressão de desejos.

A principal base de sustentação da teoria do socialismo num só país revelou-se falsa, pois os estados operários não puderam alcançar o imperialismo no terreno do desenvolvimento tecnológico e da produção. Por essa via, entre outras, confirma-se uma vez mais que a ferramenta indispensável para liquidar o capitalismo não é a competição tecnológica e econômica dos Estados operários com o imperialismo, e sim o partido mundial, a internacional, que enfrente politicamente o imperialismo, mobilizando os trabalhadores de todo o mundo. Melhor dizendo, são necessárias duas internacionais intimamente ligadas: uma sindical e outra política.

Seria necessário acrescentar que esses fatos não negam as especificidades nacionais. Somos contrários a intervenções arbitrárias da direção internacional sobre os partidos nacionais. Somos contra que a internacional lhes ordene como atuar, que política devem aplicar...

Texto 3: Teoria da Revolução Permanente – Leon Trotsky – (Introdução ao livro *A Revolução Permanente*, novembro de 1929)

Esta obra é consagrada a uma questão estritamente ligada à história das três revoluções russas, mas ainda vai além. No decurso destes últimos anos, essa questão teve um papel imenso nas lutas intestinas do Partido Comunista da União Soviética. Colocada, em seguida, na Internacional Comunista, desempenhou papel decisivo no desenvolvimento da revolução chinesa, determinando uma série de resoluções extremamente graves, relacionadas com a luta revolucionária nos países do Oriente. Trata-se da chamada teoria da “revolução permanente”, que, segundo os epígonos¹ do leninismo (Zinoviev, Stalin, Bukharin e outros), constitui o pecado original do “Trotskismo”.

Após longa trégua, a questão da revolução permanente novamente levantada em 1924, de uma forma que à primeira vista poderia parecer completamente inesperada. Não havia nenhum motivo político para recomeçar a discussão: eram controvérsias há muito tempo esquecidas. Em compensação, existiam graves razões psicológicas. O grupo dos chamados “velhos bolcheviques”, ao empreender a sua ofensiva contra mim, opôs-me, inicialmente, o seu título de “velhos”. Mas, um grande obstáculo surgia em seu caminho: o ano de 1917. Por mais importante que tenha sido a história das lutas ideológicas precedentes e da preparação revolucionária, essa primeira fase, para o conjunto do partido e para os indivíduos, encontrou sua justificação mais alta e irrevogável na Revolução de Outubro. Nenhum dos epígonos conseguiu passar nesse exame.

No momento da revolução de fevereiro de 1917, todos sem exceção, ocuparam as posições vulgares da esquerda democrática. Nenhum deles formulou a palavra de ordem de luto do proletariado pelo poder. Todos eles consideravam a orientação rumo à revolução socialista como absurda ou, pior ainda, como “Trotskista”.

Foi nesse espírito que dirigiram o partido até o regresso de Lenin do estrangeiro e até a publicação de suas [de Lenin] célebres teses de 4 de abril de 1917. Depois disso, Kamenev², já em luta direta contra Lenin, procurou organizar abertamente a ala democrática do bolchevismo. Zinoviev, que chegara com Lenin, dá-lhe logo, depois, sua adesão. Stalin, muito comprometido por

¹ Epígono: assim Trotsky classifica os burocratas stalinistas que dominam o governo soviético após a morte de Lenin. [Nota do tradutor].

² Kamenev (1883-1936): membro do Comitê Central do PC soviético e executor testamentário de Lenin por este designado. Dirigiu a bancada bolchevique da Duma (parlamento) e a redação do *Pravda* em 1914. De volta da deportação na Sibéria, durante a Primeira guerra Mundial, assumiu a direção do partido bolchevique ao eclodir a revolução de fevereiro de 1917. Opos-se à revolução de outubro por considerá-la prematura. Vitoriosa a revolução de outubro, dirigiu o Soviet de Moscou sem, contudo, funções na cúpula governamental. Participou da trioka, órgão máximo de fato, junto com Stalin e Zinoviev. Rompendo com a política de Stalin, passou para a Oposição de Esquerda Unificada. Foi excluído do partido no 15º congresso. Em 1928, capitulou. Expulso outra vez em 1932, foi executado em 1936, depois de condenado no primeiro processo de Moscou. [Nota do Tradutor]

sua posição social-patriótica, pôs-se à margem. Deixando ao partido tempo para esquecer os lamentáveis artigos e discursos de sua autoria durante as semanas decisivas de março, Stalin foi se aproximando, pouco a pouco, do ponto de vista de Lenin. De tudo isso, surgiu, naturalmente, a pergunta: que aprenderam do leninismo esses dirigentes “velhos bolcheviques”, uma vez que, no momento histórico mais grave e mais cheio de responsabilidades, nenhum deles foi capaz de utilizar, por si, toda a experiência teórica e prática do partido? Foi preciso, porém, evitar, a todo custo, a questão e substituí-la por outra. Isso explica por que se decidiu concentrar o fogo sobre a teoria da revolução permanente. É natural que os meus contraditores não tenham, então, podido prever que, depois de criarem um eixo artificial de luta, se veriam forçados, em seguida, a girar insensivelmente ao redor desse eixo e a formar, assim, uma concepção nova por método inverso.

Os pontos essenciais da teoria da revolução permanente foram por mim formulados antes dos acontecimentos decisivos do ano de 1905. A Rússia caminhava para uma revolução burguesa. Entre os socialdemocratas russos da época (trazíamos todos, então, o nome de socialdemocratas), ninguém duvidava que marchássemos precisamente para uma revolução burguesa, isto é, para uma revolução provocada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista e as anacrônicas relações de classe e de condição legadas pela época de servidão e da Idade Média. Lutando, nessa época, contra os *narodniki* (populistas) e os anarquistas, consagrei numerosos artigos e discursos à interpretação marxista do caráter burguês da revolução iminente.

Esse caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam, então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais.

Plekhanov³, Axelrod, Zassulitch, Márto⁴ e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a socialdemocracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Por outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional.

Lenin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolúvelmente ligado à abolição da monarquia. Lenin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses – vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiras mente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses.

³ Plekhánov, G. V. (1856-1918): introduziu o marxismo na Rússia e fundou o primeiro grupo marxista chamado “Emancipação do Trabalho”. Teórico de grande valor, deixou vasta bibliografia. Menchevique a partir do II Congresso do POSDR (Partido Social-Democrata Operário Russo, mais tarde Partido Comunista da URSS), em 1903, e principal autor do programa dessa organização. Ao lado de Lenin, tornou-se um dos diretores do primeiro Iskra, empenhando-se na luta contra o “economicismo”. Do bolchevismo, passou para o menchevismo. Partidário da defesa nacional na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), se mostrou um irredutível social-chovinista. Assumiu posição contrária à revolução de outubro sem, contudo, combater o poder soviético. [Nota do Tradutor]

⁴ Márto⁴, Y. (1873-1923): foi um dos fundadores da socialdemocracia russa e membro preeminente da redação do Iskra. Depois da cisão do POSDR, em 1903, tornou-se um dos líderes do menchevismo. Nos anos da reação (1907-1910), apoiou os “liquidacionistas”. Durante a Primeira Guerra Mundial, assumiu posição centrista. “Menchevique de esquerda” durante a revolução de outubro, participou do II Congresso dos Soviets. Rompeu, em seguida, com o regime soviético. Com permissão do governo, rumou para a imigração. [Nota do tradutor]

Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo Lenin, a instauração da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”.

Essa fórmula é, hoje, repetida, na Internacional Comunista, como um dogma geral, sem que se procure fazer a análise da experiência histórica viva do último quarto de século. Como se não tivéssemos sido atores e testemunhas da revolução de 1905, da revolução de março de 1917 e, finalmente, da reviravolta de Outubro! No entanto, tal análise histórica é tanto mais necessária quanto o regime da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” nunca existiu na realidade. Em 1905, Lenin falava, apenas, de uma hipótese estratégica que devia ainda ser verificada pelo curso real da luta de classes. A fórmula “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” tinha, sobretudo, e de caso pensado, um caráter algébrico. Lenin não resolvia, de antemão a questão das relações políticas entre as duas partes da ditadura democrática eventual: o proletariado e os camponeses. Não excluía a possibilidade de serem os camponeses representados na revolução por um partido especial, independente não só da burguesia, mas também do proletariado, e capaz de fazer a revolução democrática unindo-se ao partido do proletariado na luta contra a burguesia liberal. Como veremos em seguida, Lenin admitia até que o partido revolucionário camponês formasse a maioria no governo da ditadura democrática. Desde o outono de 1902, pelo menos, isto é, desde a época da minha primeira fuga para o estrangeiro, me considerei discípulo de Lenin no que concernia ao papel decisivo da transformação agrária no destino da nossa revolução burguesa. Ao contrário do que rezam as lendas absurdas dos últimos anos, estava então perfeitamente convencido de que a revolução agrária e, por conseguinte, a revolução democrática, só podia realizar-se no curso da luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses. Opunha-me, porém, à fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”, por achar que tinha o defeito de deixar sem resposta à pergunta: a qual dessas duas classes pertencerá a ditadura real? Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas as revoluções passadas, a partir da Reforma alemã do século 16 e mais cedo ainda, os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhe, muitas vezes, alcançar a vitória. Assim também, considerava eu que, em nossa revolução burguesa retardada, os camponeses, no momento supremo da luta, podiam prestar um auxílio análogo ao proletariado e ajudá-lo a tomar o poder. Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa – só podia realizar de fato as suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária.

Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de tudo, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado.

Em outras palavras, a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou seja, empreender o rumo das medidas socialistas. Mas, realmente acreditais que a Rússia já esteja madura para uma revolução socialista? objetaram-se, muitas vezes, os Stalin, Rykov⁵ e outros Molotov⁶ dos anos 1905-1917. Sempre respondi: não,

⁵ Rykov, Aleris (1881-1938): “Velho bolchevique”, um dos colaboradores mais chegados a Lenin. Tornou-se presidente do Conselho Supremo da Economia depois da revolução de outubro. Foi presidente do Conselho dos Comissários do Povo de 1924 a 1929. Foi executado em 1938 sob acusação de terrorismo no 39º processo de Moscou. [Nota do tradutor]

⁶ Molotov (1890-1986): “Velho bolchevique”, dirigiu o POSDR em Petrogrado antes da chegada de Lenin, em abril de 1917. Desde 1920, foi membro do Comitê Central do PC ao lado de Stalin. Durante o chamado “terceiro período”, ultrasquerdista, de guerras e revoluções que levou a Internacional Comunista ao aventureirismo na China (1928-1931), dirigiu a Internacional. Substituiu, em 1939, Litvinov no Ministério das Relações Exteriores. Opondo-se à desestalinização, foi afastado de seu cargo pelo grupo de Krushev. [Nota do tradutor]

não creio. Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para esta revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial.

Eis aqui os traços essenciais da revolução permanente, tal como ela se constituiu nos primeiros meses do ano de 1905. Três revoluções ocorreram depois. O proletariado russo chegou ao poder, levado pela poderosa vaga de uma insurreição camponesa. A ditadura do proletariado tornou-se um fato consumado na Rússia antes de surgir em outros países, incomparavelmente mais desenvolvidos.

Em 1924, sete anos após a fulgurante confirmação do prognóstico histórico da teoria da revolução permanente, os epígonos desencadearam contra ela uma furiosa campanha, destacando dos meus velhos escritos frases truncadas e réplicas polêmicas que eu mesmo já havia completamente esquecido depois de tanto tempo.

A esta altura, é bom lembrar que a primeira revolução russa irrompe pouco mais de meio século após a época das revoluções burguesas na Europa e trinta e cinco anos depois da insurreição da Comuna de Paris. A Europa já havia perdido o hábito das revoluções. A Rússia as desconhecia completamente. Todos os problemas da revolução se formulavam em novos termos. É fácil compreender que a revolução que se aproximava representava, então, para nós, uma massa de elementos desconhecidos ou duvidosos. As fórmulas de todos os grupos não passavam, em suma, de hipóteses teses de trabalho. É preciso ser totalmente incapaz de fazer um prognóstico histórico e compreender seus métodos para considerar, hoje, as avaliações e análises de 1905 como se elas datassem de ontem. Não raro digo a mim mesmo e frequentemente repito aos meus amigos: sem dúvida nos meus prognósticos de 1905 houve grandes lacunas muito fáceis de perceber, agora, após o fato consumado. Por ventura, todos os meus críticos os previram melhor do que eu e com maior alcance? Não tendo tido oportunidade de reler meus antigos trabalhos, admitia, antecipadamente, que eles continham falhas muito graves e importantes do que na realidade apresentavam. Disso me convenci, em 1928, durante meu exílio em Alma-Ata, onde o repouso político forçado me deu o tempo necessário para reler e anotar meus velhos escritos consagrados ao problema da revolução permanente. Confio em que o leitor chegue à mesma conclusão após ler a exposição que se segue.

Embora mantendo-me nos limites desta introdução, é necessário, contudo, caracterizar, tão exatamente quanto possível, os elementos componentes da teoria da revolução permanente e as principais objeções que lhe fazem. A discussão de tal forma se ampliou e se aprofundou que a barca, em suma, todas as questões mais importantes do movimento revolucionário mundial.

A revolução permanente, na concepção de Marx significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.

Para dissipar a confusão criada em relação à teoria da revolução permanente, é preciso distinguir três categorias de ideias que se unem e se fundem nela. De início, compreende o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista. Eis basicamente sua origem histórica.

A ideia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas dos meados do século 19, Marx e seus discípulos, para enfrentar a ideologia burguesa que, como se sabe, pretende que, após o estabelecimento de um Estado “nacional” ou democrático, todas as questões podem ser resolvidas pela via pacífica da evolução e das reformas, Marx não considera a revolução bur-

guesa de 1848 senão como o prólogo imediato da revolução proletária. Marx se “enganou”. Mas seu erro era um erro de fato, não um erro de metodologia. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista. Esta foi a razão pela qual não alcançou o triunfo da democracia. Quanto à revolução alemã de 1918, não era absolutamente o coroamento democrático de uma revolução burguesa: era uma revolução proletária decapitada pela socialdemocracia, para ser mais exato, pela contrarrevolução que, após sua vitória sobre o proletariado, foi obrigada a conservar as falaciosas aparências de democracia.

Segundo o esquema da evolução histórica elaborado pelo “marxismo” vulgar, cada sociedade chega, cedo ou tarde, a um regime democrático; então, o proletariado se organiza e faz sua educação socialista nesse ambiente favorável. Entretanto, no que concerne à passagem ao socialismo, nem todos a concebiam de modo idêntico: os reformistas confessos a encaravam sob aspecto de reformas que dariam a democracia um conteúdo socialista (Jaurès); os revolucionários formais – reconheciam o caráter inelutável da violência revolucionária no momento da passagem ao socialismo (Guesde). Mas, tanto uns como outros, consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra na evolução social. Esta ideia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos que, em 1905, pertenciam quase todos à ala esquerda da Segunda Internacional. Plekhanov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905 como em véspera de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a esta ordem de ideias e a essa disposição de espírito.

Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que para os países atrasados, o caminho para a democracia passa a ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Desta maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.

Em seu segundo aspecto, a “teoria da revolução permanente” caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas “pacíficas”. As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente.

A campanha dos epígonos é dirigida (sem ter, contudo, sempre o mesmo grau de clareza), contra os três aspectos da teoria da revolução permanente. O que é muito natural, pois se trata de três partes indissolúvelmente ligadas e formando um todo. Os epígonos separam, mecanicamente, a ditadura democrática da ditadura socialista, do mesmo modo que separam a revolução socialista nacional da revolução internacional. Para eles, a conquista do poder nos quadros nacionais representa, na essência, não o ato inicial, mas sim o ato final da revolução: em seguida se abre o período de reformas que culmina na sociedade socialista nacional.

Em 1905, nem mesmo admitiam a possibilidade de o proletariado russo conquistar o poder antes de o proletariado da Europa ocidental fazê-lo. Em 1917, eles pregavam a revolução democrática na Rússia como um fim em si e repeliam a ideia da ditadura do proletariado. Em 1925-1927, na China, orientaram-se rumo a uma revolução nacional sob a direção da burguesia. Eles lançaram, em seguida, para a China, a palavra de ordem da ditadura democrática dos operários e camponeses, opondo-se à ditadura do proletariado. Proclamavam ser perfeitamente possível construir na União Soviética uma sociedade socialista isolada, bastando-se a si mesma. A revolução mundial, deixando de ser uma condição indispensável para o triunfo do socialismo, torna-se para eles, apenas, uma circunstância favorável. Os epígonos chegam assim a esta ruptura profunda com o marxismo no curso de sua luta permanente contra a teoria da revolução permanente.

Esta luta, iniciada pela ressurreição artificial de certas reminiscências históricas e pela falsificação do passado longínquo, levou a uma revisão completa das ideias do grupo dirigente da revolução. Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. Não retornaremos mais a esta questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional. É precisamente agora que isto se torna bem mais claro, talvez porque o aparelho stalinista, assaltado por contradições que não havia previsto, se desloca cada vez mais para a esquerda e desfere golpes sensíveis em seus inspiradores de ontem, pertencentes à direita. Como se sabe, a hostilidade dos burocratas com respeito à oposição marxista, da qual tomaram emprestadas, apressadamente, as palavras de ordem e os argumentos, não se abrandou nem um pouco. Quando os opositoristas, querendo dar apoio à política de industrialização, suscitam a questão de sua reintegração no partido, se lhes pede, antes de tudo, renegar a teoria da revolução permanente e reconhecer, mesmo por via indireta, a teoria do socialismo num só país. Com isso, a burocracia stalinista põe à mostra o caráter puramente tático de sua reviravolta à es-

querda, deixando, contudo, íntegras as bases estratégicas de seu nacional-reformismo. A importância deste fato é evidente: em política, como na guerra, a tática, ao final de contas, se subordina à estratégia.

A questão de que tratamos já ultrapassou, há muito tempo, os quadros da luta contra o “Trotskismo”. Estendendo-se cada vez mais, envolve, agora, literalmente, todos os problemas da ideologia revolucionária. Revolução permanente ou socialismo num só país. eis a alternativa em que se encontram os problemas internos da União Soviética, as perspectivas das revoluções no Oriente e, finalmente, a sorte de toda a Internacional Comunista.⁷

Esta obra não trata da questão sob todos os seus diferentes aspectos, pois não é necessário repetir o que já ficou dito nos outros trabalhos do autor. Procurei demonstrar, do ponto de vista teórico, a falência econômica e política do nacional-socialismo em minha Crítica do Programa da Internacional Comunista. Os teóricos da Internacional Comunista não disseram uma só palavra a respeito. Era, aliás, a única coisa que lhes restava fazer. No presente livro, reconstituo, antes de tudo, a teoria da revolução permanente, tal como foi formulada em 1905, tendo em vista os problemas internos da revolução russa. Mostro, em seguida, em que diferia da de Lenin a minha maneira de colocar a questão, e como e por que coincidiu com a sua nos momentos decisivos. Trato, finalmente, de demonstrar a importância decisiva que tem o problema de que nos ocupamos para o proletariado dos países atrasados e, por conseguinte, para toda a Internacional Comunista.

Que acusações formularam os epígonos contra a teoria da revolução permanente? Deixando de lado as inúmeras contradições de meus críticos, chegamos a tirar, de sua enorme produção literária, os pontos essenciais seguintes:

1. Trotsky desconhecia a diferença entre a revolução burguesa e a revolução socialista. Ainda em 1905, acreditava que o proletariado russo tivesse diante de si, como tarefa imediata, a revolução socialista;
2. Trotsky esquecia completamente o problema agrário. Para ele, o camponês não existia. Imaginava a revolução como um duelo entre o proletariado e o czarismo;
3. Trotsky não acreditava que a burguesia mundial tolerasse a existência um tanto prolongada da ditadura do proletariado russo, cuja queda considerava inevitável no caso de o proletariado do Ocidente não conseguir conquistar o poder, no mais breve prazo, para prestar-nos o seu apoio. Trotsky subestimava, assim, a pressão que o proletariado do Ocidente podia exercer sobre a sua burguesia;
4. Trotsky, de modo geral, não tem confiança nas forças do proletariado russo, julgando-o incapaz de construir o socialismo com seus próprios recursos fundava, por conseguinte, e continua a fundar todas as suas esperanças na revolução internacional.

Essas acusações se repetem através dos inúmeros escritos e discursos de Zinoviev, Stalin, Bukharin e outros; chegam mesmo a ser formuladas nas resoluções mais importantes do Partido Comunista russo e da Internacional Comunista. Mas, apesar disso, somos obrigados a constatar que o seu único fundamento é a ignorância aliada à má fé.

Como vou demonstrar mais adiante, as duas primeiras afirmações dos críticos são fundamentalmente falsas. Eu partia do caráter burguês e democrático da revolução russa e chegava à conclusão de que, a própria acuidade da crise agrária poderia levar ao poder o proletariado da Rússia atrasada. Era precisamente essa ideia que eu defendia nas vésperas da revolução de 1905. Era essa a ideia encerrada na denominação de revolução permanente, isto é, ininterrupta, passando imediatamente da fase burguesa à fase socialista. Para exprimir a mesma ideia Lenin adotou mais tarde a excelente expressão de transcrescimento da revolução burguesa em revolução

⁷ Ainda uma vez, confirma-se previsão de Trotsky. A Terceira Internacional foi dissolvida em 15 de maio de 1943, como já foi citado.

socialista. Stalin, considerando a revolução permanente como um salto único do reino da autocracia para o reino do socialismo, opôs-lhe em 1924, antedatando-a, essa ideia de transcrescimento. O infortunado “teórico” nem mesmo se deu ao trabalho de refletir sobre o que poderia significar a permanência, isto é, a continuidade ininterrupta da revolução, se se tratasse de um salto único?

Quanto à terceira acusação, foi ela ditada pela esperança, de curta duração, que os epígonos fundavam na possibilidade de neutralizar a burguesia imperialista por um tempo ilimitado, mediante a pressão “sabiamente” organizada do proletariado. Foi essa a ideia central de Stalin, de 1924 a 1927. O Comitê Anglo-Russo foi o seu resultado. Decepcionados em sua esperança de poder amarrar a burguesia mundial com a ajuda de aliados como Purcell, Raditch, Lafollette e Chiang Kai-Chek, os epígonos tomaram-se de pânico diante do perigo de uma guerra iminente. A Internacional Comunista atravessa, ainda hoje, esse período.

O quarto argumento contra a teoria da revolução permanente reduz-se, muito simplesmente, à constatação de que, em 1905, eu não era partidário da teoria do socialismo num só país, que Stalin só fabricou, para uso da burocracia soviética, em 1924. Essa acusação é uma verdadeira farsa histórica. A dar-lhes ouvidos, seria preciso acreditar que os meus adversários – se é que, em 1905, eram eles capazes de reflexões políticas – pensassem, nessa época, que a Rússia estava madura para uma revolução socialista independente. Na realidade, no curso dos anos de 1905-1917, não cessaram de me acusar de utopismo, porque eu admitia a possibilidade da tomada do poder pelo proletariado russo antes do proletariado da Europa ocidental. Em abril de 1917, Kamenev e Rykov acusaram Lenin de utopismo e lhe ensinaram, sob uma forma popular, que a revolução socialista devia realizar-se, primeiro, na Inglaterra e em outros países adiantados, e que a vez da Rússia só viria mais tarde. Até 4 de abril de 1917, Stalin teve também esse ponto de vista. Foi só com muita dificuldade e gradualmente que ele assimilou a fórmula de Lenin que opunha a ditadura do proletariado à ditadura democrática. Na primavera de 1924, Stalin ainda repetia, com os demais, que a Rússia, considerada isoladamente, não estava madura para a edificação de uma sociedade socialista. Mas, já no outono do mesmo ano, no curso de sua luta contra a teoria da resolução permanente, Stalin descobriu, pela primeira vez, que era possível construir o socialismo isolado na Rússia. Depois disso, os professores vermelhos fizeram, para o seu uso, uma coletânea de citações destinadas a provar que, em 1905, Trotsky afirmava – que horror! – que a Rússia não podia chegar ao socialismo sem o auxílio do proletariado ocidental.

Mesmo pegando a história de todas as lutas ideológicas travadas no período de um quarto de século, picando-a com uma tesoura, pisando depois os pedacinhos num pilão, e encarregando, em seguida, um cego de os colar novamente, ainda assim, talvez não se conseguisse obter uma mixórdia teórica e política tão monstruosa como a que os epígonos oferecem aos seus leitores e ouvintes.

Para demonstrar mais claramente a ligação existente entre os problemas de ontem e os de hoje, somos obrigados a recordar aqui, embora sucintamente, o que os dirigentes da Internacional Comunista, isto é, Stalin e Bukharin, fizeram na China.

Em 1924 reconheceu-se o papel dirigente da burguesia chinesa, sob o pretexto de que a China estava em vésperas de uma revolução Libertadora nacional. O partido da burguesia nacional, o Kuomintang⁸, foi, então oficialmente reconhecido como partido dirigente. Os próprios mencheviques russos, em 1905, não ousaram fazer tais concessões ao Partido Constitucional Democrático (os “cadetes”), que era o partido da burguesia nacional.

⁸ Kuomintang: Partido Nacionalista chinês de que um dos fundadores foi Sun Yat-Sen (1866-1925), chamado o “pai da revolução chinesa”. Chiang Kai-shek, que o sucedeu sob a pressão das forças comunistas de Mao Tsé-Tung, se transferiu para a ilha de Formosa (Taiwan), protegido por uma esquadra dos EUA. Aí veio a falecer. [Nota do tradutor]

Mas, os dirigentes da Internacional Comunista foram além. Forçaram o Partido Comunista chinês a fazer parte do Kuomintang e a se submeter à sua disciplina. Telegramas especiais de Stalin recomendaram que os comunistas chineses contivessem o movimento agrário. Proibiu-se que os operários e os camponeses revolucionários criassem Soviets, por medo de criar suspeitas em Chiang Kai-Chek, defendido por Stalin, contra a Oposição, ainda no começo de abril de 1927, poucos dias antes do golpe de Estado de Xangai, e por ele proclamado “aliado fiel” numa reunião do Partido em Moscou.

A subordinação oficial do Partido Comunista à direção burguesa e a interdição oficial de criar Soviets (Stalin e Bukharin ensinaram que o Kuomintang “substituíra” os soviets) constituem uma traição muito mais chocante e mais grosseira ao marxismo do que toda a atividade dos mencheviques de 1905 a 1917.

Em abril de 1927, depois do golpe de Estado de Chiang Kai-Chek, uma ala esquerda liderada por Vang-Tin-Vein, desligou-se provisoriamente do Kuomintang, O *Pravda* não deixou de proclamar imediatamente que Vang-Tin-Vein era um “aliado fiel”. Na realidade, Vang-Tin-Vein representava, em relação a Chiang Kai-Chek, a mesma coisa que Kerensky⁹) em relação a Miliukov, com a diferença de que, na China, Miliukov¹⁰ e Kornilov¹¹ estavam reunidos na mesma pessoa de Chiang Kai-Chek.

Em vez de preparar a guerra aberta contra esse Kerensky chinês, ordenou-se que o Partido Comunista chinês, depois de abril de 1927, entrasse no Kuomintang de “esquerda” e se submetesse à disciplina de Vang-Tin-Vein. Esse amigo “fiel” destruiu o Partido Comunista e, ao mesmo tempo, o movimento operário e camponês, nada ficando a dever aos processos do bandido Chiang Kai-Chek, proclamado aliado fiel por Stalin.

Ainda que em 1905 e mais tarde sustentassem Miliukov, os mencheviques não chegaram a entrar no partido liberal. Embora aliados de Kerensky em 1917, conservaram, no entanto, a sua própria organização. A política de Stalin na China não passou, pois, de má caricatura do próprio menchevismo. Tal foi o primeiro e mais importante período da revolução chinesa.

Quando, depois, as consequências dessa política – desaparecimento completo do movimento operário e camponês, desmoralização e ruína do Partido Comunista – se tornaram muito evidentes os dirigentes da Internacional Comunista lançaram uma nova ordem: “Meia volta à esquerda!”, e exigiram a revolta armada imediata dos operários e camponeses. Foi assim que o jovem Partido Comunista, já meio esmagado e estropiado, tendo sido, havia pouco, apenas a quinta roda do carro de Chiang Kai-Chek e de Vang-Tin-Vein, e, por conseguinte, sem experiência política, recebeu a ordem inesperada de conduzir os operários e os camponeses, até então retidos pela Internacional Comunista sob a bandeira do Kuomintang, à ofensiva contra esse mesmo Kuomintang que tivera todo o tempo necessário para concentrar em suas mãos o poder e o exército. No espaço de vinte e quatro horas, um soviets fictício foi improvisado em Cantão. Essa insurreição armada foi preparada, de antemão, de maneira a coincidir com a abertura do XV Congresso do Partido Comunista da União Soviética: e foi não só a prova do heroísmo da vanguarda dos operários chineses, como o testemunho dos erros criminosos dos dirigentes da Internacional Comunista. A insurreição de Cantão foi precedida e seguida de outras aventuras menos importantes. Tal foi o

⁹ Kerensky, Alexandre (1881-1970): advogado e brilhante orador, foi eleito para a Duma (Parlamento Russo) em 1912. Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, definiu-se pela defesa nacional, abjurando o internacionalismo. Filiou-se ao Partido Social-Revolucionário em 1917. Foi eleito vice-presidente do Soviet de Petrogrado (hoje Leningrado). Foi ministro da Justiça, depois da Guerra no Governo Provisório, do qual se tornou presidente de julho a outubro do mesmo ano, sendo derrubado pela Revolução de Outubro. [Nota do tradutor]

¹⁰ Miliukov (1859-1943): historiador russo e chefe do partido liberal burguês dos cadetes (constitucionais-democratas). Com a queda do czar Nicolau II, tornou-se ministro das Relações Exteriores do primeiro governo provisório, em fevereiro de 1917. Emigrou depois da guerra civil. [Nota do tradutor]

¹¹ Kornilov, I. G. (1870-1918): comandante-chefe do exército russo, nomeado em 19 de agosto de 1917 por Kerensky, então presidente do governo provisório. Foi destituído quando começou a manifestar oposição ao governo “centrista”, reclamando mais disciplina nas Forças Armadas. Preso e posto em liberdade após a Revolução de Outubro, procurou aglutinar a contrarrevolução para marchar rumo a São Petersburgo (Leningrado) decidido a esmagar os bolcheviques. Foi morto pela explosão de uma granada. [Nota do tradutor]

segundo capítulo da estratégia chinesa da Internacional Comunista, estratégia que se poderia definir como má caricatura do bolchevismo.

Nessas duas finalidades, de liberal-oportunismo e de espírito de aventura, foi desfechado um golpe no Partido Comunista chinês, do qual só poderá refazer-se depois de uma série de anos e, ainda assim, se realizar uma política justa.

Cabia ao VI Congresso da internacional Comunista fazer o balanço de toda essa atividade; ele aprovou-a inteiramente, o que é muito compreensível: só fora convocado para isso. E, para o futuro, lançou a fórmula de “ditadura democrática dos operários e dos camponeses”. Nunca explicaram, porém, aos comunistas chineses, que diferença poderia existir entre essa ditadura e a do Kuomintang de direita ou de esquerda, de um lado, e a ditadura do proletariado, de outro lado. É verdade que isso continua inexplicável.

Ao mesmo tempo que lançou a palavra de ordem de ditadura democrática, o VI Congresso declarou inadmissíveis palavras de ordem democráticas como a Assembleia Constituinte, o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e de reunião etc., deixando o Partido Comunista chinês completamente desarmado diante da ditadura da oligarquia militar. No entanto durante longos anos, os bolcheviques russos mobilizaram os operários e os camponeses em torno dessas palavras de ordem democráticas, que desempenharam, em 1917, um papel imenso. Só mais tarde, quando o poder soviético, já sendo uma realidade, entrou em colisão política violenta com a Assembleia Constituinte, aos olhos de todo o povo, é que o nosso partido suprimiu as instituições e palavras de ordem da democracia formal ou burguesa, em proveito da democracia real, soviética ou proletária.

O VI Congresso da Internacional Comunista baralhou tudo isso. Continuando a impor ao partido chinês a palavra de ordem de ditadura “democrática” em lugar da ditadura “proletária”, proibiu-lhe, ao mesmo tempo, o uso das palavras de ordem democráticas que servem para preparar essa ditadura. O partido chinês se viu, assim, não só desarmado, mas completamente desprevenido.

Como consolo, permitiu-se, finalmente, que ele lançasse, no momento do domínio absoluto da contrarrevolução, essa mesma palavra de ordem de “soviets” que lhe fora proibida quando se desenvolvia o movimento revolucionário. O herói de um conto popular russo entoava alegres canções nupciais nos enterros e cantos fúnebres nas festas de casamento: em ambos os casos sai sempre apanhando. Se quem apanhasse fossem apenas os estrategistas que dirigem atualmente a Internacional Comunista, a coisa não teria muita gravidade. O que está em jogo é, porém, coisa muito maior: trata-se nada menos que da sorte do proletariado. A tática da Internacional Comunista não foi outra coisa senão uma sabotagem inconsciente, mas bem organizada, da revolução chinesa. E isso se realizou de forma tanto mais segura quanto a Internacional Comunista cobriu, de 1924 a 1927, toda a sua política menchevique de direita, com a autoridade do bolchevismo, enquanto o poder soviético, por meio do seu poderoso mecanismo de represália, a defendia contra as críticas da Oposição de Esquerda.

Temos, afinal de contas, diante de nós, uma perfeita experiência da estratégia de Stalin, desenvolvida, do princípio ao fim, sob o signo da luta contra a teoria da revolução permanente. É muito natural, portanto, que o principal teórico de Stalin, encarregado de defender a submissão do Partido Comunista chinês ao Kuomintang nacional-burguês, tenha sido Martinov, que foi também o principal crítico menchevique da teoria da revolução permanente, durante o período de 1905 a 1923: a partir desse último ano, continuou ele a cumprir sua missão histórica, mas, já então, nas fileiras bolcheviques!¹²

¹² A propósito da adesão de Martinov à III Internacional, escreve Trotsky, no seu trabalho “Quem dirige hoje a Internacional Comunista?": “Em 1923, Martinov revelou-se inopinadamente, ao publicar um artigo na revista moscovita *Krassnaia Nov*. Numa sessão do *Birô Político*, na primavera de 1923, um pouco por gracejo e um pouco a sério, mas fazendo, em todo caso, um mau presságio, declarei de passagem: “Tomem cuidado, para que Martinov não se meta

Sobre a origem desta obra, encontra-se o essencial no primeiro capítulo.

Em Alma-Ata, começara eu a preparar um livro teórico e polêmico contra os epígonos. Grande parte desse livro devia ser consagrada à teoria da revolução permanente. No curso do meu trabalho, recebi de Radek, sobre o mesmo assunto, um manuscrito onde ele opunha a “revolução permanente” à linha estratégica de Lenin. Radek precisava dessa saída, à primeira vista surpreendente, pela simples razão de que também se achava completamente atolado na política chinesa de Stalin: não só antes, como depois do golpe de Estado de Chiang Kai-Chek, Radek, do mesmo modo que Zinoviev, invocava a necessidade da submissão do Partido Comunista chinês ao Kuomintang. Para justificar essa sujeição do proletariado à burguesia, apelava Radek – nem era preciso dizer – para a necessidade de união com os camponeses, e me censurava por ter “subestimado” essa necessidade. Seguindo o exemplo de Stalin, servia-se ele da terminologia bolchevique para defender uma política menchevique, procurando ocultar, com a fórmula da ditadura do proletariado e dos camponeses, o fato de que o proletariado chinês estava sendo desviado da luta pelo poder, luta que devia travar à frente das massas camponesas. Quando eu desmascarei toda essa mistificação de ideias, Radek¹³ experimentou a violenta necessidade de demonstrar que a minha luta contra o oportunismo disfarçado com citações de Lenin resultava, muito simplesmente, da contradição existente entre a teoria da revolução permanente e o leninismo. E transformou a defesa dos seus próprios pecados num libelo de promotor público contra a revolução permanente. Essa intervenção serviu-lhe para preparar o caminho da própria capitulação. Desconfiei disso tanto mais que nos anos precedentes, ele mesmo se propusera escrever uma brochura para defender a teoria da revolução permanente. No entanto, abster-me ainda de considerar Radek um homem perdido. Procurei, então, responder ao seu artigo de uma maneira nítida e categórica, mas deixando-lhe o caminho livre para a retirada. Publico, mais adiante, minha resposta a Radek, tal como foi redigida na época, acrescentando apenas algumas notas explicativas e correções de estilo.

O artigo de Radek não foi publicado e duvido muito que ainda o seja um dia, porque, sob a sua forma de 1928, não poderia passar pela peneira da censura de Stalin. Tal publicação seria, hoje, aliás, mortal para Radek, pois daria um quadro muito expressivo de sua evolução ideológica, que lembra muito a “evolução” de um homem que se precipita de um sexto andar ao chão.

O ponto de partida deste livro explica por que Radek ocupa aí um lugar mais importante do que o que teria direito a pretender. Radek não pode inventar um só argumento novo contra a teoria da revolução permanente. Sua atitude é a de um epígono dos epígonos. Recomendamos, pois, que o leitor veja em Radek, não apenas Radek, mas o representante de uma espécie de firma coletiva, à qual ele se associou, com direitos limitados, ao preço de sua renúncia ao marxismo. Se Radek achar, todavia, que é muito elevada a quantidade de cascudos com que o mimoseio, poderá distribuí-los, à vontade, entre os que mais os merecem. Esse é um negócio interno da firma. Quanto a mim, não vejo inconveniente nisso.

Vários grupos do Partido Comunista alemão chegaram ao poder¹⁴ ou por ele lutaram, demonstrando sua capacidade de dirigir por meio de exercícios críticos sobre a revolução permanente.

ainda no Partido’. Lenin, com ambas as mãos circundando a boca, à guisa de porta-voz, ‘cochichou-me’, então, mas fazendo-se ouvir em toda a sala: ‘Já se sabe que é um imbecil’. Eu não tinha razão alguma para contestar essa breve caracterização feita num tom de absoluta convicção. Apenas observei que não é possível, evidentemente, construir um grande partido só com pessoas inteligentes, e que Martinov podia, por descuido, passar a uma outra categoria. Ora, a brincadeira tomou um tom sério. Martinov não só se meteu no Partido, como se tornou também um dos principais inspiradores da Internacional’. [Nota do tradutor]

¹³ Radek, Karl (1885-1942): bolchevique de origem polonesa e jornalista de excepcionais dotes, participou do movimento social-democrata da Galícia, Polônia e Alemanha, colaborando nas publicações editadas pelos socialdemocratas alemães de esquerda. Foi um dos principais dirigentes da Internacional Comunista (1919-1923). Destacou-se como líder da Oposição de Esquerda (1923-1928). Excluído do Partido Soviético no XV Congresso, foi deportado para a Sibéria. Capitulou em 1929 e, de volta, tornou-se redator do *Pravda* (A Verdade), submetendo-se às imposições de Stalin. Foi preso novamente e condenado, em 1937, a dez anos de trabalhos forçados. Foi morto em 1942, por ordem de Stalin, no local onde se encontrava deportado. [Nota do tradutor]

¹⁴ Isto é, à direção da III Internacional. [Nota do Tradutor]

Mas, toda essa literatura, cujos autores são Máslov¹⁵, Thalheimer¹⁶ e outros, desceu a um nível tão lamentável que não vale o trabalho de uma réplica crítica. Os Thälmann¹⁷, os Remmele e outros caudilhos ultimamente nomeados estão ainda mais baixo. A única coisa que tais críticos puderam demonstrar é que nem sequer transpuseram o umbral do problema. Deixo-os, por isso... no umbral. Quem for capaz de se interessar pela crítica teórica de Máslov, Thalheimer e outros, que recorra, depois de ler este livro, aos escritos dos autores mencionados, para se convencer, então, de sua ignorância e falta de escrúpulos. Esse resultado será, por assim dizer, um produto acessório do trabalho que oferecemos ao leitor.

Prínkipo, 30 de novembro de 1929

Texto 4: O que é afinal a Revolução Permanente? (Teses Fundamentais) – Leon Trotsky – (A teoria da revolução permanente. Teses, 1929)

Espero que o leitor não ache inconveniente em que, antes de terminar este trabalho, procure formular minhas conclusões essenciais de maneira concisa e sem receio de repetir.

1. A teoria da revolução permanente exige, na atualidade, a maior atenção da parte de todo marxista, uma vez que o desenvolvimento da luta ideológica e a da luta de classe fez o problema sair definitivamente do domínio das recordações de velhas divergências entre os marxistas russos, para apresentá-lo em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da revolução internacional em geral.

2. Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que, assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.

3. Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.

4. Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isto significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.

5. Do ponto de vista histórico, a velha palavra de ordem bolchevique de “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” exprimia exatamente as relações, acima caracterizadas, entre

¹⁵ Máslov, A: dirigente comunista alemão. Membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista, empenhou-se na luta contra o “Trotskismo” para, pouco depois, aderir à Oposição de Esquerda. Expulso do PC em 1928, capitulou. Retornou à Oposição em 1934. Emigrou para Cuba, onde faleceu. [Nota do Tradutor]

¹⁶ Thalheimer, August (1884 -1948): foi um dos fundadores do PC da Alemanha e autor de obras teóricas, particularmente sobre o materialismo dialético. Membro da direção do partido, foi dela excluído em 1929, junto com Brandrer, líder da fração direitista. Contudo, até sua morte, manteve-se à frente dessa tendência. [Nota do Tradutor]

¹⁷ Thälmann, Ernest (1886-1944): com a maioria do Partido Social-Democrata Independente, aderiu, em 1921, ao PC da Alemanha, tornando-se, pouco depois, dirigente da organização stalinista. Líder da fração comunista no Reichstag (Parlamento) de 1924

1933, candidatou-se várias vezes à Presidência da República. Foi preso pelos nazistas em 1933 e assassinado em 1944 no campo de concentração de Buchenwald. [Nota do Tradutor]

o proletariado, o campesinato e a burguesia liberal. Isso foi demonstrado pela experiência de Outubro. No entanto, a antiga fórmula de Lenin não previa quais seriam as relações políticas recíprocas entre o proletariado e o campesinato dentro do bloco revolucionário. Por outras palavras: a fórmula admitia, conscientemente, certo número de elementos algébricos que, no curso da experiência histórica, deviam dar lugar a elementos aritméticos mais precisos. E a experiência mostrou, em circunstâncias que excluem qualquer outra interpretação, que o papel do campesinato, por maior que seja a sua importância revolucionária, não pode ser independente nem, muito menos, dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” só é concebível como ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas.

6. Uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, como regime diferente, quanto ao conteúdo de classe, da ditadura do proletariado, só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário. A experiência de toda a história contemporânea e, sobretudo, da história da Rússia no transcurso dos vinte e cinco últimos anos, nos mostra qual é o obstáculo intransponível que se opõe à formação de um partido camponês. É a falta de independência econômica e política da pequena burguesia (campesinato) e a sua profunda diferenciação interna que permitem a aliança de suas camadas superiores com a grande burguesia por ocasião dos acontecimentos decisivos, sobretudo por ocasião das guerras e das revoluções, enquanto as camadas inferiores se aliam ao proletariado, obrigando as camadas médias a escolher entre as duas forças. Entre o regime de Kerensky e o poder bolchevique, entre o Kuomintang e a ditadura do proletariado, não há nem pode haver nenhum regime intermediário, isto é, nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses.

7. Só pode ter um sentido reacionário a tendência da Internacional Comunista a impor, hoje, aos países do Oriente, a palavra de ordem de ditadura do proletariado e dos camponeses, há tanto tempo superada pela história. Oposta à de ditadura do proletariado, essa palavra de ordem contribui, politicamente, para a dissolução e a decomposição do proletariado nas massas pequeno-burguesas, criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional e, por conseguinte, à falência e ao desmoronamento da revolução democrática. Introduzir essa palavra de ordem no programa da Internacional Comunista só pode significar a traição ao marxismo e às tradições bolcheviques de Outubro.

8. A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução permanente.

9. Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.

10. A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendra-

das tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.

11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão dos países “maduros” ou “não maduros” para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista.

Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista.

Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão eles ao socialismo.

Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.

12. A teoria do socialismo num só país, brotada no estrume da reação contra Outubro, é a única que se opõe, de maneira consequente e definitiva, à teoria da revolução permanente.

Ao tentarem os epígonos, compelidos pela crítica, limitar à Rússia a aplicação da teoria do socialismo num só país, por causa de suas peculiaridades (extensão territorial e riquezas naturais), as coisas só fazem piorar, em lugar de melhorar. A renúncia à atitude internacionalista conduz, inevitavelmente, ao messianismo nacional, isto é, ao reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares ao país, capazes de lhe conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar.

A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias primas asiáticas etc., tornam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma e isolada em qualquer região do mundo.

13. A teoria de Stalin-Bukharin não só opõe, mecanicamente, e a despeito de toda a experiência das revoluções russas, a revolução democrática à revolução socialista, como separa a revolução nacional da revolução internacional.

Colocando diante das revoluções dos países atrasados a tarefa de instaurar o regime irrealizável da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado, essa teoria cria ilusões e ficções políticas, paralisa a luta do proletariado do Oriente pelo poder e retarda a vitória das revoluções coloniais.

Do ponto de vista da teoria dos epígonos, a conquista do poder pelo proletariado constitui, por si só, a realização da revolução (em seus “nove décimos”, segundo a fórmula de Stalin), e inaugura a época das reformas nacionais. A teoria da integração do kulak no socialismo e a teoria da “neutralização” da burguesia mundial são, por conseguinte, inseparáveis da teoria do socialismo num só país, equilibrando-se e caindo juntas.

A teoria do nacional-socialismo degrada a Internacional Comunista, que fica reduzida ao papel de arma auxiliar na luta contra a intervenção armada. A política atual da Internacional Comunista, o seu regime e a escolha dos seus dirigentes correspondem perfeitamente à sua decadência e

transformação num exército de emergência, que não se destina a resolver, de maneira autônoma, as tarefas que se lhe apresentam.

14. O programa da Internacional Comunista, obra de Bukharin, é eclético do princípio ao fim. É uma tentativa desesperada de ligar a teoria do socialismo num só país ao internacionalismo marxista, que não pode, entretanto, ser separado do caráter permanente da revolução mundial. A luta da Oposição de Esquerda por uma política justa e um regime são na Internacional Comunista está indissolúvelmente ligada à luta por um programa marxista. A questão do programa, por sua vez, é inseparável da questão das duas teorias opostas: a teoria da revolução permanente e a teoria do socialismo num só país. O problema da revolução permanente já ultrapassou, há muito tempo, o limite das divergências episódicas entre Lenin e Trotsky, inteiramente esgotadas pela história. Trata-se, agora, da luta entre as ideias fundamentais de Marx e de Lenin, de um lado, e o ecletismo centrista, de outro lado.

Texto 5: A atualidade da Revolução Permanente e da lei do desenvolvimento desigual e combinado – Nahuel Moreno – (Teses de atualização do Programa de Transição, Tese 39)

Assim como se impõe, mais do que nunca, reivindicar o *Programa de Transição* e o Trotskismo, devemos fazer o mesmo com a teoria da revolução permanente. Porém devemos distinguir cuidadosamente a teoria do texto escrito das teses da revolução permanente. Em alguns aspectos, essas teses envelheceram. Quanto mais rápido reconhecermos isto, mais rápido estaremos em condições de combater o revisionismo.

As teses não contemplam a revolução política. Não podiam contemplá-la, pois quando foram escritas a realidade histórica não havia colocado a existência de um estado operário burocratizado. Mas essa nova realidade é hoje parte essencial de nossa política e teoria da revolução permanente. A revolução política é parte da revolução socialista mundial, junto com as tarefas democráticas, formais e de conteúdo, e com as revoluções de fevereiro. As tarefas democráticas, as revoluções de fevereiro, as revoluções políticas, são parte da revolução socialista. Essa combinação de tarefas não somente se dá em nível mundial, mas também em cada país, seja ou não atrasado, seja imperialista ou operário burocratizado. Por isso, uma expressão da revolução política, a luta contra os aparatos contrarrevolucionários, se dá nos países capitalistas avançados. O mesmo vale para as tarefas democráticas.

Algo parecido ocorre com a categoria de revoluções democráticas burguesas com as quais se iniciava o texto das teses da revolução permanente. Já não existem mais revoluções democrático-burguesas, pois não há no mundo atual feudalismo dominante, e sim vários graus de capitalismo e de domínio imperialista. O que existe são dois tipos diversos de revolução socialista: a inconsciente, de fevereiro, dirigida ou capitalizada pelos partidos reformistas; a consciente, de outubro, dirigida pelos partidos Trotskistas. Isso não significa negar a importância fundamental das tarefas democráticas.

É por isso que assistiremos também nos próprios estados operários burocratizados a revoluções de fevereiro, que se abrirão como prólogo da revolução de outubro, como etapa prévia à transformação dos partidos Trotskistas em partidos de massas. Todos esses são problemas que procuramos elucidar nestas teses, e que têm de ser incorporados à teoria da revolução permanente.

Mas as teses, não a teoria, fizeram uma avaliação incorreta da dinâmica e da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista nos países atrasados. As teses afirmaram categoricamente que a revolução democrático-burguesa, e muito mais a socialista, só pode

ler levada a cabo por “um partido comunista, leninista, revolucionário, apoiado na organização revolucionária do proletariado. As teses têm como eixo fundamental o processo de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista, a expropriação dos latifundiários, da burguesia e do imperialismo por um sujeito social, o proletariado, e por um sujeito político, o partido comunista revolucionário. As teses têm afirmam categoricamente que somente a classe operária, dirigida por um partido comunista revolucionário, pode levar até o fim a revolução democrático-burguesa e a expropriação da burguesia, através da revolução socialista. Isso se revelou equivocado. Temos de reconhecê-lo. O próprio *Programa de Transição* modifica, levemente, com sua “**improvável variante**” teórica, as categóricas afirmações das teses. Temos de reconhecer que partidos pequeno-burgueses (entre eles os stalinistas), obrigados pelas circunstâncias, se viram empurrados a romper com a burguesia e com o imperialismo para levar a cabo a revolução democrática e o começo da revolução socialista, expropriando a burguesia e inaugurando, assim, novos estados operários burocratizados.

É necessário incorporar à teoria da revolução permanente o reconhecimento da generalização das revoluções de fevereiro, a combinação das revoluções de fevereiro com as revoluções de outubro, e ainda que a revolução de fevereiro pode chegar até a expropriar a burguesia e começar a revolução socialista. O que as direções burocráticas não podem fazer é continuá-la. Essa incorporação da revolução de fevereiro, esse reconhecimento de que as próprias revoluções de fevereiro podem ir além do que propunham as teses da revolução permanente, não anulam a teoria, e sim a demonstram mais que nunca.

A teoria da revolução permanente é muito mais ampla que as teses escritas por Trotsky no fim da década de [19]20; é a teoria da revolução socialista internacional, que combina diferentes tarefas, etapas e tipos de revoluções na marcha para a revolução mundial. A realidade foi mais Trotskista e permanente do que o previsto por Trotsky e os Trotskistas. Fez combinações inesperadas: apesar das falhas do sujeito (ou seja, de o proletariado não ter sido o protagonista principal em algumas revoluções) e do fator subjetivo (a crise de direção revolucionária, a debilidade do Trotskismo), a revolução socialista mundial obteve vitórias importantes; chegou a expropriar os exploradores nacionais e estrangeiros em muitos países, apesar de a direção do movimento de massas ter continuado nas mãos dos aparatos e direções oportunistas e contrarrevolucionárias.

Se não reconhecemos esses fatos, deixamos o campo livre às interpretações revisionistas que se assentam neles para negar o caráter classista e político da teoria da revolução permanente. Foi assim que surgiu toda uma teoria revisionista, a do substituísmo, de Deutscher: os partidos comunistas simbolizam a classe operária; portanto, as teses foram confirmadas, porque os partidos comunistas tomaram o poder e, de fato, eram partidos revolucionários; embora a classe operária não interviesse no processo revolucionário, os partidos stalinistas a refletiam; Trotsky errou ao não assinalar que uma classe pode ser refletida por seu partido e ao não se dar conta de que muitos partidos comunistas eram revolucionários. Com essa crítica a Trotsky, se pretende ratificar as teses escritas. Nós acreditamos que foram revoluções de fevereiro, isto é, operárias e populares, com direções oportunistas que, pressionadas pelo movimento de massas, se viram obrigadas a avançar além do que queriam, expropriando a burguesia.

A direção do SWP embarcou em outro ataque à teoria Trotskista da revolução permanente. Para essa nova teoria do SWP, nem o proletariado, nem o Trotskismo são imprescindíveis para um contínuo desenvolvimento da revolução permanente. No máximo, é um ingrediente a mais. A nova teoria da revolução permanente da atual direção do SWP é a teoria dos movimentos unitários progressivos dos oprimidos e não do proletariado e do Trotskismo. Todo movimento de oprimidos – se for unitário e abarcar o conjunto deles, mesmo que reúna classes diferentes – é, por si só, cada vez mais permanente e leva inevitavelmente, sem diferenças de classe ou políticas, à revo-

lução socialista nacional e internacional. Essa concepção tem sido expressa, particularmente, em relação aos movimentos negro e de mulheres. Todas as mulheres são oprimidas, assim como todos os negros; caso se consiga um movimento conjunto desses setores oprimidos, essa mobilização não se deterá e os levará, através de diferentes etapas, a uma revolução socialista.

Para o SWP, a revolução socialista é uma combinação de diversos movimentos multitudinários – sem diferenças de classe – de similar importância: o movimento negro, feminino, operário, juvenil, de velhos, que chega quase pacificamente à vitória socialista. Se todas as mulheres marcharem juntas, significa 50% do país; se ocorrer o mesmo com os jovens (70% em alguns países latino-americanos) mais os operários, negros e camponeses, a combinação desses movimentos fará com que a burguesia fique encurralada em algum pequeno hotel, pois só os adultos burgueses, machos, brancos, se oporão à revolução permanente. É a teoria de Bernstein combinada com a revolução permanente. O movimento é tudo, e a classe e os partidos não são nada. Essa teoria cai rapidamente num humanismo anticlassista, reivindicando a práxis como categoria fundamental em contraposição à luta de classes como motor da história.

O SWP diz que é preciso ver o que vão fazer os burgueses do GNR da Nicarágua para saber a que ater-se, porque eles pertencem ao movimento que derrubou Somoza. Estão aplicando, assim, sua concepção revisionista, aclassista e apolítica da teoria da revolução permanente. Nós – frete ao SWP – devemos reivindicar mais do que nunca o caráter classista e Trotskista da revolução permanente. Nenhum setor burguês ou reformista nos seguirá no processo de revolução permanente. Em algumas conjunturas excepcionais, quando a ação não atentar contra a burguesia e a propriedade privada, marcharão juntos jovens burgueses e operários, mulheres burguesas e operárias, negros oportunistas e revolucionários, mas essa marcha em comum será excepcional e não permanente. Nós continuamos defendendo intransigentemente a essência tanto da teoria quanto das próprias teses escritas da revolução permanente: só o proletariado, liderado por um partido Trotskista, pode dirigir até o fim, conseqüentemente, a revolução socialista internacional e, por conseguinte, a revolução permanente. Só o Trotskismo pode impulsionar a mobilização permanente da classe operária e seus aliados, principalmente a da classe operária.

Apenas acrescentamos que a força objetiva da revolução mundial, combinada com a crise de direção do proletariado mundial e com a crise sem saída do imperialismo, permitiu que se fosse bastante além, nas revoluções de fevereiro nacionais, do que previam as teses: que partidos pequeno-burgueses tomem o poder e iniciem a revolução socialista. Mas esses partidos, ao construir estados operários burocratizados de tipo nacional, ao impor seu programa de coexistência pacífica e de construção do socialismo num só país, paralisam a revolução permanente.

Nesse sentido, as teses só erraram para alguns países, no ponto da estação onde se paralisava o processo da revolução permanente conduzida pelos partidos pequeno-burgueses – entre eles os stalinistas –, mas acertaram ao afirmar que o processo se deteria inevitavelmente se não fosse dirigido por um partido comunista-leninista, ou seja, Trotskista. Enquanto as teses acreditavam que era impossível ultrapassar os limites burgueses – e mesmo os feudais –, a realidade demonstrou que esses limites podiam ser ultrapassados pela pressão do movimento de massas e, a contragosto, pelos partidos pequeno-burgueses que as dirigiram.

A teoria da revolução permanente se enriquece com a mais extraordinária ferramenta de investigação e elaboração política e teórica que nos legou o trotskismo: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. O impulso do movimento de massas, combinado com a crise de direção revolucionária, originou combinações não previstas em detalhes (e que não poderiam sê-lo) pelo nosso movimento. Mas essas combinações não somente confirmam que o processo da revolução permanente existe, como também que é poderoso ao ponto de originar essas combinações; e

confirmam mais do que nunca a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como a máxima conquista teórica do marxismo revolucionário deste século.

Texto 6: A Revolução espanhola e a tarefa dos comunistas – Leon Trotsky

IV -O programa da revolução

Agora, a divisão oficial de luta é a república. No entanto, o desenvolvimento da revolução empurrará para a bandeira da monarquia, não só às frações conservadoras e liberais das classes dirigentes, mas também às frações republicanas.

Durante os acontecimentos revolucionários de 1854, Cánovas do Castillo escrevia: "Aspiramos manter o trono, mas sem a camarilha que o desonra". Hoje, Romanones e outros desenvolvem esta grande ideia. Como se a monarquia fosse, em geral, possível sem camarilha, e mais ainda na Espanha! Não está excluída, é verdade, uma situação tal em que as classes possuidoras se vejam obrigadas a sacrificar a monarquia para salvar a si mesmas (exemplo, Alemanha!). No entanto, é muito possível que a monarquia madrilenha se mantenha, ainda que seja com o rosto cheio de cardeais, até a ditadura do proletariado. A divisão de república é também, nem é preciso dizer, a divisão do proletariado. Mas para esse não se trata simplesmente de substituir o rei por um presidente, mas de uma mudança radical de toda a sociedade, destinado a limpar a esta das imundícies do feudalismo. Neste sentido ocupa um lugar preeminente a questão agrária.

As relações existentes no campo espanhol oferecem o aspecto de uma exploração semifeudal. A miséria dos camponeses, sobretudo na Andaluzia e em Castilha, o jugo dos latifundiários, das autoridades e dos caciques, têm impulsionado já mais de uma vez os operários agrícolas e os camponeses pobres a manifestar abertamente sua indignação. Isto significa que na Espanha seja possível, ainda que por meio de uma revolução, emancipar as relações burguesas das feudais? Não, isto significa unicamente que nas condições da Espanha o capitalismo só pode explorar os camponeses unicamente sob a forma semifeudal. Dirigir a arma da revolução contra os resquícios feudais espanhol, significa dirigi-la contra as raízes mesmas da dominação burguesa.

Para arrancar aos camponeses do bairrismo e das influências reacionárias, o proletariado precisa de um programa revolucionário-democrático claro. A falta de terras e de água, a escravidão do arrendamento, propõem genuinamente a questão do confisco das grandes propriedades agrárias em prol dos camponeses pobres. As cargas fiscais, as dívidas insuportáveis do Estado, a rapina burocrática e as aventuras africanas propõem a questão do governo popular, o qual poderia ser estabelecido, não pelos proprietários dos latifúndios, os banqueiros, os industriais ou os liberais nobres, mas pelos próprios trabalhadores.

A dominação do clero e as riquezas da Igreja propõem um objetivo democrático: separar a Igreja do Estado e desarmá-la cedendo suas riquezas ao povo. Estas medidas decisivas serão sustentadas inclusive pelos setores mais supersticiosos do campo quando se convençam de que as somas do orçamento destinadas até agora à Igreja, assim como as riquezas desta última, não irão parar, após a secularização, nos bolsos dos liberais livre pensadores, mas que estarão destinadas à fecundação da economia camponesa exaurida.

As tendências separatistas propõem à revolução o objetivo democrático da livre determinação nacional. Estas tendências exteriormente acentuaram-se durante o período da ditadura. Mas enquanto o "separatismo" da burguesia catalã não é para ela, em seu jogo com o governo de Madri, mais que um instrumento contra o povo catalão e espanhol, o separatismo dos operários e dos

camponeses é a envoltura de sua indignação social. Há que se estabelecer uma distinção rigorosa entre estes dois géneros de separatismo. Agora, precisamente para separar os operários e os camponeses oprimidos nacionalmente de sua burguesia x, a vanguarda proletária deve adotar na questão da livre determinação nacional uma atitude audaz e sincera. Os operários defenderão até suas últimas conseqüências o direito dos catalães e dos bascos a organizar sua vida num Estado independente, caso a maioria da população dessas nações se pronuncie pela separação completa. Mas isto não significa, naturalmente, que os operários avançados devem empurrar os catalães e aos bascos à separação. Ao contrário, a unidade econômica do país, com uma ampla autonomia das nacionalidades, ofereceria grandes vantagens aos operários e camponeses desde o ponto de vista econômico e cultural.

Não está descartada uma tentativa da monarquia para conter o desenvolvimento ulterior da revolução com a ajuda de uma nova ditadura militar. Mas o que está descartado é um sucesso sólido e durável de uma tentativa semelhante. A lição de Primo de Rivera está demasiado fresca. Seria preciso aplicar as correntes da nova ditadura às feridas ainda não cicatrizadas da antiga. A julgar pelos telegramas, nas alturas não ter-se-ia inconveniente algum em tentar a experiência, e, a este efeito, se procura nervosamente por um candidato conveniente, mas não aparece, por agora, nenhum voluntário. O que aparece com clareza é que uma nova ditadura militar custaria caro à monarquia, e daria um novo e poderoso impulso à revolução. Façam vossos jogos, podem dizer os operários às classes dirigentes.

Pode esperar-se que a revolução espanhola saltará acima do período do parlamentarismo? Teoricamente, não está excluído. Pode-se supor que o movimento revolucionário atingirá, num período relativamente breve, uma força tal que não deixará às classes dominantes nem o tempo nem o lugar para o parlamentarismo. No entanto, uma perspectiva tal é pouco provável. O proletariado espanhol, apesar de suas excelentes qualidades combativas, não conta ainda com um partido revolucionário reconhecido por ele nem com a experiência da organização soviética. Além disso, nas fileiras comunistas, pouco numerosas, não há unidade, nem um programa de ação claro e admitido por todos. No entanto, a questão das Cortes tem sido posta já à ordem do dia. Nestas condições, há que supor que a revolução terá que passar por uma etapa de parlamentarismo.

Isto não exclui de nenhum modo a tática do boicote com respeito às Cortes fictícias de Berenguer, do mesmo modo que os operários russos boicotaram com sucesso a Duma de Bulguin em 1905 e conseguiram fazê-la fracassar. A questão tática relativa ao boicote deve resolver-se sobre a base da correlação de forças numa etapa dada da revolução.

Mas ainda boicotando as Cortes de Berenguer, os operários avançados deveriam opor às mesmas a consigna de Cortes Constituintes revolucionárias. Devemos desmascarar implacavelmente o charlatanismo de consigna-a dos Cortes Constituintes nos lábios da burguesa de "esquerda", a qual na realidade não quer mais que umas Cortes de conciliação pela graça do rei e de Berenguer para fazer um trato com as velhas camarilhas dirigentes e privilegiadas. Verdadeiras Cortes Constituintes podem ser convocadas unicamente por um governo revolucionário, como resultado da insurreição vitoriosa dos operários, dos soldados e dos camponeses. Podemos e devemos opor Cortes revolucionárias às Cortes de Conciliação; mas, a nosso julgamento, seria errôneo renunciar, na etapa atual à consigna de Cortes revolucionárias.

Constituiria um doutrinaríssimo lamentável e estéril opor simplesmente à consigna da ditadura do proletariado os objetivos e marcos da democracia revolucionária (república, revolução agrária, separação da Igreja do Estado, confisco dos bens eclesiásticos, livre determinação nacional, Cortes Constituintes revolucionárias). As massas populares, antes de que possam conquistar o poder, devem se agrupar ao redor de um partido proletário dirigente. A luta pela representação de-

mocrática, bem como a participação nas Cortes numa ou outra etapa da revolução, pode facilitar incomparavelmente a realização deste ato.

A consigna de armamento dos operários e dos camponeses (criação da milícia operária e camponesa), deve adquirir inevitavelmente na luta uma importância cada vez maior. Mas na etapa atual, esta consigna deve, entretanto, se enlaçar estreitamente com as questões da defesa das organizações operárias e camponesas, da transformação agrária, da liberdade das eleições e da proteção do povo contra as manifestações reacionárias.

Um programa radical de legislação social, particularmente o seguro desemprego, a transferência das cargas fiscais às classes possuidoras, o ensino geral obrigatório, todas estas e outras medidas análogas, que não ultrapassam ainda o marco da sociedade burguesa, devem ser inscritas na bandeira do partido proletário.

No entanto, devem propugnar-se já, paralelamente, reivindicações de carácter transitório: nacionalização das ferrovias, as quais na Espanha são todas de propriedade privada; nacionalização das riquezas minerais; nacionalização dos bancos; controle operário da indústria; enfim, regulamentação da economia pelo Estado. Todas estas reivindicações, inerentes à passagem do regime burguês ao regime proletário, preparam esta transição para, após a nacionalização dos bancos e da indústria, dissolver no sistema de medidas da economia organizada segundo um plano que serve para preparar a sociedade socialista.

Só os pedantes podem ver uma contradição na combinação de consignas democráticas com outras transitórias e puramente socialistas. Um programa combinado assim, que reflete a estrutura contraditória da sociedade histórica, se desprende inevitavelmente da diversidade de problemas herdados do passado. Reduzir todas as contradições e todos os objetivos a um só denominador: a ditadura do proletariado, é uma operação necessária, mas completamente insuficiente. Ainda no caso de dar um passo adiante, admitindo que a vanguarda proletária tenha se dado conta claramente de que só a ditadura do proletariado pode salvar a Espanha da decomposição, segue colocada em toda sua amplitude a tarefa preliminar de reunir e coesionar ao redor da vanguarda, os setores heterogêneos da classe operária e as massas trabalhadoras do campo, ainda mais heterogêneas. Opor pura e simplesmente a consigna da ditadura do proletariado aos objetivos historicamente condicionados que impulsionam atualmente às massas para o caminho da insurreição, significaria substituir o entendimento marxista da revolução social pelo entendimento bakuninista. Seria o melhor meio de perder a revolução.

Nem é preciso dizer que as consignas democráticas não perseguem em nenhum caso a aproximação do proletariado à burguesa republicana. Ao contrário, criam o terreno para a luta vitoriosa contra a esquerda burguesa, permitindo desmascarar à cada passo o carácter antidemocrático da mesma. Quanto mais valorosa, decidida e implacavelmente lute a vanguarda proletária pelas consignas democráticas, mais cedo apoderar-se-á das massas e privará de base os republicanos burgueses e os socialistas reformistas, de um modo mais seguro os melhores elementos virão a nosso lado e mais rapidamente a república democrática identificar-se-á na consciência das massas com a república operária.

Para que a fórmula teórica bem compreendida se converta em fato histórico vivo, há que fazer passar esta fórmula pela consciência das massas a base da experiência, das necessidades e das exigências das mesmas. Para isto é preciso, sem se perder em detalhes, sem distrair a atenção das massas, reduzir o programa da revolução a umas poucas consignas claras e simples e as substituir segundo a dinâmica da luta. Nisto consiste a política revolucionária.

Texto 7: Um documento escandaloso – Nahuel Moreno – (Fragmentos de *Em resposta a “Em defesa do leninismo, em defesa da IV Internacional” de Ernest Germain*)

Elementos revisionistas na concepção de Germain

Uma primeira classificação das consignas

Para sair desta confusão, temos que aclarar que critério seguimos para definir as consignas que se combinam com nosso programa de transição.

Contra Germain, que define as consignas com base no “nível de consciência”, o trotskismo as define pelo papel que cumpriram e cumprem no desenvolvimento do movimento de massas. A mobilização das massas sempre teve um objetivo concreto: solucionar alguma necessidade provocada pela sociedade. Essa mobilização permanente das massas, enfrentando-se a cada época com novas necessidades surgidas da sociedade de classes, é a que da base para o surgimento a mais e mais consignas, que vão se alternando na primeira linha da mobilização, e se combinando entre elas.

Isto não é nada complicado. Uma consigna é uma frase escrita ou dita, que expressa a necessidade pela qual se mobilizam as massas num determinado momento. Os trabalhadores sofrem fome: a consigna é aumento de salários! só uma minoria qualificada pode atuar na política: a consigna é voto universal! Kerensky é incapaz de solucionar os problemas da paz, do pão e da terra: a consigna é todo o poder aos soviets!

Cada época histórica colocou ao movimento de massas necessidades novas que foram encarradas com novas consignas: vale dizer, lutando por novas soluções aos novos problemas. Por isso, contra a definição fenomenológica, por “níveis de consciência”, que faz Germain, o trotskismo classifica as consignas segundo as necessidades do movimento de massas às quais respondiam. Nossa classificação das consignas é, portanto, objetiva e histórica.

As consignas democráticas são aquelas que o povo conquistou durante a época das revoluções democrático burguesas: eleições, voto universal, formação e direito ao idioma nacional, escola para todos, liberdade de imprensa, reunião e associação, formação dos partidos políticos e, fundamentalmente, independência nacional e revolução agrária.

A esta época histórica seguiu o início da época imperialista, onde a classe operária começou, a partir de 1890, a organizar os sindicatos e os partidos operários, e conquistou as oito horas, a legalidade de suas organizações, a limitação do trabalho noturno e outras demandas parciais. Estas são, justamente, as demandas mínimas ou parciais. Assim as define Trotsky, quando diz:

“... a luta pelas reivindicações imediatas tem como tarefa melhorar a situação dos operários”.

Depois veio a época que atualmente vivemos, a da revolução socialista, a de transição do capitalismo ao socialismo. Durante esta etapa transicional, a classe operária no poder imporá um conjunto de medidas para garantir o nível de vida e de trabalho da classe operária e dos sectores explorados: escala móvel de salários e horas de trabalho, controle operário da produção, nacionalização total da indústria, do comércio exterior e dos bancos, planejamento da economia, etecetera. São demandas superiores ao capitalismo, são já demandas socialistas. Assim o propõe Trotsky:

“Penso que, ao começo, esta consigna (escala móvel de salários e horas de trabalho) será assumida. O que é esta consigna? Na realidade, é o sistema de trabalho na sociedade socialista. O número total de operários dividido pelo número total de horas de trabalho. Mas se apresentamos todo o sistema socialista aparecerá como utópico ao americano médio, como algo que vem da Europa. Nós o apresentamos como uma solução à crise que deve assegurar seu direito a comer,

beber e a viver em locais decentes. É o programa do socialismo, mas de forma muito popular e singela”.

Resumindo, podemos dizer que nosso programa abarca, tradicionalmente, três tipos de consignas: as democráticas (arrancadas por e para todo o povo na época de ascensão do capitalismo), as mínimas ou parciais (arrancadas por e para a classe operária no começo da época imperialista) e as transicionais (que respondem às novas necessidades do movimento de massas nesta etapa de decadência imperialista e transição ao socialismo).

Em 1958, nosso partido formulou em Leed's, a tese de que há um quarto bloco de consignas, que são também parte essencial do programa de transição: as consignas internas às organizações operárias. Estas consignas também têm uma origem histórica objetiva: são uma consequência distorcida da decadência imperialista, que se manifestou dentro do movimento operário organizado e dentro do primeiro estado operário como degeneração burocrática, e criou à classe operária a necessidade de lutar contra essa degeneração.

A luta das massas contra a casta burocrática é uma luta interior ao movimento operário e de massas; não tem que ver com a estrutura do regime capitalista e imperialista, mas com a estrutura organizativa do movimento operário. As consignas para esta luta podem ser englobadas em forma sumaria sob o termo genérico de revolução política, já que a expressão mais notável desse bloco de consignas são as da revolução política na URSS. Fora a burocracia das organizações do movimento de massas e dos soviets! Abaixo a camarilha bonapartista!, Viva a democracia soviética! São algumas das consignas da revolução política. E não se expressam somente na URSS e nos estados operários deformados, mas também nos estados capitalistas, como uma refração particular dessa degeneração nos organismos do movimento operário do mundo capitalista e da necessidade de combater através de consignas gerais e específicas.

O problema do imediato e o mediato

Com esta classificação das consignas em democráticas, mínimas ou parciais, transicionais e da revolução política, temos desembaralhado a confusão criada pelo companheiro Germain com sua classificação fenomenológica segundo “níveis de consciência”. Agora devemos resolver em outra confusão: a de consignas imediatas e mediatas.

Germain e outros companheiros põem um sinal de igual entre consignas mínimas ou parciais e consignas imediatas. Mas o que quer dizer “imediato”? Imediato quer dizer atual, presente: seu oposto é o mediato, o que não está proposto no presente, mas num futuro indeterminado. Vale dizer que consignas imediatas seriam aquelas que o partido pode levantar já para a mobilização das massas, e mediatas seriam as que só poder-se-ão levantar em outra etapa histórica futura, mais avançada, do movimento de massas.

Confundir as consignas mínimas às imediatas é uma má interpretação de algumas citações de Trotsky tiradas fora de contexto. Por exemplo quando Trotsky diz “a luta pelas demandas imediatas tem como tarefa aliviar a situação dos trabalhadores”, refere-se, para o criticar, ao programa imediato do stalinismo francês nesse momento. Por isso, não há contradição com o que propôs alguns parágrafos mais acima:

*“... a mais imediata de todas as reivindicações deve ser reivindicar **a expropriação dos capitalistas e a nacionalização (socialização) dos meios de produção**”.*

Trotsky só fala de consignas imediatas no mesmo sentido que mínimas quando se refere aos programas da burocracia stalinista ou do socialismo. Normalmente, utiliza a classificação que antes expusemos:

“Na medida em que as velhas reivindicações parciais, ‘mínimas’, das massas entram em conflito com a tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente —e isso ocorre à cada

passo—, a IV Internacional propõe um sistema de reivindicações transitórias, cuja essência é a de se dirigir cada vez mais aberta e determinadamente contra as bases mesmas do regime burguês”.

Lendo atentamente (e com boa fé) a Trotsky não restam dúvidas a respeito. No entanto, o companheiro Germain faz questão de que, “por um lado estão as consignas transicionais” e por outro lado estão “as democráticas e imediatas”. E no companheiro Germain esta não é uma simples confusão na leitura de Trotsky, é um resultado de sua interpretação fenomenológica do programa de transição. Como para ele as consignas se dividem entre as que elevam o nível de consciência e as que não o elevam, todas as consignas do passado (as democráticas e as mínimas ou parciais) não elevam o nível de consciência, porque já se incorporaram à consciência das massas quando lutaram por elas no passado. Segundo Germain, falar a um operário da jornada de oito horas, dos sindicatos, das liberdades democráticas, não eleva seu nível de consciência, porque isso já o sabe todo mundo.

Em troca, as consignas transicionais, que falam de um futuro socialista que a classe operária ainda não vive, que não conhece, sim elevam o nível de consciência. Portanto, para a concepção intelectual e professoral que Germain tem da luta de classes, as consignas mínimas são imediatas, porque não há necessidade de explicá-las, porque já são conhecidas. E as que ainda não são conhecidas, as do socialismo, as que é necessário explicar aos trabalhadores para que as tomem e lutem por elas, não são imediatas, são transicionais.

Segundo Germain, se não temos que perder tempo explicando (elevando o “nível de consciência”), a consigna é imediata. Se temos que a explicar (elevar o “nível de consciência”), é transicional. Uma vez mais, as necessidades concretas do movimento de massas não têm nada que ver com estas definições.

Se o companheiro Germain tivesse atuado como um marxista (e não como um fenomenólogo), em vez de criar tanta confusão teria ido procurar a origem desta classificação das consignas na história do movimento de massas. E ali teria encontrado que o próprio desenvolvimento do movimento de massas é o que liquidou essa divisão.

Durante a época da socialdemocracia, as consignas diretamente socialistas não estavam propostas pela realidade objetiva, porque o capitalismo não tinha entrado em decadência e decomposição. Por isso tinha dois programas, o mínimo, parcial, e o máximo, socialista. O primeiro era o programa das lutas presentes, atuais, “imediatas”; o segundo era o programa para um futuro distante. Nesse sentido (e assim o emprega Trotsky), durante essa época se podia falar de consignas imediatas, que o partido se propunha conquistar —e que consistiam basicamente em demandas democráticas e mínimas— e de consignas para o futuro, mediatas, que não estavam propostas no presente —as consignas do socialismo—.

Mas justamente o programa de transição nasce porque as consignas socialistas, fundamentalmente a tomada revolucionária do poder pelo proletariado, passam a ser as consignas mais urgentes e imediatas quando o capitalismo entra em decomposição em sua etapa imperialista. Isto faz com que se torne imediato o velho programa máximo, sem que percam atualidade as velhas consignas democráticas e mínimas. Produz-se então uma combinação de consignas de diferentes épocas históricas da humanidade que respondem, todas elas, às atuais necessidades objetivas e subjetivas da mobilização das massas.

Isto, que é a essência mesma da revolução permanente e do programa de transição, o disse Trotsky em múltiplas oportunidades:

“Entre o programa mínimo e o programa máximo estabelecem-se uma continuidade revolucionária. Não se trata de um só ‘golpe’, nem de um dia ou de um mês, mas de toda uma época histórica”.

Vejamos outra citação:

“A fórmula política marxista, na realidade, deve ser a seguinte: Explicando todos os dias às massas que o capitalismo burguês em putrefação não deixa lugar, não só para a melhoria de sua situação, mas inclusive para a manutenção do nível de miséria habitual; propondo abertamente ante as massas a tarefa da revolução socialista como a tarefa imediata de nossos dias; mobilizando os operários para a tomada do poder; defendendo às organizações operárias por meio das milícias; os comunistas (ou socialistas) não perdem, ao mesmo tempo, nem uma só ocasião de arrancar ao inimigo, no caminho, tal ou qual concessão parcial ou, pelo menos, lhe impedir rebai-xar ainda mais o nível de vida dos operários”.

E, para terminar com as citações, vejamos esta, onde Trotsky, referindo à revolução nos países atrasados, diz:

“O mesmo ato de entrar no governo, não como hóspedes impotentes, mas como força dirigente, permitirá aos representantes do proletariado quebrar os limites entre o programa mínimo e o máximo, isto é, pôr o coletivismo na ordem do dia”.

Fica claro, então, que todas estas consignas são, em nossos dias atuais, “imediatas”. Justamente o que têm em comum todas as consignas de nosso programa de transição (as democráticas, as mínimas ou parciais, as transicionais e as da revolução política) é seu carácter de imediatas.

Como vemos, o fato de que os quatro tipos de consignas estejam propostos de forma imediata, não está determinado por fenômenos “de consciência”, mas pela situação objetiva da sociedade e pelo desenvolvimento do movimento de massas. Isto quer dizer:

- Que o imperialismo em decomposição traz mais miséria às massas trabalhadoras e cria a necessidade de lutar contra essa miséria, pondo à ordem do dia (fazendo “imediatas”) as consignas mínimas e parciais.
- Que o imperialismo faz retroceder as conquistas democráticas que se obtiveram em épocas anteriores, que recorre também a ditaduras fascistas ou bonapartistas, e põe à ordem do dia (faz “imediatas”) às consignas democráticas.
- Que o imperialismo é o capitalismo em decadência e é totalmente impotente para seguir fazendo avançar à humanidade, e põe à ordem do dia (faz “imediatas”) às consignas socialistas (transicionais), fundamentalmente a tomada do poder pela classe operária.
- Que a decadência imperialista provoca o fenômeno da degeneração burocrática dos organismos do movimento de massas e dos estados operários, e põe à ordem do dia (faz “imediatas”) as consignas da revolução política.

O programa de transição é justamente o programa que combina todas essas consignas para a mobilização imediata das massas, porque é uma necessidade do movimento de massas lutar por todas essas consignas ao mesmo tempo, combinando segundo a situação concreta e as dirigindo, todas elas, para a tomada do poder pela classe operária.

Buscar as consignas que mobilizam

Porém, o fato de que os quatro tipos de consignas se combinem em nossos programas e que estejam todas propostas de forma imediata, não significa que qualquer combinação de consignas seja correta. Para descobrir a combinação adequada à cada situação concreta da luta de classes, há que ter em conta dois fatores: o país de que se trata (sua situação econômica e política) e a mobilização concreta sobre a que vamos atuar. Nos países atrasados gravitam mais as consignas democráticas e mínimas, e nos adiantados têm mais peso as transicionais (com a exceção daqueles onde se dão formas bonapartistas ou fascistas de governo, em cujo caso as mínimas e

democráticas passam também a um primeiro plano). Agora vamos ver o que tem a ver nosso programa e nossas consignas com as mobilizações concretas sobre as que devemos atuar todos os dias.

Segundo o fenomenólogo Germain, há que dar fundamental importância às consignas transicionais, porque são as que “elevam o nível de consciência”. Segundo o trotskismo, há que utilizar a consigna ou a combinação de consignas adequadas à mobilização concreta de que se trate, para a desenvolver até a tomada do poder pela classe operária. Porque somente colocadas no contexto da luta de classes, as consignas se enchem de vida, e então cada consigna pode ter consequências dispareas às que lhe corresponderiam por sua localização histórica. No desenvolvimento vivo da mobilização das massas, consignas mínimas podem ter consequências transicionais, e consignas transicionais podem ter consequências mínimas. Isto é, de seu carácter histórico, de sua definição (vale dizer da necessidade do movimento de massas que expressavam no momento em que nasceram), não lhes brotam propriedades superiores à luta de classes.

A mobilização permanente da classe operária e as massas trabalhadoras é a única que dá significado às consignas e existem múltiplos exemplos dessa contradição entre o carácter histórico das consignas e suas consequências quando aplicadas a uma mobilização concreta. Vejamos alguns:

A consigna de paz (ou a de pão) na revolução russa, teve consequências transicionais, vale dizer, serviu para mobilizar às massas para a tomada do poder e para a revolução socialista, porque o imperialismo em crise não podia outorgar essas concessões. Mas estas consignas, “em si”, eram mínimas. O mesmo ocorre com a consigna predileta de Germain, o “controle operário”. Trotsky assinalou como, se este se exerce através de direções burocráticas, se transforma numa ferramenta do regime capitalista e não numa consigna com consequências transicionais. Se há uma greve geral, como a do maio francês, e nós propomos o controle operário como a consigna central da greve, esta se transforma numa consigna da contrarrevolução burguesa ou do reformismo burocrático. E isto é assim, porque desvia as massas do que objetivamente propõe essa greve geral, que é o problema do poder, algo muito acima do controle operário.

Tanto a consigna de controle operário como qualquer combinação tática adequada de consignas de poder (governo operário e camponês, todo o poder à COB, etcetera), são consignas transicionais. Mas o resultado de aplicar uma ou outra, num caso como este, não pode ser mais oposto. Germain não compreende nem a classificação das consignas com base em critérios objetivos, nem adverte que todas as consignas são imediatas pelas necessidades objetivas que propõe ao movimento de massas a decadência imperialista, nem menos ainda, que esse mesmo critério objetivo é o que deve prevalecer em sua aplicação. Segue com seus famosos “níveis de consciência”.

Se as consignas servem para a mobilização das massas, para aproximar a tomada do poder, são as melhores, seja qual for seu “conteúdo histórico”, já que elas se combinam com a consigna de transição fundamental: a tomada do poder pelo proletariado. Se servem para distrair as massas desta tarefa imediata, são ruins, por mais que sejam “transicionais” a sua enésima potência. Agora podemos passar ao grande problema que preocupa a Germain: o do papel das consignas no desenvolvimento do “nível de consciência”. O problema da consciência, é verdade, tem uma enorme importância. Acharmos que elevar o nível de consciência do movimento operário é uma tarefa essencial de nossa atividade. O que questionamos é a localização da consciência em relação à definição das consignas e a sua utilização.

Qual é essa relação? Muito simples: trata-se de que nossas consignas têm que partir do nível de mobilização das massas (que expressam sua consciência imediata da necessidade que têm) para tratar de elevar a um nível mais alto de mobilização (que se expressará num nível mais alto

de consciência). Por exemplo, se há lutas por salários em várias fábricas, devemos partir desse nível de mobilização e desse nível imediato de consciência: “necessitamos mais salários”, para tratar de elevar à greve geral por um aumento geral. Se conseguirmos que se dê a greve geral, esta levará às massas a um confronto de conjunto com o regime capitalista (se este não pode conceder tal aumento) e criará ao movimento de massas a necessidade de uma resposta política (inevitavelmente transicional), que nós devemos encher com uma consigna de poder, de transição.

Isto é um esquema linear, que jamais se dará tal qual na luta de classes, mas nos serve para explicar pedagogicamente a Germain a relação direta das consignas com o nível de mobilização das massas e indiretamente, com seu nível imediato de consciência.

A consciência das massas desenvolve-se dessa maneira, aprendendo de sua própria mobilização a partir das necessidades das quais já tem consciência. A etapa de decadência imperialista e de transição ao socialismo propõe como necessidade imediata para o movimento de massas a revolução socialista. Mas propõe-na num sentido histórico, para toda esta etapa, que vai desde a Revolução Russa até a vitória final da revolução mundial. Não a propõe para o começo de qualquer mobilização em qualquer país do mundo: propõe-na como necessidade para essa mobilização em tanto ela se transforme em permanente. Nosso esforço deve centrar-se justamente em dar um carácter permanente às mobilizações das massas, porque só assim elas se elevarão à consciência superior de que devemos tomar o poder por meio da revolução socialista.

Sintetizando: nossas consignas devem servir para elevar toda a mobilização a um nível superior, já que o único que eleva a consciência das massas é a mobilização. Este desenvolvimento criará a necessidade de novas consignas, mais avançadas, até chegar, num processo permanente, à necessidade (e a consigna) da tomada do poder e a revolução socialista.

Tentar substituir este processo objetivo (através da mobilização permanente) de elevação do nível de consciência das massas para a consciência superior de que devem tomar o poder, pela propaganda (falada, escrita ou de ações exemplificadoras) do partido ao redor de consignas que, por si mesmas, milagrosamente, “elevam o nível de consciência”, é um delito de lesa trotskismo. O mesmo Trotsky diz:

“Toda a tentativa de saltar por cima das etapas reais, isto é, objetivamente condicionadas no desenvolvimento das massas, significa aventurerismo político”.

E essa tentativa (que efetivamente em Germain devém em aventurerismo político) se faz desde o ponto de vista teórico, revisando nosso programa de transição. Este revisionismo tem suas raízes na permanente mania de Germain de separar o objetivo do subjetivo e hierarquizar este último elemento. Assim o vimos acreditando de pés juntos nos planos “subjetivos” do imperialismo ou da burocracia soviética e produzindo em série vaticínios equivocados. Assim o vimos descobrindo as bondades de um imperialismo que desenvolve as forças produtivas e satisfaz cada vez mais as necessidades das massas. Assim o vimos deduzindo que as massas não se mobilizarão mais por sua miséria, mas pelos conflitos subjetivos que lhes cria o capitalismo. E assim o vemos agora, seguindo fatalmente com os ditados da lógica, que é inflexível, sustentando que nosso programa, suas consignas e a utilização que delas fazemos, nada têm que ver com a miséria e necessidades das massas nem com o desenvolvimento concreto de sua mobilização, mas com questões “de consciência”, isto é, uma vez mais!, “subjetivas”.

Isto já não é só o revisionismo de alguns aspectos parciais do marxismo, é o revisionismo das bases mesmas do materialismo histórico.

Germain questiona a revolução permanente nos países adiantados

A teoria-programa da revolução permanente é o eixo do Programa de Transição. Tem que ver com a mobilização do movimento de massas e com nossos objetivos marxistas revolucionários em relação a ela. Podemos formular essa teoria-programa muito singelamente: mobilizar às massas permanentemente até conseguir, no mínimo, a sociedade socialista internacional e arrancar definitivamente todo o vestígio da sociedade de classes em todas as ordens da vida social. É a máxima expressão de nossa política. Esta definição, tão singela, tem um “defeito” para Germain: toma como ponto de referência a luta de classes e o papel de nossos partidos. Isto é, propõe como devem atuar (!) nossos partidos na luta de classes para dirigir a mobilização ininterrupta das massas até o triunfo definitivo da revolução socialista. Germain tem uma definição mais “científica”, “profissional”. Antes que nada muda o nome: em lugar de teoria, tese ou programa —como costumamos chamar no movimento trotskista—, ele denomina “fórmula”. Fáz-lo por razões profundas, e faz bem, porque para Germain a revolução permanente é uma fórmula intelectual, quase química, e não uma lei científica, política, da mobilização do movimento de massas no mundo inteiro. Para Germain, a revolução permanente se aplica nos países atrasados, e não nos adiantados. “A noção total de aplicar a fórmula da revolução permanente aos países imperialistas é *extremamente duvidosa no melhor dos casos. Pode fazer-se somente com a mais completa circunspeção e na forma de uma analogia*”.

A razão que dá Germain para explicar semelhante afirmação é muito simples. Em todos os países do mundo se dão tarefas democráticas e transicionais, mas combinadas de diferentes maneiras. Onde o peso das democráticas é maior que o das transicionais, ou seja, nos países atrasados, se aplica a revolução permanente. Onde é maior o peso das transicionais, isto é, nos países imperialistas, não se aplica. Germain elaborou uma verdadeira tabela de Mendeleiev para os diferentes tipos de fórmulas a aplicar nos diferentes países, mas é uma tabela incompleta: maior peso das democráticas, revolução permanente; maior peso das transicionais, mistério (só sabemos que “é extremamente duvidoso que se aplique a revolução permanente”). Agora bem: se a revolução nos países adiantados não se rege pela fórmula da revolução permanente, por qual outra fórmula se rege? qual aplica Germain? a fórmula da revolução socialista, talvez? Mas esta fórmula da revolução socialista internacional é a fórmula da revolução permanente; ou há outra? Descobriu Germain uma nova fórmula e é tão modesto que não quer publicá-la? A combinação de tarefas democráticas e transicionais (socialistas) na mobilização das massas dos países imperialistas, sob que fórmula cai, companheiro Germain? Pode dizer-nos seu nome? Ou, se é uma descoberta recente, sem nome ainda, teria a bondade de nos explicar, a todos seus companheiros da Internacional, em que consiste? Germain explica sua concepção de uma forma um tanto curiosa: “Mas seria sofisticada tirar a conclusão de que não existem diferenças qualitativas entre as tarefas combinadas que enfrenta a revolução nos países imperialistas e as dos países coloniais e semicoloniais simplesmente pelo inquestionável fato de que algumas tarefas da revolução democrática burguesa continuam sem resolver-se na maior parte das nações imperialistas avançadas, ou se propõem ali novamente, enquanto todas as tarefas fundamentais da revolução continuam sem se resolver (ou resolvidas somente numa forma miseravelmente incompleta) nos países coloniais ou semicoloniais. Trotsky sublinha no Programa de Transição que: “O peso relativo das diversas reivindicações democráticas e transitórias na luta proletária, suas mútuas relações e sua ordem de apresentação, está determinado pelas condições peculiares e específicas da cada país atrasado e, numa considerável extensão, pelo grau de seu atraso”.

Ninguém nega que há diferenças “qualitativas” nas mútuas relações e na ordem de apresentação —isto é, na combinação concreta— das consignas democráticas e transicionais entre os diferentes países. Inclusive podemos dizer que têm mais peso as tarefas democráticas num país atrasado e as transicionais, geralmente, num adiantado. Podemos, mais ainda, definir essa dife-

rença qualitativa dizendo que, no país atrasado, está proposta essencialmente uma revolução democrático-burguesa que se transforma em socialista, e no país adiantado está proposta a revolução socialista que leva a cabo importantes ou fundamentais tarefas democráticas. Mas dizer isto já é perigoso, porque a verdade é que, por sua dinâmica de classe (isto é, pela classe que a levará a cabo tomando o poder), o que está colocado nos países adiantados e atrasados é a revolução socialista, que realiza importantes tarefas democrático-burguesas, o que não podemos fazer é tirar daqui a conclusão que tira Germain: que isto demonstra que nos países adiantados não se aplica a fórmula da revolução permanente. Não podemos dizer, porque esta fórmula não gira ao redor do maior ou menor peso das consignas democráticas no processo revolucionário de um determinado país, mas ao redor de algo bem mais singelo: O carácter que deve ter a mobilização de massas nesta etapa de transição ao socialismo. Os que defendem a revolução permanente, sustentam que é internacional e permanente; os que não a defendem, sustentam que é nacional ou regional e por etapas. E ponto. Isto é, da diferença qualitativa que aparece entre as combinações de consignas segundo os países, Germain tira a conclusão de que essa diferença qualitativa faz à essência da revolução permanente. O que faz, em realidade, é esquartejar a lei da revolução permanente em suas partes nacionais ou regionais, porque não só há diferenças qualitativas na combinação de tarefas entre países atrasados e adiantados; também as há entre diferentes países imperialistas e entre diferentes países atrasados. Há diferenças qualitativas entre a combinação de tarefas que se dá no Uruguai e a que se dá nas colônias portuguesas (ambos países atrasados); há diferenças qualitativas entre Alemanha e Estados Unidos (ambos países adiantados).

Uma pausa para recordar Trotsky

Em última instância Germain considera a revolução permanente como o programa da revolução nacional e democrática nos países atrasados. Não a considera o programa e a lei da revolução mundial até a instauração do socialismo em todo o mundo, do qual uma nação é só uma parte subordinada. Por isso não é casual que ache que existem países em que ela não se aplica. Trotsky sustentava exatamente o contrário:

“A teoria da revolução permanente exige na atualidade a maior atenção por parte de todo marxista, já que o rumo da luta de classes e da luta ideológica vem se deslocando de um modo completo e definitivo a questão, tirando da esfera das lembranças das antigas divergências entre os marxistas russos para fazê-la versar sobre o carácter, o nexos interno e os métodos de a revolução internacional em geral.

A revolução socialista começa na arena nacional, se desenrola na internacional e chega a seu termo e conclusão na mundial. Portanto, a revolução socialista converte-se em permanente em um sentido novo e mais amplo da palavra: no sentido de que só se consuma com a vitória definitiva da nova sociedade em todo o planeta”.

Como a confusão com a teoria da revolução permanente não começou nem terminará com Germain, o próprio Trotsky se encarregou de aclará-la:

“Com o fim de dissipar o caos que cerca a teoria da revolução permanente, é necessário que separemos as três séries de ideias aglutinadas na teoria. Em primeiro lugar, esta encerra o problema da passagem da revolução democrática à socialista. É essa, no fundo, a origem histórica da teoria.

O ‘marxismo’ vulgar criou um esquema da evolução histórica segundo o qual toda a sociedade burguesa conquista cedo ou tarde um regime democrático, à sombra do qual o proletariado, aproveitando-se das condições criadas pela democracia, se organiza e educa pouco a pouco para o socialismo.

A teoria da revolução permanente, ressuscitada em 1905, declarou guerra a estas ideias, demonstrando que os objetivos democráticos das nações burguesas atrasadas conduziām, em nossa época, à ditadura do proletariado, e que esta punha na ordem do dia as reivindicações socialistas. Nisto consistia a ideia central da teoria. Se a opinião tradicional sustentava que o caminho da ditadura do proletariado passava por um prolongado período de a teoria da revolução permanente vinha a proclamar que, nos países atrasados, o caminho da democracia passava pela ditadura do proletariado. Com isso, a democracia deixava de ser um regime de valor intrínseco para várias décadas e se convertia no prelúdio imediato da revolução socialista, unidas ambas por um nexο contínuo. Entre a revolução democrática e a transformação socialista da sociedade estabelecia-se, portanto, um ritmo revolucionário permanente.

O segundo aspecto da teoria caracteriza já à revolução socialista como tal. Ao longo de um período de duração indefinida de uma luta interna constante, vão se transformando todas as relações sociais. A sociedade sofre um processo de metamorfose. E nesse processo de transformação, cada nova etapa é consequência direta da anterior.

Este processo conserva forçadamente um carácter político, ou o que é o mesmo, se desenvolve através do choque dos diferentes grupos da sociedade em transformação. Às explosões da guerra civil e das guerras exteriores sucedem períodos de reformas ‘pacíficas’.

As revoluções da economia, da técnica, da ciência, da família, dos costumes, se desenvolvem numa complexa ação recíproca que não permite a sociedade atingir o equilíbrio. Nisto consiste o carácter permanente da revolução socialista como tal.

O carácter internacional da revolução socialista, que constitui o terceiro aspecto da teoria da revolução permanente, é consequência inevitável do estado atual da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato, mas unicamente um reflexo teórico e político do carácter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do alcance mundial da luta de classes. Os ataques dos epígonos vão dirigidos, ainda que não com igual claridade, contra os três aspectos da teoria da revolução permanente. E não podia ser de outro modo, já que se trata de partes inseparáveis de um todo. Os epígonos separam mecanicamente a ditadura democrática da socialista, a revolução socialista nacional da internacional.”

Está suficientemente claro: para Trotsky, a revolução permanente tem vigência desde os países atrasados até os que estão construindo o socialismo. Para Germain só rege nos países atrasados. Mas sigamos com Trotsky:

“A Quarta Internacional não estabelece compartimentos estanques entre os países atrasados e os avançados, entre as revoluções democráticas e as socialistas. Combina-as e subordina-as à luta mundial dos oprimidos contra os opressores. Assim como a única força genuinamente revolucionária de nossa época é o proletariado internacional, o único programa com o que realmente se liquidará toda opressão social e nacional é o programa da revolução permanente”.

Trotsky alerta que em sua teoria há três “partes inseparavelmente conectadas num todo”, “não faz distinções entre países adiantados e atrasados”, e sustenta que o único programa é “o programa da revolução permanente”. Germain separa uma parte da teoria (a que se refere aos países atrasados), faz distinções entre países adiantados e atrasados, e sustenta que o programa dela revolução permanente se aplica só aos segundos. Por isso foi necessário voltar a Trotsky.

O imperialismo e a autodeterminação nacional

Sigamos com o argumento de Germain sobre que a diferente combinação das tarefas democráticas e transicionais define o que está e o que não está dentro da fórmula da revolução permanente. Assim Germain recorre à artilharia pesada: as demandas democráticas são revolucioná-

rias, “transicionais por seu peso” nos países atrasados e não o são (são de fato reformistas e mínimas) nos países adiantados, porque nestes países o imperialismo não tem fundamentais razões de classe que o impeçam de outorgá-las. Dito em suas palavras:

“Nos países coloniais e semicoloniais, as reivindicações democráticas tem geralmente o peso das reivindicações transitórias. É impossível realizá-las sob o capitalismo, ao menos em sua essência coletiva. Nos países imperialistas isso não é verdade. As reivindicações democráticas não serão normalmente garantidas pela burguesia imperialista decadente. Porém, desde o ponto de vista orgânico, econômico ou social, ou seja, em termos de relações de classe fundamentais, nada impede à burguesia garantir como ‘mal menor’, para evitar que um movimento de massas se transforme em revolução socialista vitoriosa. Organicamente, a ‘burguesia nacional’ de um país colonial não pode resolver a questão agrária sem expropriar, em grande medida, a si mesma. Não há um obstáculo fundamental da mesma natureza para impedir a aplicação do aborto gratuito à pedido, ou da liberdade de imprensa ou inclusive de uma lei eleitoral democrática em um país imperialista. No caso de uma sublevação de massas com potencial reivindicatório, a burguesia imperialista pode acordar concessões para evitar precisamente a explosão.”

Normalmente o imperialismo não esteve disposto a acordar a independência nacional à Polônia, tampouco está disposto a fazê-lo hoje em dia com a Irlanda, Finlândia ou Quebec, porém, no caso de uma situação pré-revolucionária, de um ascenso pujante das lutas operárias, do perigo real de constituição de uma república em alguma dessas nacionalidades, não há nenhum interesse fundamental de classe que impeça o imperialismo transformar qualquer dessas nacionalidades num estado títere independente.

Por estas razões, o perigo de que um movimento de massas em um país imperialista, baseado somente em demandas pela autodeterminação nacional, seja absorvido pela burguesia é muito real.”

Estes parágrafos de Germain estão repletos de confusões inadmissíveis. Em primeiro lugar ataca um inimigo inexistente: um suposto partido revolucionário que se limita a reivindicar somente à demanda da autodeterminação nacional em um país imperialista. Ninguém propõe semelhante barbaridade em nossa Internacional, se não é assim, que Germain diga quem é. O que se está discutindo é se as consignas democráticas, em combinação com as transicionais, tem ou não um grande peso nos países imperialistas. Germain diz que não e nós que sim.

A segunda confusão é em respeito das transformações formais e as de fundo. Germain nos diz que se há grandes mobilizações de massas, o país imperialista pode conceder ao país atrasado a independência formal. Isso é totalmente certo, porém, do que se trata é justamente, de conseguir uma verdadeira liberação nacional, de fundo, não formal. Vale dizer, se trata de conseguir a independência como estado soberano, econômico e politicamente, e não de transformar uma colônia em um estado “títere” independente. A questão é como consegui-lo.

Nós não vemos outra possibilidade que não seja a instauração da ditadura do proletariado em no país atrasado, através da revolução operária que conte com o apoio da classe operária do país imperialista. É assim ou não companheiro Germain?

Porem, há uma terceira confusão, que é a mais grave. Para Germain, o imperialismo pode outorgar as demandas democráticas, já que não há, na estrutura do país imperialista razões “orgânicas” que lhe impeçam fazer concessões mínimas mas de tipo democráticas (aborto, liberdade de imprensa, etc.) Em troca, nos países atrasados, a burguesia nacional não pode fazer esse tipo de concessões “em sua essência coletiva”; por exemplo admitir a revolução agrária.

Isso é certo, porém o companheiro Germain esquece que as burguesias nacionais também podem fazer concessões democráticas mínimas ao movimento de massas (aborto, liberdade de imprensa, etc.) porque não há nenhuma razão “orgânica” que lhes impeça fazê-lo. E também

esquece (e isso é realmente grave) que o imperialismo não pode fazer “em sua essência coletiva”, a concessão democrática de liberar economicamente **todas** suas colônias.

Se a burguesia nacional não pode fazer a revolução agrária porque seria “expropriar a si mesma, em grande medida”; o imperialismo tampouco pode conceder a independência nacional completa aos países dependentes porque seria também “expropriar a si mesmo” e não somente “em grande medida”, mas de forma total. Significaria que deixaria de ser imperialismo.

Deste monumental “esquecimento” teórico de Germain, se desprende um “esquecimento” político não menos monumental e perigosíssimo. Ele apoia a demanda de autodeterminação nacional aplicada a qualquer país colonial em particular, porém se “esquece” dessa demanda aplicada a todo o império. E disso deduz que um movimento de massas no país imperialista, baseado na luta pela autodeterminação nacional, corre o perigo de “ser absorvido pela burguesia imperialista”. A você parece, companheiro Germain, que um movimento de massas que reivindique a liberação nacional de **todos** os países explorados pelo imperialismo pode ser “absorvido” pela burguesia imperialista?

A demanda de autodeterminação nacional em todo o império toca diretamente a estrutura do regime imperialista: não é uma demanda parcial nem formal, mas estrutural. Nenhum país imperialista pode outorgar o direito à autodeterminação nacional, econômica e política, a todos os países do império sem deixar de ser imperialista. Há uma diferença qualitativa entre essa demanda democrática e as outras que cita Germain. Esta demanda democrática essencial é tão importante como a nacionalização de todo o comércio exterior, a terra e a indústria do próprio país imperialista. São demandas que não podem ser absorvidas pelo regime capitalista, como tampouco pode ser o da autodeterminação nacional para todo o império, pelo regime imperialista.

Este simples problema não está nem sequer levantado por Germain: ele minimiza e parcializa a demanda pela autodeterminação nacional no país que luta por ela e a generaliza como uma tarefa democrática estrutural e fundamental para o problema do país imperialista. Reconhece que os operários do país metropolitano devem apoiar a luta pela autodeterminação nacional, porém não diz que eles devem não só apoiar mas também propor essa tarefa para todo o império, nem que, justamente, os únicos que podem generalizá-la de forma absoluta, são os trabalhadores dos países imperialistas. E no entanto, Lenin escreveu volumes e volumes inteiros explicando que uma das tarefas democráticas principais do proletariado russo era liberar as nacionalidades que sofriam o jugo imperialista do regime czarista. E é o mesmo que propunha a Internacional Comunista quando dizia:

“Todos os partidos da Internacional devem explicar constantemente às multidões de trabalhadores a extrema importância da luta contra a dominação imperialista nos países atrasados. Os partidos comunistas que atuam nos países metropolitanos devem formar ante seus comitês dirigentes as comissões coloniais permanentes que trabalharão com os objetivos indicados anteriormente. Os partidos comunistas das metrópoles devem aproveitar toda ocasião que se apresente para por em evidencia o banditismo da política colonial de seus governos imperialistas assim como de seus partidos burgueses e reformistas.”

E Trotsky não só coincidia com esta política como esboçava uma linha de ação para o futuro.

“Uma Europa Socialista proclamará a plena independência das colônias, estabelecerá relações econômicas fraternais com elas e, passo a passo, sem a menor violência, por meio do exemplo e da colaboração, as introduzirá em uma federação socialista mundial.”

Germain coincide, sem lugar a dúvidas com a política bolchevique frente as nacionalidades oprimidas. Porém sua concepção do imperialismo não vai mais além do imperialismo territorial, fronteiriço, basta que se interponha um mar ou um oceano entre o país imperialista e a colônia ou semicolônia, para que pense que a tarefa democrática de liberação nacional fique quase que ex-

clusivamente nas mãos do proletariado do país dependente, ao que, isso o reconhecemos, propõe que há que apoiar. Nem o fato de que a maior mobilização de massas nos últimos tempos, nos Estados Unidos, se originou objetivamente pela defesa da independência nacional do Vietnã o faz mudar de posição.

Germain não se da conta de que, se nos países atrasados a revolução democrática, devém em socialista, nos impérios capitalistas a revolução socialista devém, em um sentido democrática, porque libera não só aos operários metropolitanos, mas também aos povos e nações colonizadas por esse imperialismo, o que é uma tarefa democrática de primeira magnitude.

Este problema não foi proposto a fundo em relação aos países imperialistas e, portanto, não o desenvolvemos programaticamente, ainda que, como vimos, temos claras indicações para solucioná-lo. A solução virá ao respondermos a essas perguntas: Como se aplica, concretamente, em um país imperialista, a consigna democrática de autodeterminação nacional para as colônias semicolônias e os países dependentes do imperialismo? Como se realiza esta tarefa antes e depois da tomada do poder pelo proletariado? Concretamente, o que fazemos nos Estados Unidos, em favor das semicolônias latino-americanas e na França, em favor de suas colônias e semicolônias, antes e depois da tomada do poder?

Uma consigna é a ruptura de todos os pactos colonizantes (OEA pra os Estados Unidos, Commonwealth para a Inglaterra. OCAM e Yaoundé I e II para a França e o MCE, respectivamente) e a outorga de mais total e absoluta independência. O que fazemos com os investimentos e empréstimos imperialistas? Temos que estar pela expropriação em favor dos países coloniais e semicoloniais. Porém, como? Não podemos dar à burguesia e aos latifundiários para que sigam explorando os trabalhadores. Isto coloca um programa democrático dentro do país imperialista, que tem que ter consequências transicionais. Porque para evitar que a independência nacional se transforme em novas cadeias para os explorados das colônias, há que combinar essa consigna com a de Federação dos Estados Socialistas do império, propondo que as empresas de propriedade imperialista nos países coloniais, expropriadas pelo proletariado metropolitano, sejam administradas pela classe operária colonial. Isto é, temos que impor o controle operário como condição fundamental para que não sejam veículo de uma nova exploração. Se não é essa, terá que ser uma variante transicional parecida.

Porém o importante desta discussão não é isso, mas o revisionismo de Germain, que não propõe esta consigna democrática fundamental, de autodeterminação nacional das colônias, semicolônias e países dependentes para todo o império, incluindo, em primeiro lugar, ao proletariado do país imperialista. E não a propõe porque ele só a vê desde o ponto de vista de um país cujo proletariado luta por ela. Porém, a grande tarefa democrática de *destruir o império*, de liberar a todos os países oprimidos, pode ser normalmente outorgada pelo imperialismo? Isso é o que acredita Germain? Ou acredita que só se conquistará com a revolução operária e por nenhum outro meio? E se acredita nesse último, não considera que as tarefas democráticas da revolução socialista nos países imperialistas são gigantescas e impossíveis de conseguir se o proletariado não toma o poder?

As consignas democráticas e a revolução permanente

Sigamos agora com a revolução permanente desde o ponto de vista “interior” (para chamar de alguma maneira) dos países adiantados.

Trotsky tem insistiu na importância das demandas democráticas nos países adiantados. Referindo-se à Itália fascista e à Espanha, assim como à Alemanha, não só destaca a importância destas consignas, mas inclusive diz que pode haver uma etapa democrática no processo da revolução nesses países (na Espanha a dá por feita):

“Mas, no acordar revolucionário das massas, as consignas democráticas constituirão inevitavelmente o primeiro capítulo. Ainda que o processo da luta não permita que se regenere o estado democrático nem por um só dia —o que é muito possível—; a luta mesma não pode evitar as consignas democráticas! Qualquer partido revolucionário que tente saltar esta etapa romperá o pescoço.”

Trotsky tira esta conclusão com base na análise de que a existência do imperialismo faz retroceder à humanidade. *“Na Alemanha não houve nem há ditadura proletária, mas sim há uma ditadura fascista; A Alemanha retrocedeu inclusive nas conquistas da democracia burguesa. Em tais condições, renunciar de antemão às consignas democráticas e ao parlamentarismo burguês significa aplinar o caminho à regeneração da socialdemocracia”.*

Mas esta colocação de Trotsky não é exclusivamente para os países fascistas. Algo muito parecido propõe para os Estados Unidos, comparando com a Itália fascista e a etapa democrática da Revolução Russa:

“É obrigatório que a América do Norte atravesse uma época de reformismo social? O projeto propõe a pergunta e contesta que ainda não se pode dar uma resposta definitiva, mas que em grande parte depende do Partido Comunista. Isso é correto em geral, mas não basta. Aqui recorreremos uma vez mais às leis do desenvolvimento desigual e combinado. Na Rússia usava-se o argumento de que o proletariado não tinha passado ainda pela escola democrática, que definitivamente poderia conduzir à tomada do poder, para refutar a revolução permanente e a tomada do poder pelo proletariado. Mas o proletariado russo atravessou o período democrático no curso de oito meses, de onze a doze anos se contamos desde a época da Duma. Na Inglaterra já leva séculos e na América do Norte este imbróglio já dura bastante. A desigualdade também se expressa em que as diferentes etapas não são combinadas, mas percorridas muito rapidamente, como ocorreu com a etapa democrática na Rússia.”

“Podemos supor que quando caia o fascismo na Itália a primeira onda que a seguirá será democrática. Mas só poderia durar nuns meses, não anos.”

“Já que o proletariado norte-americano, enquanto proletariado não livrou grandes lutas democráticas, já que não combateu pela legislação social, por estar submetido a pressões econômicas e políticas crescentes, é de supor que a fase democrática da luta requererá um verdadeiro tempo. Talvez não será como na Europa, uma época que durou décadas: mais bem, quiçá, um período de anos ou, se os acontecimentos se desenvolvem com ritmo febril, de meses. Há que aclarar o problema do ritmo, e também devemos reconhecer que a etapa democrática não é inevitável. Não podemos predizer se a próxima etapa operária começará no ano que vem, dentro de três anos, de cinco anos, ou talvez de dez anos. Mas sim afirmar com certeza que, mal o proletariado norte-americano se constitua em partido independente, ainda que em princípio o faça sob uma bandeira democrático-reformista, atravessará esta etapa com bastante rapidez”.

Tudo isto foi resumido por Trotsky em “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional” (dezembro de 1932), onde decodificava a essência do marxismo contemporâneo:

“Reconhecimento da necessidade de mobilizar às massas mediante consignas transicionais que correspondam à situação concreta de cada país e, em particular, mediante consignas democráticas quando se trate de lutar contra as relações feudais, a opressão nacional ou a ditadura imperialista descarada em suas diversas variantes (fascismo, bonapartismo, etcetera)”.

Isto é que, para Trotsky as consignas democráticas põem um sinal de igual entre quase todos os países imperialistas (os que têm “abertas ditaduras bonapartistas, fascistas, etc.”) e os países atrasados (os que têm “relações feudais” ou “opressão nacional”).

Os companheiros da maioria propõem que na Europa se está chegando, ou já se chegou, a regimes fortes, bonapartistas ou semibonapartistas. Segundo Trotsky, isso significa que há que

lutar “*particularmente por consignas democráticas*”. Mas Germain, ao dividir os países como o faz, elimina a importância fundamental que este tipo de consignas tem nos países adiantados.

A combinação de etapas e tarefas, também se dá na URSS, e também ali têm grande importância as consignas democráticas e mínimas. A luta pela autodeterminação da Ucrânia, sob a consigna “Por uma Ucrânia independente e soviética”, que podemos ampliar com adequações táticas a todos os países do Leste Europeu, propõe a relação entre esta tarefa e consigna democrática fundamental e a revolução política. Mas ainda se estivéssemos sob um estado operário “normal”, estarão propostas combinações de tarefas, uma das características fundamentais da revolução permanente. E o que é mais importante, se daria em todo seu esplendor a fórmula da revolução permanente, já que estaríamos a ponto de conseguir que se transforme em realidade o objetivo central de nosso programa: a mobilização permanente dos trabalhadores.

Esta discussão teórica contra o revisionismo germainista tem profundas e decisivas consequências práticas para a vida de todas nossas seções. Não é por acaso que o documento europeu da maioria não proponha como uma de nossas tarefas básicas na Europa a tarefa democrático-burguesa da unidade alemã, quiçá a mais importante que deve encarar nossa seção alemã, nossas seções europeias e o proletariado europeu em seu conjunto. Esta tarefa expõe a decadência imperialista, porque a burguesia alemã já tinha conseguido a unidade. Sem a Áustria, mas tinha conquistado. O imperialismo, junto com a burocracia, fez a Alemanha retroceder nesta gigantesca tarefa histórica a mais de um século atrás. Mas Germain não propõe a necessidade desta tarefa porque seguramente pensará que, como é democrática, o imperialismo poderá a resolver sem nenhum impedimento “orgânico, econômico e social”. Se para isso é necessário que a Alemanha esteja à beira de “transformar-se numa república operária”, cavalgando numa “mobilização de massas” depois da consigna democrática da unidade alemã, e nós não levantamos essa consigna, mediremos em carne própria os resultados catastróficos do revisionismo germainista. Porque esta tarefa combina-se com a revolução política do Leste e com a revolução socialista no Oeste.

Alemanha exemplifica, de uma forma ou outra, a vigência cada vez maior da fórmula da revolução permanente em todos os países do mundo, incluindo os imperialistas. Mas não é a unidade da Alemanha a única tarefa democrática proposta na Europa. Sem grande esforço podemos listar outras que são fundamentais para a política de nossas seções: a luta pelas liberdades democráticas na Espanha, Portugal e Grécia, pela independência nacional da Irlanda do Norte, são tarefas democráticas que estão na ordem do dia. Inclusive ao redor de questões secundárias expressa-se a vigência deste aspecto da teoria de revolução permanente para Europa, como lutar para liquidar as mordomias da monarquia e da nobreza na Inglaterra, Holanda, Suécia e Bélgica.

É evidente, e Germain não nega isso, que há tarefas e consignas democráticas propostas para Europa em seu conjunto e para cada um de seus países. E estamos todos de acordo que também há tarefas e consignas transicionais. Sem entrar nesse momento na discussão sobre quais são mais importantes e quais são secundárias, a verdade é que os dois tipos de tarefas e consignas estão ali. Que fazemos com elas?

Trotsky é categórico a respeito quando diz (como já citamos) que se “apagam as fronteiras entre o programa mínimo e o máximo”. Nós sustentamos, assim como Trotsky, que as consignas mínimas e democráticas (antigo programa mínimo) e as transicionais (antigo programa máximo), se combinam segundo a fórmula da revolução permanente.

Germain diz que isso de aplicar a fórmula da revolução permanente aos países imperialistas, é “no melhor dos casos (!!!), extremamente duvidoso”. “Extremas dúvidas” aparte, Germain está nos dizendo que não devemos aplica-la.

Texto 8: As frentes anti-imperialistas, democráticas, femininas, etcétera (Teses XXIX – Atualização do Programa de Transição)

A palavra frente e sua identidade com a expressão frente operária provocou em nosso movimento uma confusão, que tem sido habilmente utilizada pelo revisionismo para contrabandear suas posições dentro das nossas fileiras. Este contrabando tem significado colocar um sinal de igual quanto à sua importância e seu caráter entre a frente única operária —que é uma frente para conseguir uma ação de independência de classe— com as distintas “frentes”, que podem chegar a ser constituídas para ações anti-imperialistas, democráticas, feministas.

Não é casual que em nenhum de seus trabalhos da década de 30, Trotsky tenha chamado à constituição de frentes anti-imperialistas ou de qualquer outro tipo. A célebre formulação das Teses do Oriente sobre a frente anti-imperialista é o único antecedente desta reivindicação dentro da literatura marxista revolucionária. Embora estas Teses indiquem um paralelo entre a frente dos trabalhadores nos países ocidentais e a frente anti-imperialista nos países orientais, o mesmo texto indica que a grande tarefa continua sendo conseguir uma total independência política e organizativa da classe trabalhadora, e não formar frentes estáveis com a burguesia. A grande tarefa da Quarta Internacional é garantir a independência dos trabajadores de toda relação e organização estável com as outras classes. A maior tarefa da Quarta Internacional é conseguir tornar a classe trabalhadora politicamente independente. Mas isto não quer dizer ignorar as lutas progressivas de qualquer setor de classe da população contra o imperialismo, os capitalistas, os latifundiários, o machismo ou os governos burocráticos, totalitários ou ditatoriais. O trotskismo tem que combinar sua luta permanente e sistemática por tornar independente a classe trabalhadora, separando-a de todo outro setor de classe e organizando-a independentemente, com a promoção e intervenção em toda luta progressiva ainda que não seja operária. Se não atuamos assim, a classe trabalhadora nunca será o caudilho de todo o povo explorado e — o mais grave - nossos partidos não serão os caudilhos da classe trabalhadora. O partido soluciona esta contradição promovendo todas as unidades de ação que sejam positivas para o desenvolvimento de qualquer luta de classes progressiva. Mas a unidade de ação é oposta à frente, oposta no tempo, na estrutura e no objetivo. Uma frente cria organismos relativamente permanentes, propõe a organização de comitês de frente única e um funcionamento relativamente democrático dos mesmos, assim como uma permanência na ação, a unidade de ação em troca é momentânea, não cria nenhum organismo com funcionamento mais ou menos democrático, pelo contrário, funciona por acordos e mantendo a mais completa independência dos organismos que fazem o acordo. Diferente da frente, a unidade de ação é fugaz.

Por isso nós estamos pela unidade de ação anti-imperialista; pela unidade de ação das mulheres pelo aborto, divórcio ou pelo direito ao voto, pela unidade de ação com qualquer partido político para pedir espaços iguais no rádio e televisão, por uma manifestação com quem seja para solicitar esses direitos democráticos contra o governo bonapartista e totalitário ou mesmo democrático-burguês. Mas não confundimos a unidade de ação com a formação de uma frente. Estamos contra fazer frentes com os partidos burgueses ou pequeno-burgueses para defender a democracia, mesmo quando concordamos com eles na defesa de determinados pontos democráticos. Com o nome de “frente” se estruturam organizações que são frente-populistas (embora em determinados casos podem jogar um papel relativamente progressivo, como os movimentos nacionalistas), por intervir distintas classes —sobre tudo a burguesia e a pequeno-burguesia—e por seus objetivos, que não são os da independência política da classe operária. Estas variantes frente-populistas podem ter um caráter algo mais progressivo nos países atrasados, quando se colocam lutas contra o imperialismo ou os latifundiários, mas no médio prazo são tão funestas como o frente-populismo metropolitano. Quando essa frente (que jamais nós devemos promover, porque a consideramos uma variante do frente-populismo) se dá, e nele intervém a classe operária ou um setor importante dela, podemos intervir nele já que objetivamente existe, mas para rompê-lo, para denunciá-lo desde dentro e para tornar independente política e organizativamente a classe trabalhadora que está nela. Isto significa que podemos intervir em um movimento nacionalista, mas com um nítido sentido de denúncia da colaboração de classes lhadora.

Sistematicamente, para demonstrar que não somos sectários e que estamos por toda tarefa ant-imperialista ou democrática precisa, concreta, devemos propor a unidade de ação (por exemplo, manifestações conjuntas) para exigir a ruptura de um pacto colonizante, a expropiação das empresas imperialistas, a liberdade de presos pelo regime totalitário, etcétera. Mas devemos denunciar sistematicamente a frente como contrária à nossa política de unidade de ação, porque atrela a classe trabalhadora a organismos de classe que não são os dela.

Esta explicação de que nós não estamos por uma frente única anti-imperialista, nem antifeudal, nem feminista antimachista, nem democrática anti-ditatorial, mas sim por ações anti-imperialistas, feministas, democráticas e anti-latifundiárias é muito importante porque tem havido uma tendência a camuflar a política frente-populista com esses nomes.

Embora durante uma etapa essas frentes possam ser relativamente progressivas, historicamente servem à burguesia e freiam o processo de independência política do proletariado. Por isso é indispensável eliminar definitivamente de nossa política o chamado a frentes de qualquer tipo, que não seja a frente única operária, e levantar em seu lugar a linha da unidade de ação. A frente dos trabalhadores é diferente, porque

não aponta para a colaboração permanente com outras classes ou setores distintos à classe trabalhadora, mas sim à independência de nossa própria classe em relação a todos estes setores. Não confunde as distintas classes em uma organização comum, mas sim tende a separar a classe trabalhadora das outras classes.

Leitura complementar

Texto 9: Cartas sobre a tática – Lenin – (LENIN, V. I. *Obras Completas*. Tomo 31, quinta edição, 8 a 13 de abril de 1917, pp. 131-144.)

Prefácio

Em 4 de abril de 1917, tive de apresentar, em Petrogrado, um relatório sobre o tema indicado no título, primeiramente, numa assembleia de bolcheviques. Eram delegados à conferência de toda a Rússia dos soviets de deputados operários e soldados, delegados que tinham de partir e, por isso, não me podiam conceder nenhum adiamento. No fim da assembleia, o seu presidente, camarada G. Zinoviev, me propôs, em nome de toda a assembleia, que repetisse de imediato o meu relatório numa assembleia dos delegados bolcheviques e mencheviques que queriam discutir a questão da unificação do Partido Operário Social-Democrata da Rússia.

Por mais difícil que me fosse repetir imediatamente meu relatório, não me considerei no direito de recusar, uma vez que o reclamavam tanto os meus correligionários como os mencheviques, que, devido à sua partida, realmente não me podiam conceder um adiamento.

No relatório, li as minhas teses, publicadas no nº 26 do *Pravda* 58, de 7 de abril de 1917. [1]

Tanto as teses quanto o meu relatório suscitaram divergências no seio dos próprios bolcheviques e da própria redação do *Pravda*. Depois de uma série de reuniões, chegamos, unanimemente, à conclusão de que o mais adequado era discutir abertamente estas divergências, dando desse modo material para a conferência de toda a Rússia do nosso partido (o Partido Operário Social-Democrata da Rússia, unificado pelo Comitê Central), que ia se reunir em 20 de abril de 1917 em Petrogrado.

É em cumprimento desta decisão sobre a discussão que publico as cartas seguintes, sem pretender estudar nelas a questão em todos os aspectos, mas desejando apenas apontar os argumentos principais, particularmente essenciais para as tarefas práticas do movimento da classe operária.

CARTA I – Apreciação do momento

O marxismo exige de nós que tenhamos em conta, do modo mais preciso e objetivamente verificável, a correlação das classes e as particularidades concretas de cada momento histórico. Nós, bolcheviques, sempre nos esforçamos por ser fiéis a esta exigência, absolutamente obrigatória do ponto de vista de qualquer fundamentação científica de uma política.

“A nossa doutrina não é um dogma, mas um guia para a ação”, disseram sempre Marx e Engels, zombando, com razão, da aprendizagem de cor e a simples repetição de “fórmulas”, capazes, no melhor dos casos, de apontar apenas tarefas gerais, necessariamente modificáveis pela situação econômica e política concreta de cada fase particular do processo histórico.

Mas por que fatos precisamente estabelecidos e objetivos deve o partido do proletariado revolucionário guiar-se agora para definir as tarefas e as formas da sua atuação?

Tanto na minha primeira *Carta de Longe* (“A primeira etapa da primeira revolução”), publicada no *Pravda* nº 14 e 15, de 21 e 22 de março de 1917, como nas minhas teses, defini “a peculiaridade do momento atual na Rússia” como fase de **transição** da primeira etapa da revolução para a segunda. E, por isso, eu considerava que a palavra de ordem fundamental, a “tarefa do dia” neste momento, é: “operários, vós realizastes prodígios de heroísmo proletário e popular na guerra civil contra o tzarismo, deveis agora realizar prodígios de organização proletária e de todo o povo para preparar a vossa vitória na segunda etapa da revolução” (*Pravda* nº 15). [2]

Mas em que consiste a primeira etapa?

Na passagem do poder de Estado para a burguesia.

Antes da revolução de fevereiro-março de 1917, o poder de Estado na Rússia estava nas mãos de uma velha classe. A saber: a classe da nobreza feudal latifundiária, encabeçada por Nicolau Románov.

Depois desta revolução o poder está nas mãos de outra classe, de uma classe nova. A saber: a *burguesia*.

A passagem do poder de Estado das mãos de uma classe para as mãos de outra é o sinal primeiro, principal, fundamental de uma *revolução*, tanto no significado rigorosamente científico quanto no significado político prático deste conceito.

Nessa medida, a revolução burguesa ou democrático-burguesa na Rússia está *terminada*.

Aqui ouvimos um clamor de objeções de pessoas que gostam de se intitular “velhos bolcheviques”: acaso não dissemos nós sempre que a revolução democrática burguesa só é terminada pela “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”? Acaso a revolução agrária, também democrático-burguesa, terminou? Acaso não é um fato, pelo contrário, que ela ainda não começou?

Respondo: as palavras de ordem e as ideias bolcheviques no geral foram plenamente confirmadas pela história, mas, *concretamente*, as coisas apresentaram-se *diferentemente* daquilo que podia (quem quer que seja) se esperar, mais originais, mais peculiares, mais variadas.

Ignorar, esquecer este fato significaria igualar-se aos “velhos bolcheviques” que já, mais de uma vez, desempenharam um triste papel na história do nosso partido, repetindo uma fórmula insensatamente aprendida de cor em vez de estudar a peculiaridade da realidade nova e viva.

A “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” *já se realizou* [3] na revolução russa, porque esta “fórmula” prevê apenas uma correlação de classes e não uma instituição política concreta que realize esta correlação, esta cooperação. O “soviet de deputados operários e soldados” – eis a “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” já realizada pela vida.

Esta fórmula já está caduca. A vida a fez passar do reino das fórmulas para o reino da realidade, revestiu-a de carne e sangue, concretizou-a e *desse modo* transformou-a.

Na ordem do dia, já está uma tarefa diferente, nova: a cisão entre os elementos proletários (antidefensistas, internacionalistas, “comunistas”, que são pela passagem à comuna) no seio desta ditadura e os elementos *pequenos proprietários* ou *pequeno-burgueses* (Tchkheídze, Tsereteli, Steklov, os socialistas-revolucionários e muitos outros defensistas revolucionários, adversários do avanço na via da comuna, partidários do “apoio” à burguesia e ao governo burguês).

Quem fala agora apenas de “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” está atrasado em relação à vida. Devido a isso, passou de fato para a pequena burguesia contra a luta de classe proletária, e é preciso mandá-lo para o arquivo das raridades “bolcheviques” pré-revolucionárias (poder-se-ia chamar arquivo dos “velhos bolcheviques”).

A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato já foi realizada, mas de modo extraordinariamente original, com uma série de modificações extremamente importan-

tes. Delas falarei em particular numa das cartas seguintes. Agora é necessário assimilar a verdade indiscutível de que um marxista deve ter em conta a vida viva, os fatos precisos da realidade, e não continuar a agarrar-se a uma teoria de ontem, que, como qualquer teoria, no melhor dos casos, apenas indica o fundamental, o geral; apenas se aproxima da apreensão da complexidade da vida.

“A teoria, meu amigo, é cinzenta, mas é verde a árvore eterna da vida.”

Quem coloca a questão da “terminação” da revolução burguesa à velha maneira sacrifica o marxismo vivo à letra morta.

À velha maneira, as coisas se apresentam assim: a dominação da burguesia pode e deve ser seguida pela dominação do proletariado e do campesinato, pela sua ditadura.

Mas, na vida, as coisas *já* se apresentam de modo diferente: aconteceu um entrelaçamento *de uma e da outra* extraordinariamente original, juntas, ao mesmo tempo, tanto a dominação da burguesia (o governo de Lvov e Gutchkov) quanto a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato, que entrega *voluntariamente o poder à burguesia, que se transforma voluntariamente* em apêndice dela.

Porque não se pode esquecer que, de fato, em Petrogrado, o poder está nas mãos dos operários e soldados; o novo governo não exerce nem pode exercer violência sobre eles, porque não existe nem polícia, nem um exército separado do povo, nem um funcionalismo que esteja onipotentemente acima do povo. Isto é um fato. Isto é precisamente um fato que é característico do Estado do tipo da Comuna de Paris. Este fato não se encaixa nos velhos esquemas. É preciso saber adaptar os esquemas à vida, e não repetir palavras que perderam o sentido sobre a “ditadura do proletariado e do campesinato” *em geral*.

A bordemos a questão de outro lado para melhor a esclarecer.

Um marxista não deve abandonar o terreno preciso da análise das relações de classe. No poder, está a burguesia. Mas a massa dos camponeses acaso não constitui também uma burguesia de outra camada, de outro tipo, de outro caráter? De onde é que decorre que esta camada não pode chegar ao poder, “terminada” a revolução democrático-burguesa? Por que é que isso é impossível?

É assim que, frequentemente, raciocinam os velhos bolcheviques.

Respondo: isso é plenamente possível. Mas um marxista, ao considerar, não deve partir do possível, mas do real.

A realidade mostra-nos o fato de que os deputados, soldados e camponeses livremente eleitos entram livremente para o segundo governo, o governo paralelo, completam-no, desenvolvem-no e concluem-no livremente. E, com igual liberdade, entregam o poder a burguesia – fenômeno que, de modo algum, “inflige” a teoria do marxismo, pois nós sempre soubemos e indicamos repetidamente que a burguesia não se mantém apenas pela violência, mas também pela falta de consciência, pela rotina, pelo embrutecimento, pela desorganização das massas.

E perante esta realidade de hoje, é perfeitamente ridículo iludir o fato e falar de “possibilidades”.

E possível que o campesinato tome toda a terra e todo o poder. Não só não esqueço esta possibilidade, não limito o meu horizonte apenas ao dia de hoje, mas formulo direta e precisamente o programa agrário, tendo em conta um fenômeno novo: uma cisão mais profunda entre os assalariados agrícolas e camponeses mais pobres e os camponeses proprietários.

Mas também é possível uma coisa diferente: é possível que os camponeses deem ouvidos aos conselhos do partido pequeno-burguês dos socialistas revolucionários, que se sujeitou à influência dos burgueses, passou para o defensismo e aconselha a esperar até a Assembleia Constituinte, embora até agora sequer tenha sido marcada a data da sua convocação! **[4]**

É possível que os camponeses mantenham, prossigam o seu acordo com a burguesia, acordo que eles agora concluíram através dos soviets de deputados operários e soldados não só formalmente, mas também de fato.

São possíveis diversas coisas. Seria o maior dos erros esquecer o movimento agrário e o programa agrário. Mas seria também um erro esquecer a realidade, que nos mostra o fato do entendimento – ou, empregando uma expressão mais precisa, menos jurídica, de maior sentido econômico de classe –, o fato da colaboração de classes entre a burguesia e o campesinato.

Quando este fato deixar de ser um fato, quando o campesinato se separar da burguesia, tomar a terra contra ela, tomar o poder contra ela – então isso será uma nova etapa da revolução democrática burguesa, e dela falaremos à parte.

Um marxista que, devido à possibilidade dessa etapa futura, esquecesse os seus deveres agora, quando o campesinato tem um entendimento com a burguesia, transformar-se-ia num pequeno burguês. Porque ele, de fato, estaria a pregar ao proletariado a confiança na pequena burguesia (“ela, esta pequena burguesia, este campesinato, deve separar-se da burguesia ainda nos limites da revolução democrática burguesa”). Devido à “possibilidade” de um agradável e doce futuro, quando o campesinato não for à causa da burguesia, quando os socialistas-revolucionários, os Tchkhéidze, os Tsereteli, os Steklov não forem um apêndice do governo burguês – devido à “possibilidade” de um agradável futuro ele, esqueceria o **desagradável presente**, em que o campesinato ainda é a cauda da burguesia, em que os socialistas-revolucionários e os socialdemocratas ainda não abandonaram o papel de apêndice do governo burguês, de oposição “de sua majestade” Lvov.

Esta pessoa hipotética assemelhar-se-ia a um adocicado Louis Blanc, a um kautskista melífluo, mas de modo nenhum a um marxista revolucionário.

Mas não nos ameaçará o perigo de cair no subjetivismo, no desejo de “saltar por cima” da revolução de caráter democrático burguês não concluída – que ainda não esgotou o movimento camponês – para a revolução socialista?

Se eu dissesse “não o czar, mas um governo operário” esse perigo ameaçar-me-ia. Mas eu não disse isso, disse outra coisa. Disse que na Rússia não pode haver outro governo (sem contar o burguês) que não sejam os soldados soviets de deputados operários, assalariados agrícolas, soldados camponeses. Disse que agora na Rússia o poder só pode passar de Gutchkov e Lvov para estes soviets, e neles predomina exatamente o campesinato, predominam os soldados, predomina a pequena burguesia, para nos exprimirmos com um termo científico, marxista, para não utilizar uma caracterização corrente, filistina, profissional, mas uma caracterização de classe.

Nas minhas teses, assegurei-me absolutamente contra qualquer ideia de saltar por cima do movimento camponês ou pequeno-burguês em geral, que não se esgotou, contra qualquer *jogo* à “tomada do poder” por um governo operário, contra qualquer aventura blanquista, pois aponte diretamente a experiência da Comuna de Paris. E esta experiência, como é sabido e como Marx mostrou em 1871 e Engels em 1891, excluiu absolutamente o blanquismo, garantiu absolutamente as dominações diretas, imediatas, incondicionais, da maioria e a atividade das massas apenas na medida da atuação consciente da própria maioria.

Nas teses, eu reduzi a questão do modo mais definido à luta pela influência **dentro** dos soviets de deputados operários, assalariados agrícolas, camponeses e soldados. Para não permitir nem sombra de dúvida a este respeito, sublinhei duas vezes nas teses a necessidade de um trabalho de “explicação” paciente, persistente, “adaptado às necessidades práticas das massas”.

Pessoas ignorantes ou renegados do marxismo, como o Sr. Plekhanov etc., podem gritar acerca do anarquismo, do blanquismo etc. Quem quiser pensar e aprender não pode deixar de compreender que o blanquismo é a tomada do poder por uma minoria, enquanto os soviets de deputados operários etc., são, *notoriamente*, a organização direta e imediata da maioria do povo. Um

trabalho reduzido à luta pela influência dentro desses soviets não pode, simplesmente não pode, cair no pântano do blanquismo. E não pode cair no pântano do anarquismo, porque o anarquismo é a negação da *necessidade do Estado e do poder de Estado* para a época da passagem da dominação da burguesia para a dominação do proletariado. E eu, com uma clareza que exclui qualquer possibilidade de mal entendidos, defendo a necessidade do Estado para esta época, mas, de acordo com Marx e a experiência da Comuna de Paris, não do Estado parlamentar burguês habitual, mas de um Estado sem exército permanente, sem uma polícia oposta ao povo, sem um funcionalismo colocado acima do povo.

Se o Sr. Plekhanov grita com todas as forças no seu Edinstvó 66 sobre o anarquismo, isso apenas prova, mais uma vez, a sua ruptura com o marxismo. Ao meu convite no *Pravda* (nº 26) para dizer o que ensinaram Marx e Engels sobre o Estado em 1871, 1872 e 1875 tem e terá o Sr. Plekhanov de responder com o silêncio sobre a essência da questão e com gritos à maneira da burguesia enraivecida.

O ex-marxista Sr. Plekhanov não compreendeu de todo em todo a doutrina do marxismo sobre o Estado. Aliás, os germes desta incompreensão notam-se também na sua brochura em alemão sobre o anarquismo.

* * *

Vejamos, agora, como é que o camarada I. Kamenev, numa nota no nº 27 do *Pravda*, formula as suas “divergências” com as minhas teses e com as concepções expostas acima. Isso ajudar-nos-á a esclarecê-las melhor.

“No que diz respeito ao esquema geral do camarada Lenine”, escreve o camarada Kamenev, “ele apresenta-se-nos como inaceitável, visto que parte do reconhecimento de que a revolução democrática burguesa está terminada e conta com a imediata transformação desta revolução em revolução socialista...”

Há aqui dois grandes erros.

Primeiro, A questão da “terminação” da revolução democrática burguesa não é corretamente colocada. Esta questão é colocada de um modo abstrato, simples, unicolor, se assim nos podemos exprimir, que não corresponde à realidade objetiva. Quem coloca a questão assim, quem pergunta agora se “terá terminado a revolução democrático-burguesa”, **sem mais**, priva-se da possibilidade de compreender uma realidade extraordinariamente complexa, pelo menos “bicolor”. Isto em teoria. E, na prática, rende-se irremediavelmente ao *revolucionarismo pequeno-burguês*.

Com efeito, a realidade mostra-nos tanto a passagem do poder para a burguesia (uma revolução democrático-burguesa de tipo habitual “terminada”) como a existência, ao lado do verdadeiro governo, de um governo paralelo, que representa a “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”. Este último “também-governo” cedeu ele próprio o poder à burguesia, amarrrou-se ele próprio ao governo burguês.

Será esta realidade abarcada pela fórmula velho-bolchevique do camarada Kamenev: “a revolução democrático-burguesa não está terminada”?

Não, a fórmula está ultrapassada. Não serve para nada. E morta. Serão vãos os esforços para a ressuscitar.

Segundo, uma questão prática. Não se sabe se, atualmente, ainda pode existir na Rússia uma “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” *independente, separada* do governo burguês. Não se pode basear no desconhecido uma tática marxista.

Mas se isso puder ainda acontecer, o caminho para isso é um e só um: a separação imediata, decidida e irrevogável dos elementos comunistas do movimento dos elementos pequeno-burgueses.

Por quê?

Porque toda a pequena burguesia, não por acaso, mas nesses realmente, se voltou para o chauvinismo (= defensismo), para o “apoio” à burguesia, para a dependência em relação a ela, para o *medo* de passar sem ela etc. etc.

Como é que se pode “empurrar” a pequena burguesia para o poder se esta pequena burguesia já hoje pode, mas não quer tomá-lo?

Só pela separação do partido proletário, comunista, pela luta de classe proletária, liberta da timidez destes pequenos burgueses. Só a coesão dos proletários livres, de fato e não em palavras, da influência da pequena burguesia e capaz de tornar tão “quente” o chão debaixo dos pés da pequena burguesia que, em certas condições, ela tenha de tomar o poder; não está mesmo excluído que Gutchkov e Miliukov sejam – mais uma vez em certas circunstâncias – favoráveis ao poder absoluto, ao poder único de Tchkeídze, de Tsereteli, dos socialistas-revolucionários, de Steklov, pois, apesar de tudo, eles são “defensistas”!

Quem separar desde já, imediata e irrevogavelmente, os elementos proletários dos soviets (isto é, o partido proletário, comunista) dos elementos pequeno-burgueses exprime corretamente os interesses do movimento em ambos os casos possíveis: tanto no caso de a Rússia viver ainda uma “ditadura do proletariado e do campesinato” particular, independente, não subordinada à burguesia, como no caso de a pequena burguesia não ser capaz de se separar da burguesia e vacilar eternamente (isto é, até ao socialismo) entre ela e nós.

Quem se guiar na sua atividade apenas pela simples fórmula “a revolução democrática burguesa não está terminada” assume desse modo como que a garantia de que a pequena burguesia é seguramente capaz de ser independente da burguesia. Isso é pôr-se irremediavelmente, neste momento, à mercê da pequena burguesia.

A propósito. Acerca da “fórmula” ditadura do proletariado e do campesinato, apesar de tudo, será oportuno recordar que, em *Duas Táticas* (julho de 1905), eu sublinhava especialmente (p. 435 de *Em 12 Anos*):

“A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato tem, como tudo no mundo, o seu passado e o seu futuro. O seu passado é a autocracia, o regime de servidão, a monarquia, os privilégios... O seu futuro é a luta contra a propriedade privada, a luta do trabalhador assalariado contra o patrão, a luta pelo socialismo...”

O erro do camarada Kamenev consiste em que, em 1917, ele só olha para o passado da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Mas para ela de fato já começou o futuro, porque os interesses e a política do operário assalariado e do pequeno patrão de fato já divergiram, e sobre uma questão tão importante como o “defensismo”, como a atitude em relação à guerra imperialista.

E aqui abordo o segundo erro no raciocínio citado do camarada Kamenev. Ele censura-me por meu esquema “contar” com a “imediata transformação desta revolução (democrático-burguesa) em revolução socialista”.

Isto é falso. Eu não só não “conto” com a “imediata transformação” da nossa revolução em revolução socialista como previno diretamente contra isso, declaro diretamente na tese nº 8: “... Não ‘introdução’ do socialismo como nossa tarefa *imediata*”.

Não será claro que uma pessoa que conta com a transformação imediata da nossa revolução em revolução socialista não poderia erguer-se contra a tarefa imediata de introduzir o socialismo?

Mais ainda. É mesmo *impossível* introduzir “imediatamente” na Rússia o “Estado-comuna” (isto é, um Estado organizado segundo o tipo da Comuna de Paris), porque, para isso, é necessário que a *maioria* dos deputados em todos (ou na maioria) os soviets tenha clara consciência de toda a falsidade e de todo o dano da tática e da política dos socialistas revolucionários, de Tchkhéidze, Tsereteli, Steklov etc. E eu declarei, de modo perfeitamente preciso, que, neste domínio, só “conto” com uma explicação “paciente” (será necessário ser paciente para alcançar uma modificação que é possível realizar “imediatamente”?)!

O camarada Kamenev agitou-se de modo um bocadinho “impaciente” e repetiu o preconceito burguês acerca da Comuna de Paris, que teria querido introduzir “imediatamente” o socialismo. Não é assim. A Comuna, infelizmente, foi demasiado lenta a introduzir o socialismo. A essência real da Comuna não consiste naquilo em que habitualmente a procuram os burgueses, mas na criação de um tipo particular de Estado. E, na Rússia esse Estado *já* nasceu, são o soviets de deputados operários e soldados!

O camarada Kamenev não refletiu sobre o fato, sobre o significado dos soviets existentes, sobre sua identidade de tipo e de caráter sociopolítico com o Estado da Comuna e, em vez de estudar o fato, pôs-se a falar de uma coisa com que eu “contaria” como um futuro “imediato”. Daí resultou, infelizmente, a repetição do método de muitos burgueses: da questão de saber o que são os soviets de deputados operários e soldados, se são de um tipo *superior* à república parlamentar, se eles são mais úteis para o povo, se eles são *mais democráticos*, se eles são *mais adequados* para lutar, por exemplo, contra a falta de cereais etc., desvia-se a atenção desta questão vital, real, colocada pela vida na ordem do dia, para a questão oca, pretensamente científica, na realidade desprovida de conteúdo professoralmente morta, do “contar com uma transformação imediata”.

É uma questão oca e falsamente colocada. Eu “conto” apenas que, *exclusivamente* que, os operários, soldados e camponeses resolverão melhor do que os funcionários, melhor do que os policiais, as difíceis questões *práticas* do aumento da produção de cereais, da sua melhor distribuição, do melhor abastecimento dos soldados etc. etc.

Estou profundamente convencido de que os soviets de deputados operários e soldados tornarão realidade, mais rapidamente e melhor, a independência da *massa* do povo do que a república parlamentar (noutra carta falarei mais em pormenor da comparação de ambos os tipos de Estado). Eles resolverão melhor, de modo mais prático e seguro, como é que se pode dar e quais, precisamente, os passos que se pode dar para o socialismo. O controle do banco, a fusão de todos os bancos num só, isso ainda não é o socialismo, mas é um passo para o socialismo. Hoje, esses passos são dados pelos *Junkers* e pelos burgueses da Alemanha contra o povo. Amanhã, o soviet de deputados operários e soldados saberá dá-los muito melhor em benefício do povo se tiver nas mãos todo o poder de Estado.

E que é que **obriga** esses passos?

A fome. A desorganização da economia. A bancarrota que nos ameaça. Os horrores da guerra. Os horrores das feridas causadas à humanidade pela guerra.

O camarada Kamenev conclui a sua nota com a declaração de que “numa ampla discussão espera defender o seu ponto de vista como único possível para a socialdemocracia revolucionária na medida em que ela queira e deva manter-se até a fim o partido das massas revolucionárias do proletariado e não se transformar num grupo de propagandistas comunistas”.

Parece-me que nestas palavras é visível uma apreciação profundamente errada do momento. O camarada Kamenev opõe o “partido das massas” ao “grupo de propagandistas”. Mas, precisa-

mente agora, as massas cederam à embriaguez do defensismo “revolucionário”. Não será mais decoroso também para os internacionalistas neste momento saber resistir à embriaguez “de massas” do que “querer permanecer” com as massas, isto é, ceder à epidemia geral? Não vimos nós, em todos os países europeus beligerantes, como os chauvinistas se justificaram com o desejo de “permanecer com as massas”? Não será obrigatório saber durante um certo tempo estar em minoria contra a embriaguez “de massas”? Não será o trabalho precisamente dos propagandistas exatamente no momento atual um ponto central para libertar a linha proletária da embriaguez defensiva e pequeno-burguesa “de massas”? Foi precisamente a fusão das massas, tanto proletárias como não-proletárias, sem examinar as diferenças de classe no seio das massas, que foi uma das condições da epidemia defensiva. Não é certamente muito próprio falar com desprezo de um “grupo de propagandistas” da linha proletária.

NOTAS:

1. Em apêndice à presente carta, reproduzo essas teses, juntamente com breves notas explicativas, deste número do *Pravda*.
2. Ver o presente tomo, p. 87 (N. Ed.)
3. Em certa forma e em certa medida.
4. Para que as minhas palavras não sejam mal interpretadas, direi imediatamente, adiantando-me: sou absolutamente favorável a que os soviets de assalariados agrícolas e de camponeses tomem imediatamente toda a terra, mas observem eles próprios muito estritamente a ordem e a disciplina, não admitam nem a menor deterioração dos edifícios, construções, gado, não desorganizem de nenhum modo a economia e a produção de cereais, antes a reforcem, pois os soldados precisam do dobro do pão e o povo não deve passar fome.

Texto 10: Cartas entre Trotsky e Preobrazhensky*

Primeira carta de Trotsky a Preobrazhensky

19 de abril de 1928

O jornal *Pravda* publica, em várias edições, um extenso artigo com o título de “O significado e as lições da insurreição de Cantão”. O artigo é notável pela informação de grande valor, verificável e inédita, e também pela lúcida exposição das contradições e da confusão de caráter principista.

Começa com uma avaliação da natureza social da própria revolução. Como todos sabemos, é uma revolução democrático-burguesa, operária e camponesa. Ontem se supunha que se desenvolvia sob as bandeiras do Kuomintang.

Mas, segundo o que pode apreciar o autor, o caráter da revolução e ainda toda a sua política oficial continuam sendo democrático-burgueses.

Logo voltaremos ao capítulo que trata da política do poder soviético. Aqui encontramos o seguinte: “em interesse dos trabalhadores, o soviet de Cantão baixou decretos que estabeleciam o controle operário da produção, efetuando este controle através dos comitês de fábrica (e)... a nacionalização da grande indústria, do transporte e dos navios”. Continua enumerando as seguintes medidas: “o confisco de todas as residências da grande burguesia para serem utilizadas pelos trabalhadores”. Assim, os operários tinham o poder em Cantão através do seu soviet. De fato, estava nas mãos do Partido Comunista, ou seja, do partido do proletariado. O programa incluía não apenas o confisco de qualquer propriedade feudal que ainda existisse na China; não só controle operário da produção, mas também a nacionalização da grande indústria, dos bancos e dos transportes, tanto

quanto o confisco das residências burguesas e de todas as suas propriedades em benefício dos trabalhadores. Surge a pergunta: se esses são os métodos de uma revolução burguesa, então que aspecto teria a revolução socialista na China? Que outra classe poderia efetuar a transformação e através de que outras medidas? Observamos que, dado o desenvolvimento real da revolução, a fórmula de uma revolução democrático-burguesa, operária e camponesa aplicada à China no período atual, na atual etapa do seu desenvolvimento, resulta ser uma ficção, uma fórmula vazia, uma “bagatela”. Os que insistiram nesta fórmula antes da insurreição de Cantão e, sobretudo, os que insistem agora, depois desta insurreição, repetem (em diferentes condições) o erro principista cometido por Zinoviev, Kamenev, Rykov e outros em 1917. Pode-se argumentar que a revolução agrária na China ainda não está resolvida. Certo. Mas tampouco se resolveu em nosso país antes do estabelecimento da ditadura do proletariado. E no nosso país não foi a revolução democrático-burguesa e sim a revolução socialista proletária que conquistou a revolução agrária, a qual, além disso, foi muito mais profunda do que a que é possível na China, dadas as condições históricas do sistema chinês de propriedade da terra. Pode-se dizer que a China ainda não amadureceu para a revolução socialista. Mas esta seria uma maneira abstrata e morta de colocar a questão. A Rússia, isoladamente, estava madura para o socialismo? Estava madura para a ditadura do proletariado como a única forma de solucionar todos os problemas nacionais; mas o desenvolvimento socialista, este que surge das condições econômicas e culturais de um país, está indissolivelmente ligado ao desenvolvimento futuro da revolução mundial. Isto se aplica à China, no todo e em parte. Se este era um prognóstico há oito ou dez meses (um tanto atrasado), então hoje é uma dedução irrefutável que surge da experiência do levante de Cantão. Seria um erro argumentar que o levante de Cantão foi em grande medida uma aventura e que as relações de classes atuais se refletiam de forma distorcida.

Os trabalhadores de Cantão ilegalizaram o Kuomintang, proclamando a ilegalidade de todas as suas tendências. Que significa isto? Que, para a solução das tarefas nacionais fundamentais nem a grande burguesia, nem a pequena burguesia poderiam juntar força suficiente para resolver, junto com o partido do proletariado, as tarefas da “revolução democrático-burguesa”. Mas “nós” passamos por cima dos milhões de camponeses e da revolução agrária... Uma lamentável objeção... Porque a chave de toda a situação está precisamente no fato de que a tarefa de conquistar o movimento camponês recai sobre o proletariado, ou seja, sobre o partido comunista; e esta tarefa não pode resolver-se na realidade de outra maneira além da que foi utilizada pelos operários de Cantão, isto é, pela forma da ditadura do proletariado, cujos métodos, desde o começo, passam, inevitavelmente, a serem métodos socialistas. Pelo contrário, o destino geral destes métodos, tanto como o da ditadura de conjunto, se decide, em última análise, pelo curso do desenvolvimento mundial que, naturalmente, não exclui, mas pressupõe uma política correta por parte da ditadura proletária, que consiste em desenvolver e fortalecer a aliança entre operários e camponeses e uma adaptação total às condições nacionais, por um lado, e ao curso do desenvolvimento mundial pelo outro. Jogar com a fórmula da revolução democrático-burguesa, logo depois da experiência da insurreição de Cantão, é marchar contra o Outubro chinês, porque, sem a orientação política correta, os levantes revolucionários não podem triunfar, não importa quão heroicos e sacrificados sejam eles.

Certamente, a revolução chinesa “passou para uma nova fase e mais elevada”, mas isto é correto não no sentido de que surgirá amanhã, mas no sentido de que revelou o vazio da palavra de ordem da revolução democrático-burguesa. Engels disse que um partido que perde uma situação favorável e em consequência sofre uma derrota, se transforma em nada. Isso se aplica também ao partido chinês. A derrota da revolução chinesa não é, de maneira alguma, menor do que a derrota da revolução alemã de 1923. Sem dúvida, devemos supor que a referência a “nada” deve ser

feita de forma sensata. Muitas coisas prenunciam o fato de que o próximo período na China será de refluxo revolucionário, um lento processo de assimilação das lições das derrotas mais cruéis e, em consequência, do debilitamento da influência direta do Partido Comunista. Surge daí a necessidade de que este último tire as conclusões profundas em todas as questões de princípios e táticas. E isto é impossível sem uma discussão aberta e total de todos os erros fatais cometidos até agora. No entanto, isso não deve se converter numa atividade de auto isolamento. É necessário manter-se firme sobre o pulsar da classe operária para não cometer um erro na apreciação do ritmo, para identificar uma nova onda ascendente e preparar-se a tempo para uma nova oportunidade.

Resposta de Preobrajensky

(...) Sua posição é forte somente nas suas impressões externas, na sua simplicidade e clareza esquemática, mas não é viável. A analogia com o curso da nossa revolução não fala a seu favor, mas contra. Nós fizemos uma revolução burguesa fracassada em 1905. Apesar da burguesia já ter se revelado nessa época como uma força contrarrevolucionária (durante o levante de dezembro), nosso partido orientou o proletariado para uma nova revolução democrático-burguesa como etapa necessária na futura luta pelo socialismo, sob uma nova relação de forças. Teve ou não razão Lenin, inclusive em 1915-16, isto é, logo depois de levantar a palavra de ordem de transformar a guerra imperialista em guerra civil, quando ele considerou necessário que a Rússia, durante a primeira etapa, se orientasse para a revolução democrático-burguesa e não para a ditadura do proletariado, enquanto considerou pueril a posição de Bukharin e Piatakov de (que falavam de levantar a palavra de ordem de uma revolução socialista direta)? Creio que Lenin tinha razão. E foi só depois que se realizou, mas não se completou, em fevereiro, a revolução democrático-burguesa, que Lenin levantou a palavra de ordem de ditadura do proletariado, a palavra de ordem da revolução que deve, em sua marcha, completar a revolução democrático-burguesa e passar à reconstrução socialista da sociedade. Enquanto isso, as duas revoluções chinesas ainda não conseguiram o que nós conseguimos em fevereiro nem no sentido de conquistas materiais nem – o que é mais importante – no sentido de criar as condições para a organização dos soviets de operários e camponeses em escala nativa, algo que nós conseguimos imediatamente depois da queda do czarismo. Por outro lado, não creio que, na China de hoje, qualquer tipo de movimento esteja assegurado na direção burguesa de acordo com linhas evolutivas, da mesma maneira como se conseguiu o desaparecimento pacífico dos restos feudais na Alemanha logo depois da revolução fracassada de 1848. Resumo: a China ainda tem diante de si uma luta colossal, amarga e prolongada por questões elementares como a unificação nacional, sem falar do problema colossal da revolução democrático-burguesa agrária. É impossível dizer, hoje, se a pequena-burguesia chinesa poderá criar partidos análogos aos nossos social-revolucionários ou se tais partidos serão criados pelos comunistas da ala direita que rompem com o partido etc. Há uma única questão clara: a hegemonia do movimento do futuro ainda pertence ao proletariado, mas o conteúdo social da primeira etapa da futura terceira revolução chinesa não pode ser caracterizado como um giro socialista. Você terá dificuldades para demonstrar – se é que sempre teremos que recorrer às analogias – que a atual situação chinesa é a etapa entre fevereiro e outubro, só que se estende por um período de anos. Não houve fevereiro na China, o movimento foi esmagado no umbral de fevereiro, embora em alguma coisa a situação tenha superado fevereiro (o espírito contrarrevolucionário de toda a grande e média burguesia, dos kulaks e do capital mercantil). Seu erro fundamental está em determinar o caráter de uma revolução na base de quem a faz, qual classe, quer dizer, pelo sujeito efetivo, enquanto dá uma importância secundária ao conteúdo ob-

jetivo do processo. A revolução de novembro na Alemanha não foi realizada pela burguesia, mas ninguém considera que essa revolução tenha sido proletária. A revolução de 1789 foi completada pela pequena-burguesia, mas ninguém caracterizou a grande revolução francesa como pequeno-burguesa. A revolução chinesa será dirigida desde o começo pelo proletariado, e este exigirá o pagamento por isso desde o começo, mas, apesar disso, a primeira etapa dessa revolução permanecerá no estágio democrático-burguês, enquanto a composição das forças estatais organizadas e funcionais continuará sendo a da ditadura do proletariado e dos camponeses. (...)

Resposta de Trotsky a Preobrazhensky

(Segunda carta de Trotsky a Preobrazhensky)

Sua carta demorou vinte e dois dias para chegar. É difícil discutir questões vitais em semelhantes condições e, em minha opinião, a questão chinesa se localiza entre as mais vitais, porque lá a luta ainda está se desenvolvendo, os exércitos guerrilheiros estão no campo e a insurreição armada foi colocada na ordem do dia, como você sabe, a partir da resolução do último plenário do Comitê Executivo da Internacional Comunista. Cheguei à conclusão de que não haveria ditadura democrática dos operários e camponeses na China desde o momento em que se formou, pela primeira vez, o governo de Wuhan. Baseei-me precisamente na análise dos fatos sociais mais fundamentais e não sobre a forma como se refletiam politicamente. Como se sabe, muitas vezes assume formas peculiares, já que nesta esfera entram fatores de segunda ordem, incluindo a tradição nacional. Convenci-me de que os acontecimentos sociais básicos já se tinham aberto caminho através de todas as peculiaridades de superestrutura política, quando o fracasso de Wuhan destruiu totalmente a lenda do Kuomintang de esquerda que, segundo se dizia, abraçava as nove décimas partes de todo o Kuomintang. Em 1924-25, era lugar comum que o Kuomintang era um partido operário e camponês. Este partido, “inesperadamente”, demonstrou ser capitalista burguês. Então, se acreditou em outra versão: que só a direção era capitalista, mas que o verdadeiro Kuomintang – as nove décimas partes dele – era um partido operário e camponês revolucionário. Uma vez mais, resultou “inesperado” que o Kuomintang de esquerda, no todo e em parte, procedeu a esmagar o movimento camponês, o qual, como bem se sabe, tem grandes tradições na China e suas próprias formas organizativas tradicionais que se difundiram durante estes anos. É por isso que, quando você escreve, no espírito da abstração absoluta, que “é impossível dizer hoje se a pequena-burguesia poderá criar algum tipo de partido análogo ao nosso social-revolucionário, ou se tal partido será criado pelos comunistas de direita que rompem com o partido etc.”, eu respondo a esse argumento(?) partindo da “teoria das probabilidades”, como segue: em primeiro lugar, ainda onde o partido dos social-revolucionários está para ser criado, de nenhuma maneira surgiria disso qualquer ditadura do proletariado e dos camponeses, precisamente como não houve nenhuma no nosso país, apesar de que havia condições muitíssimo mais favoráveis; em segundo lugar, ao invés de adivinhar se a pequena-burguesia será capaz, no futuro – ou seja, com um maior agravamento das tensões de classe – de cumprir um papel independente maior ou menor (supondo-se que uma farpa de madeira pudesse, repentinamente, disparar uma bala?), alguém deveria perguntar-se por que a pequena-burguesia foi incapaz de cumprir semelhante papel num passado recente, quando tinha à sua disposição as condições mais favoráveis: o Partido Comunista foi lançado ao seio do Kuomintang, este foi declarado um partido operário-camponês, foi apoiado por toda autoridade da Internacional Comunista e da URSS, o movimento camponês se ampliou e buscou uma direção, a *intelligentzia* estava mobilizada amplamente desde 1919 etc.

Você escreve que a China ainda enfrenta “o problema colossal da revolução democrático-burguesa agrária”. Para Lenin, esta era a raiz da questão. Lenin assinalou que o campesinato, mesmo como estado, é capaz de cumprir um papel revolucionário na luta contra o estado da nobreza latifundiária e que a burocracia se ligava indissolivelmente a esta última, coroada pela autocracia czarista. Na etapa subsequente, diz Lenin, os kulaks romperão com os operários e, junto com eles, uma parte considerável dos camponeses médios, mas isto ocorrerá já durante a transição à revolução proletária, como parte integral da revolução internacional. Mas como está a situação na China? A China não tem nobreza latifundiária; não tem estado camponês fundido pela comunhão de interesses contra os latifundiários. A revolução agrária na China vai contra a burguesia urbana e rural. Radek enfatizou isto seguidamente – até Bukharin o entendeu pela metade! Eis o X da questão!

Você escreve que “o conteúdo social da primeira etapa da terceira revolução chinesa não pode caracterizar-se como um giro socialista”. Mas aqui se corre o risco de cair na escolástica bukharinista e de ocuparmo-nos com minúcias terminológicas ao invés de fazer uma caracterização viva do processo dialético. Qual foi o conteúdo da nossa revolução de outubro de 1917 até julho de 1918? Deixamos as oficinas e as fábricas nas mãos dos capitalistas, remetendo-nos ao controle operário, expropriamos as propriedades rurais e aplicamos o programa social-revolucionário pequeno burguês da socialização da terra; e para coroá-lo, tínhamos, durante este período, um co-participante no poder, os social-revolucionários de esquerda. Poder-se-ia dizer, com toda a razão, que “o conteúdo social da primeira etapa da revolução de outubro não pode caracterizar-se como um giro socialista”. Creio que Yakovlev e muitos outros professores vermelhos fizeram muitos sofismas em torno disso. Lenin diz que fizemos a revolução burguesa no caminho. Mas a revolução chinesa (a terceira) terá de lançar-se contra o kulak nas suas primeiras etapas; terá de expropriar as concessões dos capitalistas estrangeiros porque, sem isso, não pode haver unificação da China no sentido de uma soberania estatal genuína no terreno da economia e da política. Em outras palavras, a primeiríssima etapa da terceira revolução chinesa será menos burguesa em seu conteúdo que a primeira etapa da revolução de outubro. Por outro lado, os acontecimentos de Cantão (assim como outros acontecimentos anteriores) demonstraram que a burguesia “nacional”, tendo atrás dela os conselheiros estrangeiros em Hong Kong, tem uma posição em relação ao menor movimento independente dos operários e dos camponeses que torna o controle operário sobre a produção menos provável que no nosso caso. O mais provável é que expropriemos todas as fábricas nos primeiros momentos da “terceira revolução chinesa”. Certamente, você simplesmente propõe deixar de lado a evidência do levante de Cantão. Você diz: “já que a insurreição de Cantão foi uma aventura, isto é, não uma iniciativa que surgiu do movimento de massas, então como pode semelhante fato criar uma situação...” Você mesmo sabe que não é permissível simplificar a questão desta maneira. Eu seria o último a argumentar contra o fato de que houve elementos de aventureirismo no levante de Cantão. Mas pintar os acontecimentos de Cantão como uma espécie de mágica da qual surgem conclusões é uma tentativa super-simplificada de evitar a análise do verdadeiro conteúdo da experiência de Cantão. Onde está o aventureirismo? No fato de que a direção, buscando cobrir seus pecados anteriores, forçou monstruosamente o curso dos acontecimentos e provocou um aborto. Existiu movimento de massas, mas era inadequado e imaturo. É um equívoco pensar que, possivelmente, um aborto não possa ensinar nada sobre o organismo materno e o processo de gestação. O significado decisivo, teórico, enorme dos acontecimentos de Cantão, em relação às questões fundamentais da revolução chinesa, está precisamente no fato de que aqui temos (graças à “aventura”, sim, sem dúvida!) algo que ocorre poucas vezes na história e na política: uma experiência de laboratório virtual à escala gi-

gantesca. Pagamos muito caro, mas isso nos dá menos razão ainda para deixar de lado suas lições. (...)

Duas questões finais. Você pergunta: teve razão Lenin quando, durante a guerra, defendeu contra Bukharin a ideia de que a Rússia ainda tinha diante de si uma revolução burguesa? Sim, tinha razão. A formulação de Bukharin era escolástica e esquemática, ou seja, representava a mesma caricatura da revolução permanente que Bukharin trata de atribuir-me agora. Mas esta questão tem também outro lado: teve razão Lenin quando, contra Stalin, Zinoviev, Rikov, Kamenev, Kalinin, Tomsy etc. (sem falar de Liadov) levantou suas *Teses de Abril*? Teve razão contra Zinoviev, Kamenev, Miliutin etc., quando defendeu a tomada do poder pelo proletariado. Você sabe melhor do que eu que se Lenin não tivesse chegado a Petrogrado em abril de 1917, não teria havido revolução de outubro. Até fevereiro de 1917, a palavra de ordem de ditadura do proletariado e do campesinato era historicamente progressiva; logo depois de fevereiro a mesma palavra de ordem, levantada por Stalin, Kamenev e outros, converteu-se num slogan reacionário.

De abril a maio de 1917, eu apoiei a palavra de ordem de ditadura democrática do proletariado e dos camponeses para a China (mais precisamente, aceitei esta palavra de ordem) na medida em que as forças sociais ainda não tinham dado seu veredicto político, embora a situação na China fosse muito menos propícia para esta palavra de ordem do que tinha sido na Rússia. Logo que a ação histórica colossal deu seu veredicto (a experiência de Wuhan), a palavra de ordem de ditadura democrática se converteu numa força reacionária e levará, inevitavelmente, ao oportunismo e ao aventureirismo.

Terceira carta de Trotsky a Preobrazhensky

Estimado E. A.

Recebi sua carta de ontem por avião. Desta maneira, chegaram todas as cartas... Faz dois dias que lhe enviei uma resposta detalhada a suas objeções sobre a revolução chinesa. Mas, ao despertar esta manhã, recordei que (aparentemente) não havia respondido ao argumento que você considera mais importante, como eu o entendo. Você diz: “seu erro fundamental está no fato de que você determina o caráter de uma revolução sobre a base de quem a faz, qual classe, ou seja, pelo sujeito efetivo, enquanto dá uma importância secundária ao conteúdo social objetivo do processo.

Você dá como exemplos a revolução de novembro na Alemanha, a revolução de 1789 na França e a futura revolução chinesa. Este argumento é, em essência, uma generalização “sociológica” (para utilizar a terminologia johnsoniana) de todos os demais enfoques históricos e econômicos concretos. Mas também quero responder aos seus pontos de vista na sua formulação sociológica geral porque, ao fazê-lo, o “erro fundamental” (de sua parte, não minha) ressalta com maior clareza: como caracterizar uma revolução? Pela classe que a dirige ou pelo seu conteúdo social? Há uma armadilha tática subjacente na contraposição da primeira e da última maneira tão geral. O período jacobino da revolução francesa foi, sem dúvida, o período da ditadura pequeno-burguesa, além do qual a pequena-burguesia, em harmonia total com sua natureza sociológica, abriu o caminho para a grande burguesia. A revolução de novembro na Alemanha foi o começo da revolução proletária, mas foi freada em seus primeiros passos pela direção pequeno-burguesa e só conseguiu umas poucas questões não cumpridas pela revolução burguesa. Como chamamos a revolução de novembro: burguesa ou proletária? Ambas as respostas são incorretas. O lugar da revolução de outubro será estabelecido quando estabelecermos a mecânica desta revolução e determinarmos seus resultados. Não haverá contradição, neste caso, entre a mecânica (pondo sob esse nome, sem dúvida, não só a força motriz, mas também a direção) e os resulta-

dos: ambos possuem um caráter “sociologicamente” indeterminado. Tomo a liberdade de lhe colocar a questão: como chamaria você a revolução húngara de 1919? Você dirá: proletária. Por quê? Acaso o conteúdo social da revolução húngara não resultou ser capitalista?! Você responderá: este é o conteúdo social da contrarrevolução. Correto. Aplique isto à China. “O conteúdo social” sob a ditadura do proletariado (baseado numa aliança com o campesinato) pode permanecer durante um lapso de tempo ainda não sendo socialista, mas o caminho do desenvolvimento burguês desde a ditadura do proletariado só pode produzir-se através da contrarrevolução. Por esta razão, na medida em que se refere ao conteúdo social, é necessário dizer: “esperar e ver”.

O X da questão está precisamente no fato de que, embora a mecânica política da revolução dependa, em última instância, da base econômica (não só nacional como internacional), não se pode deduzi-la, com uma lógica abstrata, desta base econômica. Em primeiro lugar, a base mesma é muito contraditória, e sua maturidade não pode ser avaliada apenas estatisticamente; em segundo lugar, a base econômica e a situação política devem focar-se não no marco nacional, mas internacional, tendo em conta a ação e reação dialética entre o nacional e o internacional; terceiro: a luta de classes e sua expressão política, desenvolvendo-se sobre bases econômicas, também tem sua lógica imperiosa de desenvolvimento que não se pode saltar. Quando Lenin disse, em abril de 1917, que só a ditadura do proletariado podia salvar a Rússia da desintegração e da destruição, Zukanov (seu opositor mais coerente) lhe respondeu com dois argumentos fundamentais: 1) o conteúdo social da revolução burguesa ainda não foi conquistado; 2) a Rússia não tinha amadurecido economicamente para a revolução socialista. E qual foi a resposta de Lenin? Se a Rússia amadureceu ou não é algo que temos de “esperar para ver”; isto não se determina estatisticamente, isto será determinado pelo curso dos acontecimentos e, além disso, só à escala internacional. Mas, disse Lenin, independentemente de como se determina este conteúdo social, ao fim, no momento atual, hoje, não existe outro caminho para a salvação do país da fome, da guerra e da escravidão, a não ser através da tomada do poder pelo proletariado.

Isto é precisamente o que devemos dizer hoje em relação à China. Em primeiro lugar, é incorreto alegar que a revolução agrária impõe o conteúdo básico da atual luta histórica. Em que deve consistir esta revolução agrária? Na distribuição universal da terra? Mas houve semelhantes distribuições universais na história chinesa. E o movimento sempre voltou à “órbita que corresponde”. A revolução agrária é a destruição dos latifundiários e dos funcionários chineses. Mas a unificação nacional da China e sua soberania econômica significam a emancipação do imperialismo mundial para o qual a China segue sendo a válvula de escape mais importante contra o colapso do capitalismo europeu e, amanhã, do capitalismo norte-americano. A solução do problema agrário na China, sem unificação nacional e autonomia tarifária (em essência, o monopólio do comércio exterior) não abre nenhum caminho nem perspectiva para o país. Isto é o que pré-determina o alcance gigantesco e a monstruosa agudez da luta que a China enfrenta hoje, depois da experiência vivida por todos os participantes. Então, que deve dizer-se a si um comunista chinês sob estas condições? Pode raciocinar da seguinte maneira: o conteúdo social da revolução chinesa só pode ser burguês (como demonstram tais e tais tabelas estatísticas), logo não podemos propor a tarefa da ditadura do proletariado; o conteúdo social recomenda, no caso mais extremo, uma ditadura de coalizão do proletariado e dos camponeses. Mas para uma coalizão (o que está em questão aqui, sem dúvida, é uma coalizão política e não uma aliança sociológica de classes) se necessita um companheiro. Moscou me ensinou que o Kuomintang é um companheiro. No entanto, não se materializou nenhum Kuomintang de esquerda. Que fazer? Obviamente, só resta a mim, comunista chinês, consolar-me com a ideia de que *“é impossível dizer hoje se a pequena burguesia chinesa poderá criar qualquer tipo de partido...”* ou não. E se, de repente, o criar?

Um comunista chinês que raciocine conforme semelhante esquema degolaria a revolução.

Entende-se, sem dúvida, que de nenhuma maneira se trata de chamar o Partido Comunista Chinês a que faça uma insurreição imediata pela tomada do poder. O ritmo depende inteiramente das circunstâncias.

A tarefa consiste em garantir que o Partido Comunista esteja imbuído, completamente, da convicção de que a terceira revolução chinesa pode chegar a uma conclusão triunfante só através da ditadura do proletariado sob a direção do Partido Comunista. Além disso, é necessário compreender essa direção não no sentido geral, mas no sentido do controle direto do poder revolucionário. E no que se refere ao ritmo com o qual construiremos o socialismo na China, isto é uma questão de “esperar para ver”.

Leon Trotsky

* Estas cartas foram trocadas entre Trotsky e Preobazhenski entre março e abril de 1928. Trotsky já estava no exílio, e Preobrazhensky, junto com outros militantes da Oposição de Esquerda, acabavam de ser expulsos do partido. Foram publicadas pela primeira vez em inglês no *The New Internationalist*, em abril de 1936, extraído da versão publicada em *A segunda revolução chinesa* (notas e escritos de 1919 a 1938), Leon Trotsky, Editorial Puma, Colômbia, 1976, p. 45.

Texto 11: Crítica às teses da Revolução Permanente de Trotsky – Nahuel Moreno – (*Escola de Quadros 1984*, Argentina. Crux Ediciones, Buenos Aires, 1992)

(...) Vou me antecipar dizendo qual é a mecânica da teoria de Trotsky, uma mecânica que, depois vamos ver, tem algumas falhas. Por que Trotsky opina que se transita da revolução democrático-burguesa à revolução socialista? Por uma combinação objetiva de tarefas ou pelo que, em marxismo e em sociologia, chama-se o sujeito histórico? Sujeito chama-se um homem. Histórico chama-se um grupo de homens.

A mecânica é como funciona o motor, como funciona uma coisa. Com que engrenagem, com que gasolina, o carro transita da revolução democrática à revolução socialista? Pelo sujeito ou por um processo inevitável no qual a revolução democrático-burguesa, ao ir contra setores da burguesia, vai se tornar inevitavelmente socialista?

É possível que o carro esteja numa descida e avance sozinho. Isto quer dizer que, solucionar as tarefas democrático-burguesas, significa começar a atacar o capitalismo: colocando-se o carro nessa descida, ele anda sozinho. Ou tem a ver com um fator subjetivo? (Sujeito é aquele que faz as coisas. Na frase “o cachorro morde”, o cachorro é o sujeito porque é quem morde.)

[Para Trotsky, o passo se dá] por um sujeito, mas social. A chave, o motor, o mecanismo da revolução permanente de Trotsky tem a ver com o sujeito histórico. Vocês vão ver que o famoso Preobrazhensky, um grande Trotskista que combateu muito com ele e foi bastante oportunista, era quase um gênio; ele vai assinalar isso muitos anos depois. Sua colocação é tão aguda, que surpreende Trotsky que quase não lhe dá importância na sua primeira resposta. Depois, se dá conta e manda uma segunda carta em que lhe diz: “*Caramba! Sua colocação é muito interessante, mas não tem razão. Ou tem razão em um sentido*”.

– O que se discute é se a revolução se torna socialista pela classe operária ou por uma sucessão de acontecimentos?

– Para que um carro se mova, há duas maneiras: uma é que alguém o ponha em marcha e o mova; outra é colocá-lo no topo de uma descida, e o carro se move. Neste último caso, o movimento é objetivo, ninguém o para, é um processo objetivo. No primeiro caso, se uma pessoa sobe

no carro e o pône em marcha, também é um processo objetivo – porque se move –, mas é subjetivo porque há alguém que o conduz. Há um processo subjetivo que o faz se mover: um sujeito, tal ou qual pessoa. (Isso significa “sujeito” filosófica e sociologicamente.)(...)

Isto origina uma grande discussão com Preobrazhensky. Preobrazhensky diz: *“Você faz toda uma estrutura, e não a faz como um bom marxista. Você vai ganhar a discussão porque escreve muito melhor que eu, mas a história vai me dar a razão e, por isso, quero discutir com você. Você parte dos sujeitos, do sujeito histórico, da classe operária, e esse é um raciocínio ruim porque é preciso partir da realidade e ver o que ocorre na realidade. Nem todas as realidades vão ser como a russa. Então, se na China a revolução é democrático-burguesa, não está descartado que surja um partido pequeno-burguês [que faça a revolução]. No campesinato da Rússia não se deu, mas não está descartado que aconteça na China. [a realidade] muda. Por que você está com tanta certeza de que esse é o sujeito? É possível que sim, é possível que não. Não feche a possibilidade de outro sujeito. É um raciocínio muito subjetivo, ao invés de objetivo. Se há que fazer uma revolução democrático-burguesa, não está descartado que apareça uma corrente [pequeno-burguesa] que a faça, que tire daí os imperialistas etc. se isso acontece, com sua teoria ficamos sem linha. É uma teoria extremista: generaliza a revolução de outubro, e nós recém estamos entrando no oriente e não sabemos bem como é a coisa. Não nos apressemos”*. Essa é a crítica.

Então Trotsky, na carta de resposta que já mencionei, muda, se localiza de outra maneira, e responde uma coisa que, segundo nós, é fundamental, mas, infelizmente, não a desenvolveu mais. Trotsky diz para Preobrazhensky: *“Vou pegar seu argumento. Suponhamos que vamos expulsar o imperialismo e vamos dar a terra aos camponeses chineses. Na China, expulsar o imperialismo e dar a terra aos camponeses já é a revolução socialista. Na China, não há senhores feudais: os camponeses são explorados pelos comerciantes agiotas das aldeias. Então, se nós lhes damos as terras, expropriamos a classe burguesa chinesa. Senão, não há saída. Quer dizer que se trata do próprio processo objetivo. Se existe um processo de revolução democrática, essa revolução vai ser socialista por seu próprio conteúdo. E a mesma coisa se expulsar o imperialismo: se expropriam as fábricas. Isso é expropriar as maiores fábricas capitalistas, os portos, tudo o que tem a ver com a essência da estrutura econômico-social chinesa. Então, não me interessa o sujeito. Seja qual for o sujeito, tem de se fazer a revolução socialista.”*

Mas, apesar desta resposta, Trotsky seguiu adiante e lutando por sua interpretação [no sujeito: a revolução nos países atrasados só podia ser feita se dirigida pela classe operária junto com um partido comunista revolucionário].

Nós acreditamos que os fatos demonstraram [há um grande erro no texto] escrito da teoria da revolução permanente [que seja nas Teses]. Porque o problema da classe operária organizada e o partido revolucionário o vimos antes, [mas] não se deu resposta pós-guerra. Afirmar que aconteceu na realidade seria ser cego, um fanático de Trotsky, um religioso de Trotsky, e Trotsky seria quem mais estaria contra nós. Mas nós seguimos sendo fanáticos da teoria da revolução permanente. Por quê? Porque achamos que é a única teoria que, apesar desse tremendo erro, adaptou-se [à realidade].

Houve processos de revolução permanente que expropriaram a burguesia, fizeram a revolução operária e socialista, sem serem encabeçados pela classe operária e nem encabeçados pelo partido comunista revolucionário. Ou seja, os dois sujeitos de Trotsky, o social e o político, falharam ao encontro histórico, não chegaram na hora. E, no entanto, apesar de não terem comparecido ao encontro histórico, nós seguimos acreditando que a teoria da revolução permanente é a maior contribuição do século do ponto de vista teórico. E, sendo dos poucos Trotskistas que sempre insistimos em que o grande Trotsky se equivocou, eu pergunto por que razões seguimos sendo fanáticos desta teoria.

– Porque não se equivocou no objetivo.

– Muito bem. Mas há outra coisa que é mais importante, a mais importante, a que faz que não haja ninguém parecido a Trotsky como teórico: tinha razão em que a revolução era mundial, em que iriam ocorrer revoluções em todos os países. E aqui entra o problema da contrarrevolução. [Porque Trotsky disse] que, ou essas revoluções se aprofundavam cada vez mais, tornavam-se mais mundiais para fora e mais socialistas para dentro, ou se paralisavam ou retrocediam, e quem avançava era a contrarrevolução. Essa parte das teses da revolução permanente de Trotsky é a que se viu totalmente corroborada. Tão corroborada que sujeitos políticos que não quiseram fazer a revolução socialista se viram obrigados a fazê-la pela própria situação objetiva. Quer dizer, nós acreditamos que Trotsky não desenvolveu a fundo sua resposta a Preobrazhensky sobre como o próprio processo objetivo obriga a [fazer] a revolução socialista ou a retroceder. Não há possibilidades de estagnar, ou seja, de equilibrar, de manter a situação. Ou avança a revolução ou avança a contrarrevolução.

Assim vai surgindo a teoria. Lenin e Trotsky não tinham [a teoria da revolução socialista mundial]; sim a teoria da revolução mundial, mas não a teoria da revolução socialista. (...)

– A discussão com Preobrazhensky coloca que Trotsky é muito esquemático quando diz que o sujeito social só pode ser a classe operária. Podemos dizer que Preobrazhensky ganha a discussão porque as revoluções que acontecem depois de 1940 lhe dão razão: não se fazem com a classe operária como sujeito social nem com um partido operário revolucionário como sujeito político.

– Muito bem. Trotsky dizia: *“Se a classe operária faz uma revolução e toma o poder, inevitavelmente se torna socialista logo a curto prazo, imediatamente, porque a classe operária vai acabar indo contra o capitalismo”*. Então, Preobrazhensky diz: *“Você é subjetivo, porque você me diz que a classe operária toma o poder. No fundo, você não é um bom marxista, porque toma o aspecto mais subjetivo da realidade”*.

Pensando em termos argentinos, um Preobrazhensky atual haveria dito: *“Vocês dizem que só um partido revolucionário marxista, e só a classe operária salvam a Argentina fazendo a revolução socialista. O grande problema objetivo que a Argentina tem é livrar-se da ditadura militar, essa é a grande tarefa e, francamente, não venham me incomodar, sendo esquemáticos ou dogmáticos, dizendo que só a classe operária e um partido marxista revolucionário centralizado derrubam este governo. Essa classe e esse partido podem não ser nem a classe operária, nem o partido marxista revolucionário. E uma vez que derrubam o governo militar, não está descartado que, por cinco, dez, quinze anos, esse governo solucione os problemas do país sem fazer a revolução socialista. Não me venha com dogmatismo, não me diga que só a classe operária e só um partido marxista revolucionário derruba a ditadura militar. Você está equivocado. Seu método é ruim porque você parte do sujeito, que é a classe operária. Você me diz que a revolução democrática vai ser feita pela classe operária e que, então, por isso, vai ser socialista”*.

Agora eu acrescento o sujeito político, que não é o que diz Preobrazhensky, porque ele fala só do sujeito social: *“[Você, Trotsky, diz que] se, além da classe operária, o partido comunista toma o poder, logicamente tem de defender os interesses do partido e da classe operária, e [a revolução] se transforma em socialista. É uma forma ruim de raciocinar. Nunca um marxista raciocina partindo do sujeito, dos indivíduos, mas partindo das necessidades objetivas; o subjetivo vem depois, e a grande necessidade objetiva na China é liquidar o imperialismo e os latifundiários a favor dos camponeses e do povo chinês (...)”*.

– Trotsky toma os argumentos de Preobrazhensky e reconhece que o sujeito pode ser outro, embora ele siga mantendo...

– Não. Mais que reconhecer, diz: *“Bom, aceito sua questão, vamos ao seu terreno, vamos discutir no terreno que você coloca. Esqueçamos o sujeito, se será um partido [marxista revolucionário], se será a classe operária. Mas, esquecendo-nos do sujeito, que acontece? Suponhamos que vem um partido pequeno-burguês, e que a classe pequeno-burguesa, é quem luta contra os latifundiários e contra o imperialismo, quem fará a revolução democrática. Está bem, Preobrazhensky, você tem razão. Mas você não tem razão...”*. Em quê? O que responde Trotsky?

– Em que não vê que a revolução igualmente avança para o socialismo.

– Por quê?

– Porque, na China, dar a terra para os camponeses...

– Isso! Isso! – responde Trotsky – *“Olhe, no mundo inteiro não há nenhuma tarefa democrática fundamental que não seja anticapitalista, que não seja socialista, embora não seja feita pela classe operária nem por um partido socialista revolucionário. Ao expropriar-se o imperialismo na China, isso significa o começo da revolução socialista, porque a base da produção capitalista nesse país é o imperialismo”*.

Aqui temos o mesmo fenômeno: derrubamos os militares, mas, se a curto prazo, não paramos de pagar a dívida externa e se as grandes empresas imperialistas não são expropriadas, o país não vai ter democracia cada vez mais ampla, e sim mais restrita. Expropriar o imperialismo é dar um terrível golpe no capitalismo, porque sessenta ou setenta por cento das propriedades capitalistas na Argentina são imperialistas. Então, ninguém pode me dizer: *“Se você expropria o imperialismo, isso é uma medida democrática que não toca o capitalismo”*. Tocar ao imperialismo é tocar o capitalismo. A mesma coisa no campo argentino: se nós expropriamos aos latifundiários e grandes fazendeiros, estamos tocando em oitenta por cento da propriedade privada, da propriedade capitalista da terra.

Isso é o que diz Trotsky: *“Não me encha o saco. Embora o processo seja objetivo, esse processo vai para o socialismo”*. Levo o exemplo ao absurdo: a revolução democrática se transforma em socialista embora a faça um canalha, um padre, o sujeito são os padres, e o partido é um partido de padres. E Trotsky responde: *“Se faz isto, realiza a revolução socialista; se faz a revolução democrática até o fundo, já se combinou com o socialismo. É o próprio processo objetivo real, porque o capitalismo está intimamente unido aos latifundiários e ao imperialismo”*. Isso era o que queria dizer Trotsky.

Então, se você quer defender a nação argentina ou a nação chinesa, e quer defender os camponeses, embora você diga *“eu não quero defender a classe operária”*, faz socialismo, porque está tocando o capitalismo, que é o grande inimigo dos trabalhadores. E se há uma classe ou um partido que não são operários, mas fazem isso, fazem socialismo, mas têm de expropriar oitenta ou noventa por cento da propriedade capitalista. Nos países atrasados está [presente] o imperialismo, e as terras são do capitalismo. Isso é o que responde Trotsky.

Infelizmente, ele não desenvolveu a fundo estas concepções. Trotsky voltou muitas vezes à análise dos dois sujeitos. Só na polêmica com Preobrazhensky e em outras poucas oportunidades desenvolveu esta concepção. Mas poucas vezes; manteve-se firme na outra. Escreveu, então, barbaridades como a que eu contei: que, na China, a guerrilha ia originar um governo reacionário, que não ia servir [para nada]; que a queda de Chiang Kai-Chek não servia para nada, que só servia se o proletariado encabeçasse essa luta. Fez até uma análise econômico-social interessante, mas já [coisa de] maníaco (ele era maníaco pela classe operária). Colocou que a classe operária chinesa havia desaparecido, mas que isso não era nada para a revolução porque, ao invadirem os japoneses, a quem a mão de obra na China era barata, iriam desenvolver enormemente a produção industrial – controlada por eles –, e então apareceria uma classe operária muito maior. Mas a guerra continuou e, ao invés de aparecer uma classe operária maior, foi um de-

sastre, porque os japoneses perderam. Toda a realidade não se deu como ele disse, mas a revolução seguiu avançando.

Trotsky, por esse esquema dos sujeitos, infelizmente, se não via a classe operária lutando com seus sindicatos e seus soviets e um partido marxista revolucionário, sempre se fechou para ver a possibilidade de uma revolução. Quanto mais rápido o desconhecemos, melhor, porque nós estivemos décadas mordendo o rabo. É revolução? Não é revolução? É sim, são revoluções. Acabemos de uma vez com esse problema.

[Porém seguimos] acreditando que a teoria da revolução permanente era a maior teoria política revolucionária que se estruturou, nós acreditamos que os dois grandes descobrimentos do século são a teoria da revolução permanente e o desenvolvimento desigual e combinado, além do imperialismo e o partido, descobertos por Lenin. Por quê? Porque seguimos considerando que é o maior que há? Por que nós acreditamos que é a teoria das teorias?

– Porque se não avança a revolução mundial, vai avançar a contrarrevolução.

– Ou seja, ou a revolução é permanente, ou se detém e retrocede. Ou seja, Trotsky teve razão contra todo mundo no sentido de que não havia revoluções nacionais, em que era uma revolução mundial. Também acertou em que, dirija quem dirija o processo, se este avança, transforma-se em socialismo, não há maneira de evitar que seja socialismo. Estes dois acertos são colossais, porque a história realizou Trotskismo, realizou revolução permanente. E realizou contra os que dirigiram o processo histórico, porque Mao-Tsé-tung tomou o poder para não expropriar a burguesia – o disse um milhão de vezes – porém, [passados] três ou quatro anos, teve de expropriar a burguesia. Stalin ocupou o leste europeu em acordo com o imperialismo para que as massas não expropriassem a burguesia; depois de três ou quatro anos, teve de expropriar a burguesia. Trotsky teve razão: se continuamos enfrentando o imperialismo, é preciso acabar expropriando à burguesia. É algo genial, ainda dentro de seu erro. Seus erros são parciais. (...)

Esta segunda formulação da teoria da revolução permanente de Trotsky tem essa extraordinária virtude: uma teoria da revolução mundial. Tem a extraordinária virtude de ver que toda revolução democrático-burguesa, se continuada, transforma-se em socialista e, se não, transforma-se em contrarrevolução. Tem o grave defeito de girar ao redor dos sujeitos. Como disse muito bem o companheiro, nesse único sentido teve razão Preobrazhensky. Mas, em geral, Trotsky teve razão: a revolução se dirigia para a revolução socialista. Preobrazhensky opinava que não.

Nós acreditamos que, nestes últimos 40 anos, produziram-se fenômenos distintos dos que Trotsky viu, que nos obrigam a começar a elaborar entre todos – ou o farão alguns de vocês dentro de alguns anos – uma nova formulação, uma nova forma de escrever a teoria da revolução permanente, tomando todos os problemas. Temos de formular que não é obrigatório que seja a classe operária e um partido marxista revolucionário com influência de massas quem dirija o processo da revolução democrática para a revolução socialista. Não é obrigatório que seja assim. Ao contrário: aconteceram e não está descartado que aconteçam revoluções democráticas que, no terreno econômico, se transformem em socialistas. Ou seja, revoluções que expropiem a burguesia sem ter como eixo essencial a classe operária – ou tendo-a como participante importante – e não tendo partidos marxistas revolucionários e operários revolucionários à sua frente e sim partidos pequeno-burgueses.

Concretamente, deu-se uma das mais importantes leis do desenvolvimento desigual e combinado, que são essas desigualdades e, infelizmente, Trotsky não a aplicou. Trotsky voltou a equivocar-se ao colocar um sinal de igual, [dizendo]: “Revolução operária = a faz a c asse operária = a faz um partido marxista revolucionário”. Novamente, cometeu esse gravíssimo erro de lógica formal, acreditando que tudo é igual a tudo, e não é desigual e combinado. Não cumpriu com uma das mais importantes leis do desenvolvimento desigual e combinado, que diz que setores de uma

classe podem fazer revoluções de outra classe. Assim – olhem que contradição –, não inverteu seu próprio processo [de raciocínio]: Trotsky dizia “revolução democrática” e não punha um sinal de igual; quem punha um sinal de igual era o menchevismo. Os menches diziam: “Revolução democrática = feita pela burguesia”. E Trotsky ria deles dizendo: “Olha, não são dialéticos. Quem põe um sinal de igual é uma catástrofe, é um metafísico. [Não é sinal de igual], é desenvolvimento desigual e combinado”. O seu grande descobrimento foi aplicado contra os menches, quando disse: “Não, neste século, revolução democrático-burguesa = revolução feita pela classe operária”. Ou seja, uma classe que faz a revolução de outra classe, que obedece à lei de desenvolvimento desigual e combinado: a revolução democrático-burguesa, uma tarefa atrasada, do século 19, no século 20, a faz uma classe antiburguesa.

– Eu tinha entendido que para fazer uma revolução socialista tinha de haver um governo socialista.

– O que eu tentei demonstrar é que não é assim, que não foi assim, que aconteceu ao contrário. Sem ser socialista revolucionário, um partido pode se ver obrigado a fazer a revolução: a revolução democrática e depois a socialista. A revolução democrática entendida como inconscientemente socialista. Democrática pelo que consegue: caiu o regime militar. E, no fundo, para nós é o primeiro passo em direção ao socialismo, à [destruição] do capital financeiro, de todo o setor mais forte da burguesia. Já é uma derrota para a burguesia. Embora eles dissimulem, tentem fazer com que o povo não repare que é uma derrota antiburguesa.

E aí começa um processo: ou a revolução avança cada vez mais, como colocava Marx, ou a revolução para, retrocede. Por isso, nós dizemos que Trotsky acertou em como marchava o trem, mas não acertou na estação [na qual se detinha]. Trotsky disse: “O trem tem de andar e andar e andar e não parar. E se quem dirige o trem não é a classe operária e o partido marxista revolucionário, o trem não avança ou avança muito pouco”. E nós dizemos: “A revolução é tão forte, pressiona tanto, que apesar de a direção ser oportunista e pequeno burguesa, não sendo socialista, ela se vê obrigada, muitas vezes, a fazer [a revolução socialista] pela pressão.

E possível comparar com um trem em marcha: se não é dirigido pelo partido bolchevique, o trem para. Isso se cumpriu. O que dizia Trotsky? “Para aos cinquenta quilômetros”. Os fatos demonstraram que para aos quinhentos quilômetros. E isso quando vai muito longe; muitas vezes para nos cinquenta quilômetros. Os que chegam mais longe param nos quinhentos; nenhum passa dos quinhentos. Trotsky dizia que nunca avançavam mais de cinquenta ou cem quilômetros. Há uma estação que se chama “expropriação da burguesia”. Guiado por direções pequeno-burguesas [dizia Trotsky], o trem não chega nunca à estação expropriação da burguesia. E os fatos demonstraram que o trem chega pressionado pelas massas, pressionado pelo imperialismo. Nós acreditamos que mais pressionado pelo imperialismo que pelas massas, ainda que as massas pressionem muito. Sempre [que expropriaram], acreditamos, foi para se salvar. Se os deixam sozinhos...

Se [o imperialismo] não aperta e aperta [aos sandinistas] na Nicarágua, me dá a impressão de que vai terminar havendo um acordo. Na Bolívia, não apertaram nada, deram dólares e terminaram acordando tudo. Sempre foi pela ofensiva do próprio imperialismo, que disse: “Vamos arrebitar este governo, ainda que não seja operário; por ser pequeno-burguês, vai se assustar e ceder”. [E essa pressão] se transformou, então, no oposto. Fidel Castro era grande amigo dos ianques. Foi aos EUA [convidado] pelo governo, era ídolo do imperialismo ianque. Mas ele adotou uma medida e os ianques responderam com outra. Depois os ianques quiseram tirá-lo do governo e deixar em seu lugar o presidente que ele tinha, que se chamava Urrutia. Começaram a apertá-lo porque era seu amigo: acreditavam que ele lhes daria absolutamente tudo.

Mas tinha havido uma grande revolução. Fidel Castro tinha as massas armadas, e resolveu lhes dar terras, sem expropriar o imperialismo. O imperialismo o bloqueou; então se viu obrigado a se defender cada vez mais e a adotar mais e mais medidas. Ou seja, obrigados pelas circunstâncias, avançaram muitos quilômetros mais do que tinha planejado, muitos quilômetros mais do que nós acreditávamos, e chegaram a uma estação que nós tampouco acreditávamos que iam chegar. Uma estação que se chamava “expropriação de toda a burguesia”. Isto tem de ser agregado à teoria da revolução permanente para que, de verdade, reflita como foram as revoluções.

Nós não pertencemos a uma igreja que tem uma Bíblia que se chama “Teoria da Revolução Permanente” escrita por Trotsky em 1927, como essa Bíblia escrita cem ou cento e cinquenta anos depois de Cristo. Nós não temos, felizmente, uma Bíblia. Nenhum documento definitivo e sim documentos científicos que mudam com a realidade e com o novo estudo da realidade. Se eu conseguir que deste curso vocês saiam convencidos de que têm a obrigação de pensar e que esse pensamento esteja aberto, terei conseguido a maior porcentagem de êxito que quero deste curso.

No fundo, o que estamos discutindo, companheiros? Eu queria esta reunião com vocês por duas razões. Uma para que nos ponhamos de acordo na preparação do curso, a outra pelas implicações do que estamos discutindo.

Com esta polêmica entre Barnes e Mandel – que vamos ver se editamos – o Trotskismo chegou a seu maior ponto crítico. Muitos destes problemas que nós vínhamos colocando voltam a ser retomados agora.

Nós colocávamos em *A ditadura revolucionária do proletariado* que havia dois tipos de governo operário e camponês: um revolucionário, e outro reformista, contrarrevolucionário, pequeno-burguês; um baseado nas organizações operárias e num partido revolucionário democrático, e outro baseado em partidos pequeno-burgueses, guerrilheiros. Barnes se apega nisso para dizer o contrário do que nós dizemos. Embora ele se veja obrigado a aceitar nossa problemática, pelo menos. Qual é a problemática? Que existe um tipo de governo que destrói o aparelho do Estado burguês sem destruir a propriedade burguesa.

Que conclusão tira Barnes? Que o [tipo de governo] de Lenin e Trotsky, de fato, é igual ao de Castro, Ho Chi Minh e os demais. Que todas as revoluções são iguais; as diferenças são conjunturais e de organismos, secundárias. Que a revolução de Lenin e Trotsky é igual às outras revoluções: sempre há um período de governo operário e camponês que adquire distintas formas e que não expropria, [no qual] o partido revolucionário [está] unido a partidos burgueses ou pequeno-burgueses.

Ainda que nós dizíamos [algo] parecido ao de Barnes – que sempre havia governo operário e camponês – [também] dizíamos, ao contrário de Barnes, que um é revolucionário, porque estava baseado em organizações operárias democráticas e com o predomínio de um partido operário revolucionário, também democrático, e internacionalista, que queria fazer a revolução operária internacional. Era qualitativamente distinto de Castro e de todos eles, que por um lado diziam: “Nosso objetivo é a revolução nacional, não nos metemos com ninguém, não queremos exportar a revolução para nenhum lugar”, e [por outro lado] baseavam-se num partido armado, mas ditatorial, bonapartista e não democrático, e [que] não se baseava nas organizações democráticas das massas.

Barnes elimina esta diferença. Toma o que nós tínhamos colocado. Ele opina, como nós, que a expropriação da burguesia – que significa que o país se torna operário – e a destruição do aparelho do Estado burguês são dois fenômenos distanciados no tempo. Mas chega a uma conclusão diametralmente oposta à nossa: [para ele] originam-se dois tipos de governo e de estrutura estatal essencialmente iguais.

Barnes tira daí a conclusão de que toda a teoria e [as] Teses da revolução permanente são totalmente equivocadas: que tinha razão Lenin, que tinha pensado na possibilidade de ditaduras revolucionárias democráticas operárias e camponesas. Diz: “*Não se deu o texto nem a teoria da revolução permanente: teve razão Lenin, deu-se o governo operário e camponês, que era o que dizia Lenin*”. Ou seja, Lenin o chamava ditadura democrática revolucionária operária e camponesa e dizia que ia se dar por distintas variantes – isso é o que eu chamo de empirismo de Lenin –, ao contrário de Trotsky que disse uma série de questões que não se deram para nada. (...)

Temos de saber que vamos entrar nesta discussão, porque há questões muito profundas a respeito da revolução permanente e de tudo.

Como sempre, Barnes é muito mais inteligente e audaz que Mandel. Mandel sempre está defendendo seu [lado] que sim, que não, como La Parrala. Ao contrário, Barnes foi até o fim, há que reconhecer esse mérito. Porque, na verdade, para interpretar esses últimos quarenta anos, o texto das Teses da revolução permanente é fraco, e isto é o mínimo que podemos dizer. A gente lê e lê e quase não se encontram mais que uma ou duas Teses que tenham se cumprido. A isso, temos de somar que somos, do ponto de vista numérico, uma seita. Na etapa mais revolucionária da humanidade, o partido mais revolucionário que a humanidade deu é uma seita. Somos muito débeis. É um problema de honestidade intelectual de minha parte esclarecer isto a vocês e, chegado o momento, também aos companheiros jovens. Nós não vamos enganar ninguém. Quem se assuste por isso que vá embora.

Estamos discutindo, então, o futuro do Trotskismo, se temos razão de ser ou não: é a maior crise; [estamos discutindo se] as Teses e a teoria da revolução permanente têm vigência.

Marx teve grandes erros que o próprio Trotsky assinalou. Oitenta anos depois de ter sido escrito o *Manifesto Comunista*, Trotsky escreveu um artigo assinalando seus erros, que eram grandes. Quarenta anos deste século valem por duzentos em relação a essa época, [à época de Marx]. O que aconteceu no mundo nos 45 anos desde a fundação da Quarta [Internacional], ou seja, de 1938 até hoje, [faz com que esses 45 anos] valham por duzentos, trezentos, quatrocentos anos em relação aos oitenta anos [que vão desde que Marx escreveu o *Manifesto Comunista* até que Trotsky assinalou seus erros]. Estamos discutindo se, com Trotsky, acontece a mesma coisa que com Marx. É normal que tenha tido erros, mas esses erros, invalidam ou não a concepção de conjunto?

Nós, que temos a virtude de que vínhamos dizendo há muitos anos nos cursos que as Teses têm erros graves... Nós, que temos insistido em que existe um elemento, um nó fundamental da crítica de Preobrazhensky a Trotsky que é correto: as teses da revolução permanente estruturam-se sobre os sujeitos e não sobre o processo objetivo. Nós, que nos chocamos com o Socialist Workers Party a respeito da Frente Sandinista de Libertação Nacional e o Movimento Popular de Libertação de Angola, e dissemos: “Temos de dar apoio crítico a suas lutas guerrilheiras”... Nós, que dissemos que a burocracia cumpriu com o processo revolucionário, como Mao Tsé-tung (que inclusive foi extraordinário do ponto de vista militar)... Nós, que estivemos abertos a todas estas perspectivas; que assinalamos sistematicamente que, no mínimo, existe outra situação revolucionária distinta da que desenhou Trotsky... Ou seja, nós, que colocamos uma série de “heterodoxias”, entre aspas, acredito que temos mais mérito que ninguém; estamos mais capacitados que ninguém para dizer se tudo o que nós dizíamos levava a uma revisão como a de Barnes, isto é: as teses da revolução permanente e o Trotskismo se equivocaram ou, ao contrário, [como nós sustentamos] não se equivocaram para nada embora equivocaram-se e muito.

Depois de pensar muito chegamos à conclusão de que, efetivamente, temos de fazer formulações novas e de que há muitas questões teóricas não trabalhadas, abertas. Nós, que somos revolucionários, não temos nenhum tratado da revolução. É algo incrível. Os únicos tratados que o

marxismo tem são sobre economia. Nossa grande tarefa é fazer a revolução, e não há **absolutamente nada** sobre a revolução nem sobre a política. Não há nem tratado político marxista, nem tratado marxista das revoluções e das reformas. É uma coisa a se elaborar; é um buraco que temos, como em tantos outros terrenos mais.

Mas tenho a impressão de que a LIT é, de verdade, um lugar de defesa e de crescimento do Trotskismo. Por duas ou três razões fundamentais, acho que, se não existisse o Trotskismo, haveria de reinventá-lo tal qual é em suas formulações essenciais, que quase são as formulações essenciais do marxismo, mas agora em estado quase puro. Justamente todos estes pontos fracos fazem surgir os pontos mais primitivos e mais sólidos as rochas graníticas que têm a ver com toda a concepção do marxismo, e isso é, para mim, a revolução permanente, o essencial da revolução permanente.

Antes de tudo, o eixo da teoria da revolução permanente de Trotsky é o caráter internacional da revolução, é o caráter da revolução socialista internacional. Isto é, que o ponto central de todo programa de um partido é que a grande tarefa não é fazer uma revolução socialista nacional e sim, internacional. E acho que é de vida ou morte que a Quarta [Internacional] se fortaleça e surja um partido mundial forte: que o partido mundial e suas seções tenham como objetivo central fazer a revolução socialista no mundo; que para isso faça todos os sacrifícios, tudo o que seja necessário; que tenha a linha do Partido Bolchevique: *“Preferimos que se afunde a Rússia, mas que se faça a revolução na Alemanha, porque é um país muito mais importante”*. Que essa seja uma política viva, de todos os dias: como [fazemos] nós na LIT. À LIT, pouco lhe importa que o partido argentino decline, se o partido brasileiro avança. Isto seria uma grande notícia. Se fosse assim, se fosse possível mudar a Internacional e se nos colocasse [a opção de] onde queremos ter o atual partido argentino e onde o brasileiro, na LIT não duvidaríamos nem um minuto em levar o partido argentino ao Brasil e o partido brasileiro à Argentina.

Ao invés, colocamos a mesma coisa à Frente Sandinista de Libertação Nacional, há três e somente três alternativas: talvez nos disparem uma rajada de metralhadora, ou nos metam presos ou nos mandem a um hospital psiquiátrico. Como vamos lhes propor que se rompam a alma para que triunfe [a revolução] em El Salvador, que é muito mais importante que Nicarágua [embora não signifique que] eles fundam Nicarágua! Eles já tiveram em suas mãos a possibilidade de liquidar toda América Central e, cuidando seu quintalzinho, não o fizeram.

Este ponto é decisivo agora pelo problema do perigo da bomba atômica. Se não há toda uma política de um partido mundial para convencer as massas ianques de que têm de entrar no processo revolucionário, não sei como acaba tudo. Por isso, acreditamos que segue sendo correta essa definição nossa de que, até agora, na revolução mundial todos os triunfos são táticos, nenhum é estratégico. Quer dizer, o monstro segue vivendo, está muito **vivo e muito forte**. Precisa-se de um partido que veja isto, o diga e tenha uma política de acordo com isto: que seja internacionalista, pela revolução socialista, consciente, programaticamente partidário da revolução socialista internacional.

Porque os sandinistas e os outros são parte da revolução socialista internacional, mas eles a veem como soma de revoluções socialistas ou democráticas nacionais. Como soma: não articulada como só uma revolução. E também porque, sem revolução nos Estados Unidos, hoje em dia existe o perigo não do barbarismo e sim do **desaparecimento da humanidade**.

A teoria da revolução permanente é, então, a teoria da revolução socialista internacional. Tudo o outro – o documento de Trotsky de 1906, o de 1928 – tudo é modificável à vista deste acerto colossal de Trotsky: a revolução socialista internacional. A tese é a teoria da revolução socialista internacional. Depois, a tudo isso podemos mudar tudo o que diz – e temos de mudar muito –,

mas o eixo não. **O que não podemos fazer é perder o eixo.** [Esse eixo] caracteriza cada vez mais o Trotskismo. (...)

Hoje, também uma segunda categoria que vamos nos surpreender de tão simples que é. Os Trotskistas são, hoje em dia, os únicos que a defendem: é, caíam de costas, a democracia operária. Nós acreditamos na democracia operária. Queremos que a classe operária se expresse democraticamente em seus organismos e tome o poder exercendo essa democracia. Somos inimigos implacáveis de todo regime que não seja democrático. E um subproduto disto é que queremos que o partido que dirija e acaudilhe as organizações democráticas da classe operária também seja democrático.

Digo isto porque toda esta teoria que eu estou dizendo leva à LIT a uma questão muito importante: nós somos os defensores incondicionais do regime da ditadura do proletariado que está pela democracia operária. Nós levantamos um tipo de regime contra todos os outros regimes existentes. Ou seja, nos caracteriza a revolução política, a luta por um tipo de regime, hoje em dia inexistente, que é o da democracia operária. Inexistente nos organismos operários nos países capitalistas; e muito menos existentes nos estados operários.

E o terceiro é um fenômeno social: nós acreditamos que é a classe operária quem tem de voltar a tomar, a ser vanguarda do processo histórico. Porque, nestes últimos quarenta anos, salvo exceções, onde houve triunfos, os **setores populares** foram [a vanguarda, embora também] tenha havido grandes triunfos da classe operária.

Temos de estudar se existe um quarto ou quinto elemento, mas tenho a impressão de que estes são os elementos essenciais da teoria da revolução permanente e, também de Trotsky [em geral].

Por isso, nós, que sempre dissemos “os Trotskistas estamos equivocados”, somos mais Trotskistas que nunca. Como sempre, se esta análise teórica é correta, tudo se torna fácil. De golpe, a teoria é muito mais fácil e se transforma numa política e numa discussão simples. Nós, os troskos, estamos contra que governe só um partido na URSS, na Polônia, na China, em Cuba... Estamos furiosamente contra. Somos totalmente contrários. Somos o partido que é contra o regime de um só partido. Talvez, como exceção em algum lugar, mas não como método e programa. (...)

Neste sentido, o da revolução permanente, vemos o programa Trotskista mais rico, mais poderoso, mais forte que nunca, não mais débil. Mas, esclarecido que estes pilares do Trotskismo são mais fortes que nunca, também vemos falhas muito grandes de tipo histórico. Vemos falhas teóricas, políticas, programáticas muito grandes que têm a ver com tudo que eu disse sobre regime, Estado etc.

Então, isto que estamos discutindo tem um objetivo: preparar nossos companheiros para isso, porque é o que vem. Esse é um dos objetivos essenciais. Esta discussão de Barnes e Mandel sobre a crise da Quarta [Internacional], quais são seus pontos débeis, é a mais importante que temos feito. Os companheiros vão entrar nesta discussão porque isto é o essencial de uma política revolucionária: democracia operária, internacionalismo, classe operária dirigindo o processo histórico. Esses são os três caminhos que nós reivindicamos como a essência do Trotskismo e pelos quais, a partir de agora, nós vamos reivindicar como Trotskistas num processo de elaboração. Este é o grande objetivo teórico: preparar companheiros para os grandes problemas, não só da revolução na Argentina e sim, de todo o processo revolucionário no mundo e, em última instância, prepará-los para as grandes discussões que virão e que têm a ver com tudo isto.

– Nos três elementos, não está incluída a mobilização.

– Está bem. A mobilização permanente pode ser uma categoria especial, uma quarta categoria. Implicitamente a tocamos na revolução socialista internacional, é uma parte disso. Mas igualmente podemos colocá-la à parte.

Texto 12 - Capitalismo e Racismo – Alex Callinicos

1. Introdução

O racismo continua sendo uma das características centrais das sociedades capitalistas avançadas. Está institucionalizado na discriminação sistemática que as pessoas negras sofrem no trabalho, moradia, no sistema educacional, e no assédio pela polícia e autoridades do controle de imigração. Os negros são também vítimas sistemáticas da violência racista, como atestam os assassinatos, nos últimos anos, de Rolan Adams, Rohit Duggal e Stephen Lawrence no sudeste de Londres, e Michael Griffiths e Yusuf Hawkins em Nova Iorque.

Um desenvolvimento marcante na política europeia desde as revoluções do leste europeu em 1989 tem sido o ressurgimento do racismo, tanto na forma não oficial dos partidos fascistas e racistas que têm conseguido recentemente ganhos eleitorais significativos (principalmente na França, Alemanha e Bélgica), quanto na forma oficial das tentativas orquestradas pelos governos europeus de restringir mais ainda a imigração, atacando, inclusive, o direito ao asilo. A Comunidade Europeia mais unida na qual os políticos burgueses – e até mesmo alguns socialistas – depositam suas esperanças será a “Fortaleza Europa”, com as suas portas firmemente fechadas para as massas empobrecidas de um Terceiro Mundo, ao qual estão ingressando a maior parte dos ex-Estados stalinistas.

Com relação a mais poderosa sociedade capitalista do mundo, os EUA, o acadêmico Andrew Hacker argumenta em um recente estudo que: *“Americanos negros são americanos, mas eles ainda subsistem como estranhos na única terra que eles conhecem. Outros grupos podem permanecer à margem da sociedade – como, por exemplo, algumas seitas religiosas –, mas estas assim permanecem voluntariamente. Em contraste, os negros devem suportar uma segregação que está longe de ser uma escolha livre. Assim a América pode ser vista como duas nações separadas. É claro que existem lugares em que as raças se misturam. Mas nos aspectos mais significativos, a separação é penetrante. Como uma divisão humana e social essa separação sobrepuja todas as outras – mesmo as de gênero – em intensidade e subordinação”.* [1]

A grande rebelião de Los Angeles de abril de 1992 – cujos ecos se sentiram em cidades tão distintas como San Francisco, Las Vegas e Atlanta – mostrou como raça e classe juntas têm o potencial de romper a estrutura da sociedade norte-americana.

O fato gritante de que as democracias capitalistas ricas são sociedades profundamente racistas exige uma ação que desafie e, se possível, acabe com o racismo. Certamente qualquer estratégia antirracistas pressupõe uma análise da natureza e das causas do racismo. A visão liberal tradicional, ainda muito influente, trata o racismo primeiramente como um problema de atitude: o problema todo se resume em que os brancos têm preconceitos contra os negros. A solução óbvia, aparentemente, seria educar os brancos para despojá-los de seus preconceitos. Esse diagnóstico está implícito no programa Racism Awareness Training (RAT) [Treinamento para a conscientização sobre o racismo, N.doT.], o qual tendo sido desenvolvido nos EUA nos anos 70, foi assumido durante a década de 80 na Grã-Bretanha por prefeituras dirigidas pelo Partido Trabalhista. [2] Ao mesmo tempo houve uma tendência a se substituir a velha meta liberal de integrar as minorias negras às sociedades “hospedeiras” do Ocidente pela ideia do multiculturalismo.

Isso implicou em conceber a sociedade como um ajuntamento de grupos étnicos, cada qual com sua cultura própria e irreduzível. O objetivo passou a ser um arranjo pluralista baseado no entendimento mútuo entre os diferentes grupos étnicos, envolvendo, em particular, uma apreciação do valor das tradições não-europeias pela maioria branca. [3]

Ao contrário, muitos antirracistas radicais veem o racismo não como uma questão de ideias na cabeça das pessoas, mas sim de opressão, de desigualdades sistemáticas de poder e de oportunidades de vida geradas por uma estrutura social exploradora. A solução, portanto, está na luta política, na libertação dos negros de sua condição de oprimidos. Mas dentro do campo radical existem diferenças vitais de análise e estratégia. Os nacionalistas negros tendem a ver o racismo (pelo menos relativamente) como um fenômeno autônomo cujas origens, estrutura e dinâmica, embora estejam ligadas às do modo de produção capitalista, não podem ser reduzidas às mesmas. A libertação negra, concluem, só pode ser conquistada pelos próprios negros, organizados separadamente dos antirracistas brancos. Os marxistas revolucionários, ao contrário, consideram o racismo um produto do capitalismo que serve para reproduzir esse sistema social dividindo a classe trabalhadora. Só pode ser abolido, portanto, através de uma revolução social conquistada por uma classe trabalhadora unida, em que negros e brancos lutem juntos contra o seu explorador comum. [4]

2. Marxismo: Uma Tradição Europeia?

A diferença entre o marxismo e o nacionalismo negro nem sempre foi claramente definida. Muitos radicais negros foram influenciados por versões do marxismo (normalmente algum tipo de combinação de stalinismo e marxismo ocidental acadêmico). Eles utilizam as análises marxistas do comércio escravo e do imperialismo e argumentam que o racismo contemporâneo beneficia economicamente o capitalismo. Algumas vezes o parentesco com o marxismo parece ser muito próximo. [5]

Existem, entretanto, limites definidos a essa sobreposição de marxismo e nacionalismo negro. Intelectuais nacionalistas negros tendem a ver o marxismo como uma tradição eurocêntrica – um corpo de ideias tão profundamente enraizado na tradição europeia que é simplesmente incapaz de identificar a situação e expressar as aspirações das massas negras oprimidas, tanto no Terceiro Mundo quanto nos países capitalistas avançados.

O conflito resultante entre o marxismo e o nacionalismo negro é, talvez, explorado mais sistematicamente por Cedric Robinson, um acadêmico norte-americano associado ao Institute of Race Relations [Instituto de Relações Raciais] de Londres, em seu livro *Black Marxism* [Marxismo Negro]. A tese básica de Robinson é que o marxismo é, na própria maneira em que seus conceitos são ordenados, uma ideologia eurocêntrica: *“em sua base, quer dizer, em seu substrato epistemológico, o marxismo é uma construção ocidental – uma conceitualização das questões humanas e do desenvolvimento histórico que emerge das experiências históricas dos povos europeus medievais, por sua vez, pela sua civilização, suas ordens sociais e suas culturas”*.

O marxismo, afirma Robinson, não é europeu apenas em suas origens, mas em *“seus pressupostos analíticos, suas perspectivas históricas, seus pontos de vista”*. Consequentemente o marxismo falhou em confrontar uma *“ideia recorrente”* na *“civilização ocidental”*, notadamente o racismo e, em particular, o modo pelo qual o *“racismo inevitavelmente permearia as estruturas sociais emergentes do capitalismo”*. Os intelectuais radicais negros do século 20 – dos quais Robinson traça os trajetos de WEB Du Bois, CLR James e Richard Wright – tiveram, portanto, que sair do marxismo e redescobrir uma tradição mais antiga, *“a resistência persistente, e em contínua evolução, dos povos africanos à opressão”*, pois são estes, e não *“o proletariado europeu e seus aliados”*, que constituem a *“negação”* da sociedade capitalista. [6]

O problema é que a concepção de Robinson da tradição negra radical, a qual ele contrapõe ao marxismo, beira o místico: *“As distinções entre espaço político e tempo histórico têm desaparecido, de modo que a formação de uma identidade coletiva negra banha os nacionalismos. [...] Abri-gada na Diáspora africana existe uma identidade histórica única que está em oposição às priva-ções sistêmicas do capitalismo racial”*.

Robinson parece estar dizendo que a luta dos negros contra a opressão, tanto na África como no Novo Mundo, serviram para forjar uma identidade comum. Mas quando ele tenta explicar a natureza dessa identidade torna-se ainda mais obscuro, declarando, por exemplo, que o foco da tradição radical negra “estava nas estruturas da mente”, seja lá o que signifique isso [7]. As dife-renças reais entre as formas de luta – as tentativas de sobrevivência de negros abandonados nas margens das colônias do “Novo Mundo”, a revolução haitiana e outras revoltas de escravos, a resistência das sociedades africanas à expansão colonial europeia, os grandes levantes urbanos dos negros americanos durante a década de 60, a luta contemporânea contra o Apartheid, para não falarmos dos conflitos atuais entre os próprios negros – como os existentes entre os apoiado-res do Congresso Nacional Africano e o Inkhata na África do Sul – , são todas elas dissolvidas numa única “identidade” vaga e abstrata.

Entretanto, o desafio colocado por Robinson e seus co-pensadores permanece. Pode a tradição marxista clássica de Marx e Engels, Lenin e Trotsky, proporcionar uma análise do racismo capaz de oferecer a base de uma estratégia efetiva para a libertação negra? Este pequeno livro é uma tenta-tiva de responder esse desafio.

O que eu tentarei mostrar é que o racismo é um fenômeno moderno. Diz-se frequentemente que o racismo é tão antigo quanto a natureza humana, e em consequência não poderia ser elimi-nado. Pelo contrário, o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do “Novo Mundo” que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundi-al. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo.

Assim, o racismo hoje resulta das divisões que foram fomentadas entre diferentes grupos de trabalhadores, cuja competição no mercado de trabalho é intensificada pelo fato de que os mes-mos, frequentemente, vem de diferentes partes do mundo, agrupados no interior das fronteiras de um mesmo Estado pelo apetite insaciável do capital por força de trabalho. Dessa forma o racismo serve para jogar os trabalhadores uns contra os outros, e para impedi-los de combater efetiva-mente os patrões que exploram a todos eles, independente de sua cor ou origem nacional.

Podemos tirar duas conclusões políticas muito importantes dessa análise. A primeira é que o racismo atua contra os interesses de todos os trabalhadores, tanto brancos quanto negros. Uma classe trabalhadora dividida prejudica mesmo aqueles trabalhadores que não são vítimas diretas do racismo. Assim um elemento central de qualquer estratégia antirracistas deve ser a conquista dos trabalhadores brancos para que identifiquem os seus interesses com os dos trabalhadores negros, vítimas da opressão racial. Os nacionalistas negros estão equivocados, portanto, quando consideram que os trabalhadores brancos são irremediavelmente racistas. Em segundo lugar, a meta da luta antirracistas deve ser a libertação dos oprimidos como parte de uma batalha mais ampla contra o próprio capitalismo. O racismo surgiu e cresceu com o capitalismo e ajuda a sus-ter-lo. A sua abolição depende, portanto, de uma revolução socialista que rompa as estruturas materiais às quais estão vinculadas.

Esta é uma análise do racismo que toma a classe como seu ponto de partida: o racismo sus-temta a dominação da classe capitalista, e só pode ser derrubado por uma classe trabalhadora

unida. Existem muitas objeções a uma análise deste tipo. Afinal, afirmar que os trabalhadores brancos não se beneficiam com o racismo não entra em choque com o senso comum? O racismo não sobreviverá após uma revolução socialista? Essas e outras questões serão discutidas a seguir.

Meu objetivo, entretanto, não é tanto oferecer uma resposta definitiva a todas essas questões, mas sim mostrar que o marxismo é o melhor método tanto para entender quanto para combater o racismo.

3. De Onde Vem o Racismo?

O racismo é uma novidade histórica, característica das sociedades capitalistas modernas. Esta afirmação é central à análise marxista do racismo. E é, de modo correspondente, negada pelos nacionalistas negros. Cedric Robinson, por exemplo, afirma que o racismo não é um fenômeno capitalista, mas sim peculiarmente europeu: *“O racismo insinuou-se não só nas estruturas sociais, formas de propriedade e modos de produção medievais, feudais e capitalistas, mas também como os valores e tradições através dos quais os povos dessas eras compreenderam os seus mundos e suas experiências”* [8]. O acadêmico americano negro Manning Marable argumenta, de modo semelhante, que o *“racismo e o patriarcado são ambos pré-capitalistas em suas origens sociais e ideológicas”*. [9] A implicação disso é que o racismo sobreviveria à derrocada do capitalismo e, conseqüentemente, para erradicá-lo torna-se necessário um movimento negro separado.

Para apreciarmos porque essa visão é equivocada devemos primeiro considerar a natureza do racismo. O racismo existe onde um grupo de pessoas é discriminado com base em características que lhe seriam inerentes enquanto grupo.

O racismo é frequentemente associado a uma diferença na cor da pele dos opressores e oprimidos, mas isso não é de nenhum modo uma condição necessária para existir o racismo. Os irlandeses foram vítimas de racismo especialmente na Grã-Bretanha do século 19, apesar de serem tão brancos quanto os “nativos”. O antissemitismo moderno é outro caso de racismo que não é baseado em diferenças de cor. Há um sentido no qual a diferença de cor não é sequer uma condição suficiente para a existência de racismo. Onde essa diferença está envolvida é como parte de um complexo de características – por exemplo, inteligência inferior, preguiça, sexualidade superativa, no caso do estereótipo ocidental tradicional dos africanos – que são atribuídas ao grupo oprimido e que servem para justificar a sua opressão. O que importa realmente é a ideia de um conjunto sistemático de diferenças – do qual as diferenças físicas visíveis são uma parte – entre opressores e oprimidos, mais do que as diferenças físicas em si.

O que confunde a questão é que a ideologia racista clássica tende a destacar supostas diferenças físicas entre grupos de pessoas. A versão teoricamente mais articulada da ideologia racista é o que Peter Fryer chama de “mitologia pseudocientífica de raça”, que floresceu na Grã-Bretanha (e também no resto do mundo capitalista desenvolvido) entre os anos 1840 e 1940. Essa versão assumia que a humanidade estava dividida em raças, cada uma delas baseada em características biológicas distintas, e que a dominação do mundo pelo imperialismo ocidental refletia a superioridade inerente das raças brancas sobre as demais no processo de seleção natural. [10]

Essa ideia de raças biologicamente distintas não possui base científica: *“De todas as variações genéticas conhecidas por enzimas e outras proteínas, onde tenha sido possível realmente contar as frequências de diferentes formas dos genes e assim conseguir uma estimativa objetiva da variação genética, 85 por cento resultam ser entre indivíduos de uma mesma população local, tribo ou nação. Outros 8% são entre tribos ou nações dentro de uma grande ‘raça’. E os restantes 7% são entre grandes ‘raças’.* [...] *Qualquer uso de categorias raciais deve tomar suas justificativas*

de alguma outra fonte que não a biologia. A característica notável da evolução e da história humanas tem sido o grau muito pequeno de divergência entre populações geográficas em comparação com a variação genética entre indivíduos. [11]

Diferenças raciais são inventadas: isto é, emergem como parte de uma relação de opressão historicamente específica para justificar a existência dessa relação. Assim, qual é a peculiaridade histórica do racismo enquanto uma forma de opressão? Em uma primeira instância é que as características que justificam a opressão são inerentes ao grupo oprimido. Uma vítima do racismo não pode transformar-se para evitar a opressão; pessoas negras, por exemplo, não podem mudar a sua cor. Isso representa uma diferença importante, por exemplo, entre opressão racial e opressão religiosa, uma vez que a solução para alguém que seja perseguido por motivos religiosos é mudar a sua fé.

Assim não há saída para a opressão pelos membros da “raça” subordinada. Agora, essa forma de opressão é peculiar às sociedades capitalistas. Deve ser diferenciada de uma característica difundida nas sociedades pré-capitalistas, notadamente os preconceitos contra estrangeiros. A maior parte das pessoas antes do advento do capitalismo industrial era formada por camponeses que viviam em pequenas comunidades rurais. A pobreza das comunicações na época significava que o contato com pessoas de fora de um raio extremamente limitado era muito raro. O resultado era frequentemente um envolvimento intenso, quase sufocante, com a vida dos demais membros da comunidade, combinado com uma profunda ignorância e suspeita dos estrangeiros. O que o sociólogo Zygmunt Bauman chama de “heterofobia” (ressentimento da diferença) não é a mesma coisa do racismo moderno: *“Em um mundo que se vangloria da capacidade sem precedentes de melhorar as condições humanas, reorganizando os assuntos humanos em uma base racional, o racismo manifesta a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser incorporada a essa ordem racional, qualquer que seja o esforço*”. [12]

O que é notável sobre as sociedades escravistas e feudais da Europa pré-capitalista é, contrariamente às afirmações de Robinson e Marable, a ausência de ideologias e práticas que excluía e subordinavam um grupo particular sobre a base de sua inferioridade inerente. As sociedades escravistas da Grécia e Roma clássicas não parecem ter se apoiado no racismo para justificar o uso em grande escala de escravos para proporcionar à classe dominante o seu sobreproduto. O historiador negro norte-americano, Frank M Snowden Jnr, escreve: *“O intercuro social [entre negros e brancos] não fez surgir entre gregos e romanos os preconceitos de cor de certas sociedades ocidentais posteriores. Os gregos e romanos não desenvolveram teorias de superioridade branca*”. [13] O exemplo mais notável da ausência de racismo baseado na cor na Antiguidade clássica é proporcionado pelo caso de Septimus Severus, imperador romano de 193 a 211 d.C., que quase certamente era negro. Uma das principais características do domínio romano era o esforço de incorporar aristocracias locais a uma classe dominante que compartilhava uma cultura que fundia as tradições grega e romana. (...)

(...) Nas sociedades feudais que emergiram na Europa Ocidental após a queda de Roma, as classes dominantes identificavam-se como seguidores de uma religião particular, o cristianismo. A Europa cristã definia a si própria como a Cristandade em guerra contra os seguidores da fé rival do Islã. Judith Herrin observa: *“À medida em que o mundo antigo entrava em colapso, a fé e não o domínio imperial tornou-se a característica que identificava o universo, que os cristãos chamavam de oikoumene e os muçulmanos Dar al Islam. A religião havia realizado a fusão do político, do social e do cultural em sistemas auto-contidos, separados por suas diferenças de fé*”. [19]

O mundo mediterrâneo (e suas extensões na Europa e na Ásia centrais) tornou-se, dessa maneira, polarizado entre duas civilizações rivais, o Islã e o Cristianismo, cujo conflito estendeu-se por dez séculos, das conquistas árabes de boa parte do Império romano oriental logo após a mor-

te do fundador do Islã, Maomé, em 632, até o segundo cerco de Viena em 1683. Mas apesar da ferocidade dessa luta, não foi uma luta racial. Conversões de uma fé para outra ocorriam algumas vezes. Durante as Cruzadas os governantes cristãos e muçulmanos realizaram alianças com frequência. E no clímax da ameaça Otomana à Cristandade no século 16 o rei da França tendeu a apoiar o Sultão da Turquia em sua luta contra os governantes da dinastia Habsburgo na Espanha como um modo de enfraquecer um perigoso rival europeu.

Seguidores de outras fés que não a fé dominante eram frequentemente discriminados ou perseguidos de vários modos: os exemplos mais notáveis no caso da Cristandade medieval foram talvez os massacres muito comuns de judeus na época da I Cruzada no final do século 11 e o extermínio dos Cathars de Languedoc no começo do século 13. Contudo as perseguições religiosas desse tipo não eram o mesmo que opressão racial. Talvez isso seja melhor salientado pelo caso dos judeus. O que Hanna Arendt chama de a “*suposição de um antissemitismo eterno*”, segundo a qual “*explosões não necessitam explicação especial porque são consequências naturais de um problema eterno*”, é bastante difundida [20]. Nessa visão o Holocausto ocorre simplesmente como o último caso de 2.000 anos de antissemitismo.

Mas como assinala Zygmunt Bauman, enquanto na Europa pré-moderna os judeus estavam em uma posição particularmente vulnerável por causa de seu status como outsiders religiosos isso não “*impedia a sua acomodação à ordem social prevalecente (...) Em uma sociedade dividida em estados ou castas os judeus eram apenas um estado ou casta dentre muitos. O judeu individual era definido pela casta à qual pertencia, e pelos privilégios ou fardos que a casta desfrutava ou suportava. Mas o mesmo se aplicava a todos os outros membros da mesma sociedade*”. [21] O antissemitismo moderno desenvolveu-se no século 19 tendo como pano de fundo o colapso dessa ordem hierárquica de estados, e tratava o judeu não como um outsider religioso, mas como o membro de uma raça biologicamente inferior. Foi a emergência do antissemitismo racial que fez a “*Solução Final*” nazista concebível em termos ideológicos. Nas palavras de Arendt, “*os judeus foram capazes de escapar do judaísmo [religioso] através da conversão; do judaísmo [racial] não houve escapatória*”. [22]

Pelo final do século 19 os judeus já não eram uma minoria religiosa, com o seu lugar – embora subordinado e vulnerável – dentro da ordem social existente. Nas sociedades turbulentas, belicosas e polarizadas da Europa moderna eles ficaram marcados ideologicamente como os principais bodes expiatórios para esses antagonismos. Os judeus adquiriram esse rótulo como um resultado da ideologia racial que, como veremos, foi construída como uma justificação para o domínio europeu do resto do mundo. A tentativa dos nazistas de exterminá-los não foi, portanto, a última expressão do que um autor chama de o “*ódio mais antigo*”, mas uma consequência das profundas tensões no coração do capitalismo moderno.

4. Escravidão e Desenvolvimento Capitalista

O racismo como o conhecemos hoje desenvolveu-se durante um período chave no desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala global – o estabelecimento das plantações coloniais no “*Novo Mundo*”, durante os séculos 17 e 18, utilizando o trabalho escravo importado da África para produzir bens de consumo como tabaco, açúcar e algodão para o mercado mundial.

Peter Fryer traçou o seu desenvolvimento na Grã-Bretanha: “*O racismo emergiu na tradição oral em Barbados no século 17 e cristalizou-se em forma impressa na Grã-Bretanha no século 18 como a ideologia da ‘plantocracia’, a classe dos plantadores de cana-de-açúcar e dos mercadores de escravos que dominavam as colônias inglesas no Caribe*”. [23]

A afirmação mais influente dessa ideologia foi dada por Edward Long em *History of Jamaica* (1774) [História da Jamaica], mas já em 1753 o grande filósofo escocês David Hume, um dos gigantes do Iluminismo do século 18, tinha declarado: *“Estou apto a suspeitar que os negros, e em geral todas as outras espécies de homens (...) sejam naturalmente inferiores aos brancos”*. [24]

O desenvolvimento do que Robin Blackburn chama de “escravidão sistêmica” nas plantações da América do Norte e das Antilhas, exigindo a importação de algo como 6 milhões de cativos africanos somente no século 18, é um dos maiores crimes do capitalismo. [25] Contudo é um argumento comum que a existência anterior do racismo é que levou à exploração dos escravos africanos. Essa interpretação foi colocada em xeque por Eric Williams em seu estudo clássico: *“A escravidão não nasceu do racismo: ao invés disso, o racismo foi a consequência da escravidão. O trabalho cativo no Novo Mundo era marrom, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão”*. [26]

De fato, as economias de plantation inicialmente se apoiavam no trabalho cativo branco na forma de indentured servants [servos arregimentados com base em contratos de servidão], que concordavam em trabalhar para um senhor particular numa base servil por três ou cinco anos em troca de passagem gratuita da Europa: *“mais da metade dos imigrantes brancos na América do Norte colonial chegaram como indentured servants; o Caribe britânico e o francês também absorveram dezenas de milhares desses trabalhadores, que podiam ser comprados por preço mais barato que os escravos. No total, algo em torno de 350.000 servos foram destinados às colônias britânicas até os anos 1770”*. [27]

Barbara Fields afirma que as plantações de tabaco da colônia de Virgínia *“se apoiavam primeiramente sobre os ombros dos indentured servants ingleses, não dos escravos africanos”* até o final do século 17: *“Indentured servants serviam termos mais longos na Virgínia do que os seus homólogos ingleses e desfrutavam de menos dignidade e menos proteção na lei e nos costumes. Eles podiam ser comprados e vendidos como gado, ser sequestrados, roubados, colocados como apostas em jogo de cartas, e dados como prêmios – mesmo antes de sua chegada à América – aos vitoriosos em processos judiciais. Magnatas avaros (se o termo não é redundante) reduziavam a alimentação dos servos, impediam-nos, de modo desonesto, de exercerem seu direito à liberdade, quando eles tinham cumprido o seu prazo. Os servos eram espancados, aleijados e mesmo mortos impunemente”*. [28]

Como observa Fields, a “única degradação” da qual os servos brancos eram poupados era “a escravização perpétua”. Essa era a grande desvantagem que os indentured servants representavam para os proprietários das plantations, uma vez que não lhes asseguravam uma oferta de trabalho estável, de longo prazo, para responder à crescente demanda dos produtos coloniais. Mas, afirma Fields, não era a cor que impedia os servos de serem escravizados, mas os limites impostos ao poder dos proprietários por *“séculos de disputas cotidianas, abertas e dissimuladas, armadas e desarmadas, pacíficas e beligerantes”*, entre exploradores e explorados na Inglaterra:

“Uma degradação em massa dos servos em escravos teria elevado a temperatura das lutas, uma empresa perigosa considerando que os servos eram bem armados, que eles sobrepujavam os seus senhores numericamente, e que os indígenas poderiam facilmente tirar vantagem da inevitável guerra no seio do inimigo. Além do mais, a escravização de imigrantes já instalados [na colônia], uma vez que essa notícia chegasse à Inglaterra, teria ameaçado as fontes de futuras imigrações. Mesmo o senhor mais avaro e míope podia prever o desastre em tal política.” [29]

A solução para os problemas de oferta de mão-de-obra veio com a importação, a partir dos anos 1680, de *“trabalhadores africanos em número cada vez maior”*, que *“tornou possível manter grupos de trabalhadores suficientes nas plantations, sem criar uma carga explosiva de ingleses armados ressentidos por lhes serem negados os direitos de todos os ingleses e dispendo de recursos políticos e materiais para fazer sentir esse ressentimento”*. [30]

O racismo desenvolveu-se no contexto criado pelo desenvolvimento da “escravidão sistêmica” do Novo Mundo: a ideia de que os africanos eram (nas palavras de Hume) “naturalmente inferiores” aos brancos justificou o ato de negar-lhes “os direitos dos ingleses” e escravizá-los. (...)

(...) Em sociedades tão hierárquicas [Callinicos está se referindo à antiguidade greco-romana e ao feudalismo, que mencionara nos parágrafos anteriores que foram retirados, discutindo porque, nesses casos, não foi necessário criar uma ideologia como o racismo, para “justificar” o uso de escravos] a escravidão era apenas um dentre o espectro de vários status desiguais, não requerendo explicação especial. Na sociedade capitalista é diferente. Pois o modo de produção capitalista se baseia na exploração do trabalho assalariado livre. O trabalhador assalariado é, afirma Marx, “livre em um duplo sentido, livre das velhas relações de (...) escravidão e servidão, e, em segundo lugar, livre de todos os pertences e posses e (...) livre de toda a propriedade” [34]. Não é a subordinação legal e política ao explorador, mas a sua separação dos meios de produção e a compulsão econômica resultante para vender o seu único recurso produtivo, a força de trabalho, que é a base da exploração capitalista. Trabalhador e capitalista confrontam-se no mercado de trabalho como legalmente iguais. Os trabalhadores são perfeitamente livres para não venderem a sua força de trabalho: é somente o fato de que a alternativa é a fome ou a fila dos desempregados que os leva à sua venda. Daí que o mercado de trabalho seja, como afirmou Marx, *“um Éden dos direitos inatos do homem”*, *“o reino exclusivo da Liberdade, Igualdade, Propriedade, e Bentham”*. É somente “no lar oculto da produção” que a exploração tem lugar. [35]

Esse contraste entre a igualdade formal e a desigualdade real entre capitalista e trabalhador é um traço fundamental da sociedade burguesa, refletido em muitos aspectos de seu desenvolvimento. As grandes revoluções burguesas, que varreram os obstáculos à dominação do modo de produção capitalista, mobilizaram as massas sob a bandeira da liberdade e igualdade. *“O homem mais pobre da Inglaterra tem uma vida para ser vivida tanto quanto aquele que é o maior de todos, e portanto (...) cada homem que vive sob um governo deve em primeiro lugar, por seu próprio consentimento, colocar-se sob esse governo”*, disse Coronel Rainsborough nos debates Putney de 1647. *“Consideramos essas verdades como sendo autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, que entre esses [direitos] estão a vida, liberdade e a busca da felicidade”*, proclama a Declaração da Independência de 1776. E a grande Revolução francesa de 1789 foi realizada sob a bandeira de Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Entretanto o paradoxo era que o capitalismo, cuja dominação envolve a exploração do trabalho livre, beneficiou-se enormemente da escravidão colonial durante uma fase crítica de seu desenvolvimento. Essa relação continuou pela era da Revolução Industrial com as fábricas têxteis do norte da Inglaterra importando as matérias primas principais das plantações escravas do sul norte-americano. A dependência do capitalismo no trabalho escravo tornou-se uma anomalia que exigia explicação. Foi nesse contexto que começou a predominar a ideia de que os negros eram sub-humanos e que, portanto, não demandavam o respeito igual, um direito cada vez mais reconhecido como sendo um direito de todos os seres humanos.

Barbara Fields argumenta que a “ideologia racial” predominou especialmente entre os “yeomanry brancos” no sul dos EUA – os pequenos fazendeiros e artesãos que, representando quase dois terços da população do Velho Sul, em sua maioria não possuíam escravos e procuravam

afirmar sua reivindicação à independência política e econômica dos plantadores: *“A ideologia racial proporcionou os meios de explicar a escravidão a pessoas cujo terreno era uma república fundada sobre as doutrinas radicais de liberdade e direitos naturais; e, mais importante, uma república na qual aquelas doutrinas pareciam representar acuradamente o mundo no qual viviam todos, menos uma minoria. Somente quando a negação da liberdade tornou-se uma anomalia aparente até mesmo para os membros menos observadores e reflexivos da sociedade euro-americana é que essa ideologia passou a explicar sistematicamente a anomalia”*. [36]

De modo semelhante Peter Fryer mostra como o racismo emergiu na Grã-Bretanha do século 18 *“como uma ideologia em grande parte defensiva – a arma de uma classe cuja riqueza, modo de vida e poder estavam sob ataque cerrado”*. [37]

Os ideólogos racistas, como Long, escreveram para defender os plantadores das Antilhas das pressões crescentes para abolirem não só o comércio escravo, mas a própria instituição da escravidão. Mas a ideologia racista sobreviveu à abolição, e recebeu, aliás, uma elaboração teórica posterior durante o século 19 na forma da pseudocientífica biologia de raças, a qual lançou mão de uma versão vulgarizada da teoria da seleção natural de Darwin. Isso refletiu o fato de que a anomalia que havia dado origem ao racismo continuava a existir em uma outra forma, a dominação do mundo por um punhado de potências europeias (ou, no caso dos EUA e da Rússia, europeizadas). Esse estado de coisas era justificado pela ideia de que a constituição biológica dos asiáticos e africanos tornava-os adequados para serem dominados pelas “raças” brancas, cujo dever era governar o mundo nos interesses de seus súditos. A afirmação clássica dessa visão é o poema “The White Man’s Burden” de Rudyard Kipling, escrito em 1898 como um apelo aos EUA, então apenas no início de sua carreira como potência imperialista:

Tomai o fardo do Homem Branco
Enviai os teus melhores filhos –
Ao exílio entrelaçados
Para servir às faltas de teus cativos;
Para esperar em duro ofício
Gentes agitadas e selvagens –
Vossos recém conquistados, fastientos povos
Meio demônios, meio crianças. [38]
(...)

5. O Racismo no Capitalismo Contemporâneo

O racismo é, portanto, uma criatura da escravidão e do Império. Ele desenvolveu-se para justificar a negação aos oprimidos das colônias os direitos iguais que o capitalismo prometia a toda a humanidade. A discussão até aqui estabelece, portanto, um vínculo histórico entre racismo e capitalismo. Mas e o racismo contemporâneo? Interromper simplesmente a análise nesse ponto deixaria o racismo contemporâneo como algum tipo de resquício do passado, que de alguma forma teria conseguido sobreviver à abolição da escravidão e o colapso dos impérios coloniais. De qualquer modo essa parece ser a visão de Peter Fryer: *“Muito depois de as condições materiais que deram origem à ideologia racista terem deixado de existir, essas ideias mortas seguiram influenciando a mente dos vivos. Elas levaram a vários tipos de comportamento racistas por parte de muitas pessoas brancas na Grã-Bretanha, incluindo pessoas brancas das autoridades”*. [39]

Essa análise, ao afirmar que o racismo já não possui bases materiais, implica que a principal tarefa dos antirracistas é mudar as atitudes, presumivelmente através de algum processo de e-

ducação. Ela é, todavia, equivocada: as condições materiais do capitalismo moderno continuam a dar vida ao racismo.

Notemos, em primeiro lugar, uma mudança na ideologia racista. Martin Barker é um dentre muitos escritores a terem notado a emergência do que ele chama de “novo racismo”, que destaca não a superioridade biológica de algumas raças sobre outras, mas as diferenças culturais entre grupos “étnicos” [40]. Os ideólogos da direita conservadora na Grã-Bretanha, de Enoch Powell a Norman Tebbit, usaram a ideia de que as diferenças culturais entre povos europeus e não europeus impossibilitam a sua convivência em uma mesma sociedade para justificarem controles de imigração mais rígidos e até mesmo (no caso de Powell) a repatriação de pessoas negras. Mas o exemplo mais notório dessa variante de racismo é a declaração de Margareth Thatcher durante uma entrevista no programa de TV *World in Action* no dia 30 de janeiro de 1978: “*As pessoas estão realmente com medo de que esse país possa ser inundado [em inglês swamped] por pessoas de uma cultura diferente*”.

Que proporção de mudança o “novo racismo” representa e o que causou o seu surgimento? Começamos com esta última questão. Como vimos, a ideia de que a humanidade está dividida em raças com constituições biológicas diferentes já não possui respeitabilidade científica. Além disso, é definitivamente vergonhosa moral e politicamente por causa do uso feito pelos nazistas. Após o Holocausto nazista o racismo biológico, em sua fórmula do século 19, passou a ter um odor putrefato – daí a mudança da biologia para a cultura, e da raça para a etnia.

A mudança não deve ser superdimensionada. Em primeiro lugar, o racismo biológico permanece, por exemplo, nas tentativas da sociobiologia em explicar as desigualdades sociais em termos biológicos, e na ideia de que os maus resultados dos negros norte-americanos de baixa renda nos testes de QI refletem diferenças genéticas entre eles e os brancos. [41] Em segundo lugar, a ideia de que os negros são naturalmente inferiores aos brancos é ainda muito presente no racismo popular, embora ela tenda a usar as diferenças culturais como um manto respeitável. Frequentemente certas palavras aparentemente inocentes usadas em pronunciamentos públicos representam um apelo codificado tácito para atitudes racistas mais diretas. O uso da palavra *swamp* [que também significa pântano, [N. do Tradutor] por Thatcher é um desses casos: certamente não é mero acaso que a operação policial, envolvendo perseguições de negros em grande escala, que provocaram a revolta em Brixton em abril de 1981, se chamasse “Swamp 81”.

Em terceiro lugar, as “identidades étnicas” ou “culturais” que tomaram o lugar de “raça” nas discussões polidas, tendem a envolver o mesmo tipo de estereótipo grosseiro característico do racismo à moda antiga [42]. “Etnia” ou “cultura” são concebidas como um destino do qual não se pode escapar. Embora reconhecida como um produto da história (geralmente caricaturizada), a etnia não é concebida como algo que possa ser transformado pela ação humana, pois teria se tornado afetivamente parte da natureza. No máximo aqueles que fazem parte de uma dessas “prisões étnicas” podem tentar entender as “prisões” das outras pessoas (multiculturalismo), ou podem trocar de “prisão”, como Tebbit quando exigiu o teste do cricket (os negros só poderiam ser considerados britânicos se eles apoiassem a Inglaterra nas partidas de cricket contra times das Antilhas, Índia e Paquistão), o que equivale a dizer que, para serem britânicos eles devem romper efetivamente todas as ligações com os países de onde eles ou seus ancestrais emigraram e, assim, devem estar assimilados à cultura dominante – um teste no qual, segundo ele, a maioria não seria aprovada. [43]

O racismo moderno, com a sua retórica de diferença cultural e apelo normalmente tácito a noções mais antigas de inferioridade natural, em todo o caso, surge das condições do capitalismo industrial. O capitalismo, na sua forma plenamente desenvolvida, baseia-se na exploração do trabalho assalariado livre.

Mas a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho é composta internamente de dois modos. Antes de mais nada, a divisão técnica do trabalho exige uma força de trabalho com tipos de qualificação diferenciados. Uma das funções do mercado de trabalho é o de atender essas exigências, com as variações nos níveis salariais servindo como um meio para alocar diferentes tipos de força de trabalho. Em segundo lugar, para assegurar uma oferta de trabalho adequada, os capitalistas são frequentemente forçados a ir além das fronteiras do Estado em questão, atraindo trabalhadores de diferentes origens nacionais. Eric Hobsbawm indicou que a “metade do século 17 marca o início da maior migração de pessoas na história”, começando com o grande fluxo de imigrantes europeus para os EUA e, em menor grau, para a América do Sul, Australásia e África do Sul. [44] O resultado mais espetacular são os próprios EUA, a proverbial “nação dos imigrantes”, com a sua classe trabalhadora formada inteiramente por sucessivas ondas de imigração.

Mas existem muitos outros casos, desde o papel dos trabalhadores irlandeses na Inglaterra vitoriana até o uso em grande escala de trabalhadores poloneses pelos proprietários de terra prussianos no final do século 19. A dependência no trabalho imigrante provou ser uma característica estrutural do capitalismo avançado na segunda metade do século 20. No início dos anos 70, havia quase 11 milhões de imigrantes na Europa ocidental, que vieram da Europa meridional ou das antigas colônias durante o boom das décadas de 50 e 60. [45] E mesmo durante os anos de crise das décadas de 70 e 80 a economia norte-americana continuou a sugar uma vasta onda de imigração proveniente da América Latina e do leste da Ásia.

Os capitalistas empregam trabalhadores imigrantes por causa dos benefícios econômicos que trazem: contribuem para a flexibilização da oferta de trabalho, são frequentemente incapazes de recusar empregos de baixo salário ou trabalhos sujos envolvendo turnos e, uma vez que os custos de sua formação foram pagos em seus países de origem, esses trabalhadores trazem, através dos impostos que pagam, uma contribuição líquida para a reprodução da força de trabalho no país hospedeiro. [46] Mas, mais do que isso, a existência de uma classe trabalhadora composta por nativos e imigrantes torna possível a divisão da classe sobre bases raciais, particularmente se as diferenças de origem nacional correspondem, pelo menos parcialmente, às diferentes posições na divisão técnica do trabalho (por exemplo, entre trabalhadores qualificados e não qualificados).

Marx compreendeu o modo pelo qual as divisões raciais entre trabalhadores nativos e imigrantes poderiam enfraquecer a classe trabalhadora, como mostrou na famosa carta de 9 de abril de 1870 a Meyer e Vogt. Na carta Marx procura explicar porque a luta irlandesa pela autodeterminação era uma questão vital para a classe trabalhadora britânica:

“E mais importante de tudo! Cada centro industrial e comercial na Inglaterra possui uma classe trabalhadora dividida em dois campos hostis, proletários ingleses e proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que rebaixa o seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês ele se sente um membro da nação dominante, e assim torna-se num instrumento dos aristocratas e capitalistas do seu país contra a Irlanda, fortalecendo a sua dominação sobre ele próprio. Ele aprecia os preconceitos sociais, religiosos e nacionais contra os trabalhadores irlandeses. A sua atitude é muito parecida a dos ‘brancos pobres’ em relação aos negros nos antigos estados escravistas dos EUA. O irlandês lhe paga com juros na mesma moeda. Ele vê no trabalhador inglês ao mesmo tempo o cúmplice e o instrumento estúpido do domínio inglês na Irlanda. Este antagonismo é mantido vivo artificialmente, e é intensificado pela imprensa, o púlpito, os jornais cômicos, em resumo por todos os meios à disposição das classes dominantes. Este antagonismo é o segredo da impotência

da classe trabalhadora inglesa, apesar de toda sua organização. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder. E essa classe é plenamente consciente disso.” [47]

Nesta passagem notável Marx delinea o esboço de uma explicação materialista do racismo no capitalismo moderno. Nela podemos distinguir três condições principais da existência do racismo:

- i) Competição econômica entre trabalhadores (“o trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que rebaixa o seu padrão de vida”). Um padrão particular de acumulação de capital implica uma distribuição específica de trabalho que se reflete no mercado de trabalho através de níveis salariais diferentes. Particularmente em períodos de reestruturação de capital, quando o trabalho sofre uma desqualificação, os capitalistas (sendo o que eles são) são tentados a substituírem trabalhadores qualificados por trabalhadores menos qualificados e mais baratos. Se os dois grupos de trabalhadores têm origens nacionais diferentes, e nesse caso provavelmente terão idiomas e tradições diferentes, existe o potencial para o desenvolvimento de antagonismos raciais entre os dois grupos. Este é um padrão que se repetiu com bastante frequência na história da classe trabalhadora norte-americana. [48] As divisões raciais envolvidas não precisam, porém, surgir necessariamente de uma tentativa dos trabalhadores qualificados em defenderem a sua posição. Em várias ocasiões, no século 19 e no início do século 20, negros norte-americanos foram expulsos dos nichos qualificados que haviam logrado, por trabalhadores brancos – por exemplo, por imigrantes irlandeses não qualificados no período anterior à guerra civil. [49]
- ii) O atrativo da ideologia racista entre os trabalhadores brancos (“o trabalhador inglês comum (...) sente-se um membro da nação dominante”). O simples fato da competição econômica entre grupos diferentes de trabalhadores não é o suficiente para explicar o desenvolvimento de antagonismos raciais. Por que as ideias racistas atraem os trabalhadores brancos? Uma resposta é que refletem os seus interesses econômicos na opressão racial: os trabalhadores brancos, em outras palavras, beneficiam-se materialmente do racismo. Esta explicação é, como eu discuto adiante, equivocada. A base de outra, melhor, explicação é esboçada por WEB Du Bois em seu grande trabalho *Black Reconstruction in America* [Reconstrução Negra na América] (1935). Du Bois estava tentando explicar a divisão entre trabalhadores brancos e negros após a derrota da “Reconstrução Radical” – os esforços de uma aliança entre ex-escravos e radicais brancos para erradicar o racismo no Sul americano depois da guerra civil. Ele argumenta que: (...) a teoria [marxista] da unidade da classe trabalhadora não funcionou no Sul (...) porque a teoria da raça foi implementada por um método cuidadosamente planejado e lentamente desenvolvido, que resultou numa tal separação entre os trabalhadores brancos e negros que provavelmente não há hoje no mundo dois grupos de trabalhadores com interesses praticamente idênticos que se odeiem e se temam entre si tão profunda e persistentemente, nem que sejam mantidos tão separados que nenhum deles consiga enxergar qualquer interesse comum.

Deve ser lembrado que o grupo de trabalhadores brancos, enquanto eles receberam um salário baixo, foi compensado por uma espécie de salário público e psicológico. Eles gozavam de deferência pública e recebiam títulos de cortesia porque eram brancos. Eles eram admitidos livremente com todas as classes de pessoas brancas para recepções, parques e escolas públicas. Os policiais vinham de suas fileiras, e os tribunais, dependentes dos seus votos, os tratavam com indulgência como se encorajassem a ilegalidade. Os seus votos selecionavam os funcionários públicos, e enquanto isto teve pouca influência na situação eco-

nômica, teve grande influência no tratamento pessoal que recebiam e na deferência que lhes era demonstrada. As escolas para brancos eram as melhores da comunidade, situadas em lugares visíveis, e custavam de duas a dez vezes mais per capita do que as escolas destinadas aos negros. Os jornais se especializaram em notícias que lisonjeavam os brancos pobres e praticamente ignoravam os negros, exceto em ralação ao crime e ao ridículo.

Por outro lado, os negros estavam sujeitos a insulto público. Tinham medo de turbas, estavam sujeitos à zombaria de crianças e os medos irracionais das mulheres brancas, e eram compelidos quase continuamente a se submeterem a várias distinções de inferioridade. O resultado disto era que os salários de ambas as classes podiam ser mantidos baixos, os brancos temendo ser substituídos pela mão de obra negra e os negros sempre ameaçados pela sua substituição pela mão de obra branca.” [50] (...)

(...) A religião oferece consolo aos males deste mundo em um mundo divino situado para além do sepulcro. Seu poder está no reconhecimento da existência do sofrimento e da opressão, embora sua solução seja falsa. Marx aqui descobre um dos mecanismos das ideologias em geral, inclusive da ideologia racista. O racismo oferece aos trabalhadores brancos o conforto de acreditarem que são parte do grupo dominante, e também provê, em tempos de crise, um bode expiatório pronto na forma do grupo oprimido.

O racismo, assim, dá aos trabalhadores brancos uma identidade particular e, além disso, uma que os une aos capitalistas brancos. Nós temos aqui, então, um caso do tipo de “comunidade imaginada” discutida por Benedict Anderson na sua influente análise do nacionalismo. A nação, ele discute, é *“uma comunidade política imaginada”*: em particular, *“independente da desigualdade real e da exploração que possam prevalecer em cada uma das nações, a nação é sempre concebida como uma camaradagem horizontal profunda.”* [53]

A fase crucial no desenvolvimento do nacionalismo popular nos países capitalistas avançados veio no final do século 19, como parte do processo pelo qual as classes dominantes europeias buscaram incorporar os trabalhadores, que recentemente haviam conquistado o direito do voto e estavam cada vez mais organizados, a uma mesma comunidade. [54] Em um quadro de competição crescente entre as potências imperialistas, os trabalhadores foram encorajados a identificarem os seus interesses com os das suas classes dominantes. Foi neste mesmo período que a biologia pseudocientífica de raça recebeu a sua formulação mais desenvolvida: ela serviu não só para justificar a dominação imperialista ocidental do mundo, mas também para santificar os conflitos entre as grandes potências como um aspecto da luta pela sobrevivência entre as raças. O racismo sustentou o nacionalismo, levando os trabalhadores a se verem como membros, junto com os seus exploradores, das raças mais elevadas em luta pela supremacia do mundo. É claro que o nacionalismo em geral não é o mesmo que racismo – muitos nacionalistas, particularmente os que se envolveram em lutas pela libertação colonial, combinaram uma identificação com as suas próprias nações com uma convicção sincera na igualdade dos povos, mas o nacionalismo imperialista proporciona um terreno fértil no qual, em certas condições, o racismo pode florescer.

- iii) Os esforços da classe capitalista para estabelecer e manter divisões raciais entre trabalhadores (*“é intensificado pela imprensa, o púlpito, os jornais cômicos, em resumo por todos os meios à disposição das classes dominantes”*). Marx deixa claro que o racismo está nos inte-

resses do capital, e chama a isto “o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder”, acentuando que “essa classe é completamente consciente disto”. Isto soa um pouco como se Marx estivesse dizendo que o racismo é apenas o resultado de uma conspiração capitalista. Isto não é assim. Como nós vimos, há um contexto econômico objetivo das divisões raciais, a saber as demandas constantemente variáveis do capital por tipos diferentes de trabalho, as quais frequentemente só podem ser realizadas através da imigração. Nós também vimos que o racismo oferece aos trabalhadores da raça opressora a compensação imaginária (pela exploração que eles sofrem) de pertencerem à nação dominante. Além disso, em relação ao sistema capitalista, é um fato objetivo que o racismo ajuda a manter o capitalismo, ao dividir e debilitar a classe trabalhadora. O provérbio, dividir e governar, é um item antigo da sabedoria das classes dominantes, cunhada pelo imperador romano Tibério no século 1 d.C. A dominação capitalista não acontece automaticamente – deve ser organizada ativamente. Uma maneira é promovendo o racismo. Isso acontece todo o tempo: George Bush usou cinicamente o racismo para ganhar a eleição presidencial de 1988 nos EUA. O capitalismo não é apenas uma conspiração dos patrões, mas os capitalistas recorrem frequentemente ao racismo para dividir a classe trabalhadora. [55] (...)

9. Racismo e Luta de Classes

Os limites da rebelião de LA refletem o fato de que em grande parte, ao contrário dos grandes levantes dos guetos de 1960, que foram uma radicalização do movimento existente por direitos civis no Sul, ela aconteceu inesperadamente, “depois de um período extremamente conservador”, como Lee Sustar afirma. Ele chama a rebelião de 1992 “uma rejeição irada, mas pré-política, do sistema”. [89]

Isto não altera o caráter distintivo da rebelião – o fato de que, distinto dos levantes anteriores (Harlem em 1964, Watts em 1965, Newark e Detroit em 1967), cruzou os limites étnicos. Neste aspecto o paralelo mais próximo a LA é fornecido pelas revoltas de 1981 em várias grandes cidades britânicas. Como Chris Harman notou na ocasião, embora as revoltas britânicas normalmente fossem motivadas pelo racismo policial, em “*praticamente todas elas houve um significativo envolvimento de brancos ao lado de negros, e esse envolvimento não tem sido apenas de brancos de esquerda, mas de jovens operários brancos*”. [90] Dos presos nas revoltas, 67 por cento eram brancos, 20 por cento antilhanos e africanos, 5% asiáticos [91]. Como a rebelião de LA, estas foram rebeliões de classe, não de raça. Elas reuniram jovens negros e brancos na revolta contra uma experiência comum de desemprego e também no protesto contra questões específicas, como o assédio policial que atinge particularmente os negros.

Esses levantes são parte de uma longa história ignorada pelos radicais negros, a história das lutas da classe trabalhadora que uniram negros e brancos. Uma das grandes realizações da soberba e tocante história de Peter Fryer sobre os negros na Inglaterra é a sua reconstrução do papel jogado por radicais negros como o spenceriano William Davidson e o cartista William Cuffay nos grandes movimentos operários revolucionários do início do século 19. As suas participações nessas lutas refletem o fato de que a reivindicação pela abolição da escravidão no Império britânico, finalmente alcançada na década de 1830, teve como fonte principal de apoio de massa os radicais da classe trabalhadora que uniram a luta pela emancipação negra com a luta contra a oligarquia na própria Inglaterra. [92]

Todas as grandes ondas de organizações operárias de massa nos EUA uniram trabalhadores negros e brancos, superando as barreiras raciais. (...)

(...) Há muitos outros episódios de unidade interracial da classe trabalhadora. A sua importância é que, mesmo que algumas vezes tenham tido vida curta, eles mostram que o nível da luta de

classe é o fator decisivo que determina a intensidade de racismo. Falando de modo geral, quanto mais alto o nível de luta de classe, maior a combatividade, confiança e auto-organização dos trabalhadores, quanto mais amplas as camadas da classe envolvidas em qualquer movimento particular, tanto menor a influência do racismo. (...)

(...) Quando a classe está travando lutas vitoriosas contra os seus patrões, é mais provável que os trabalhadores brancos depositem confiança na auto-organização para defender os seus interesses, e se vejam parte da mesma classe que os seus irmãos e irmãs negros. Ao contrário, quando o movimento dos trabalhadores está na defensiva e os patrões são geralmente capazes de impor a sua vontade, então é menos provável que os trabalhadores se voltem para as ações e organizações coletivas de classe para resolver os seus problemas. O racismo pode, nessas circunstâncias, aumentar a sua influência sobre os trabalhadores brancos, por causa das compensações psicológicas que parece prometer, e porque oferece um diagnóstico da situação que enfoca os seus sentimentos em um bode expiatório visível, as pessoas negras. (...)

10. Revolução socialista e libertação negra

A derrota imposta ao fascismo britânico no final dos anos 70 não é nenhuma razão para desvanecimento. O racismo é inerente à sociedade capitalista, e as condições que o promovem estão sendo recriadas constantemente pela crise do sistema. Mas o contraste entre o caso britânico e o da França desde 1981 é instrutivo. Sugere que o fracasso da esquerda francesa – a qual inclui várias organizações consideráveis e de longa tradição – em construir um movimento antifascista comparável à da ANL é um fator principal no crescimento do partido de Le Pen. Isto, por sua vez, destaca o papel que os socialistas revolucionários podem cumprir na luta contra o racismo. Eles podem fazê-lo em dois níveis. Primeiro, os revolucionários deveriam estar envolvidos nas batalhas que se desenvolvem em torno diferentes aspectos do racismo – não só (ou com frequência principalmente) contra os nazistas, mas contra quaisquer restrições à imigração, ataques ao direito de asilo, as deportações de indivíduos, brutalidade policial, ataques raciais. Este compromisso ativo com a luta contra o racismo em todos os seus aspectos inclui o apoio aos negros quando eles se organizam contra a sua opressão e quando eles levam as suas queixas às ruas, desafiando o Estado racista.

Porém, combater o racismo exige a compreensão de suas causas. Isto é essencial se se quer romper a influência do racismo nos trabalhadores brancos. O racismo, como nós vimos, atrai os trabalhadores brancos porque oferece uma solução imaginária ao real problema – pobreza, desemprego, exploração – com que eles se defrontam. Então, a luta direta contra o racismo deve estar ligada à agitação em torno de questões sociais e econômicas que mostram que o racismo não é a solução, que a luta de classe, unindo os trabalhadores de todas as cores e origens étnicas, oferece o único modo efetivo de melhorar as suas vidas. Um exemplo clássico desta estratégia é a forma pela qual o Partido Comunista britânico, no East End de Londres durante a década de 30, conseguiu separar a base operária da British Union of Fascists [União Britânica de Fascistas] que Oswald Mosley estava construindo na área, combinando a luta física contra os fascistas – sobretudo na grande batalha de Cable Street de 4 de outubro de 1936 – com campanhas em torno de problemas materiais (principalmente os aluguéis) que conquistaram muitos partidários de Mosley. **[101]** Tudo isso, porém, somente destaca o fato de que o racismo, e toda a pobreza, miséria e violência às quais está vinculado, flui da natureza de sociedade capitalista. Nós temos que remover a causa, assim como os seus sintomas.

Em segundo lugar, portanto, os socialistas revolucionários estão comprometidos com a construção de um partido não-racial de trabalhadores negros e brancos que entende que o racismo só pode ser finalmente removido pela subversão do sistema capitalista. Esta estratégia não implica

em dizer aos trabalhadores negros para esperarem pela revolução socialista. Como nós vimos, os revolucionários se envolvem completamente nas batalhas diárias contra o racismo.

Mas eles o fazem entendendo que não apenas o racismo tem suas raízes no capitalismo, mas que o capitalismo só pode ser derrotado por uma classe trabalhadora que tenha superado suas divisões raciais e se unido contra o inimigo comum. Os socialistas revolucionários não só são antirracistas por causa da obscenidade moral que o racismo representa, mas porque um movimento da classe trabalhadora que não enfrenta o racismo não poderá derrotar o capital. A classe trabalhadora, como nós vimos, é uma classe internacional: a expansão do capitalismo pelo globo criou um proletariado que também está espalhado pelo globo e que foi formado por imigrações de grande escala cruzando limites nacionais.

Demolir as barreiras raciais que esse processo ajudou a erguer entre grupos diferentes de trabalhadores é uma condição necessária de qualquer revolução socialista vitoriosa. É claro que isto não significa que o racismo simplesmente desaparecerá uma vez que ocorra uma revolução socialista. Marx mostrou que a sociedade socialista, *“que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista (...) apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede”*. [102] Ainda estaria manchada com a sujeira do passado, inclusive o racismo. Não obstante, a revolução socialista golpearia o racismo de um modo fatal. Há duas razões para isto. Primeiro, como vimos há pouco, só uma classe trabalhadora unida poderia fazer a revolução. O processo revolucionário debilitaria drasticamente as divisões raciais. Segundo, a criação de uma sociedade socialista iria, até mesmo em suas fases iniciais, envolver o desmantelando das estruturas materiais do capitalismo, responsáveis pela existência do racismo. A revolução dos trabalhadores seria assim o começo de um processo que, com o passar do tempo, faria do racismo apenas uma má recordação.

A revolução socialista e a libertação dos negros são inseparáveis. Desta perspectiva podemos ver por que as acusações de que o marxismo é “eurocêntrico”, feitas por radicais negros como Cedric Robinson, são equivocadas.

O marxismo realmente surgiu na Europa Ocidental em resposta ao aparecimento do capitalismo industrial, o modo capitalista de produção em sua forma desenvolvida. No centro da teoria de Marx estava a sua análise deste fenômeno sem precedente.

Em particular, no *Manifesto Comunista* e nos *Grundrisse* ele acentua o papel universalizante do capitalismo, o modo pelo qual arrastou a humanidade, por bem ou por mal, ao primeiro sistema social genuinamente global da história. Marx tinha clareza sobre os sofrimentos terríveis que isso exigiu, especialmente para os povos que hoje nós chamamos de Terceiro Mundo: *“a extirpação, escravização e a sepultura nas minas da população indígena [da América] (...) os princípios da conquista e pilhagem da Índia, e a conversão da África em uma reserva para a caça comercial de peles negras, são todas as coisas que caracterizam o amanhecer da era da produção capitalista”*. [103] Mas Marx argumentou que o aparecimento do sistema mundial capitalista criou as condições do que ele chamou de “emancipação humana” – uma revolução que, derrocando o capitalismo, assentaria a base para a abolição completa da exploração de classe e de todas as outras formas de opressão que dividem e mutilam a humanidade. Uma emancipação tão completa seria possível porque o capitalismo se fundamenta em uma classe universal, o proletariado, uma classe mundial formada por todos os povos do globo, que só poderia se libertar através de uma revolução internacional fundada nos interesses comuns dos explorados.

Esta concepção de emancipação humana é a base da política da tradição marxista revolucionária. Por exemplo, explica por que a Internacional Comunista foi, nos anos imediatamente após a revolução russa de outubro de 1917, o primeiro movimento socialista a se conceber como um movimento genuinamente global que unia a luta da classe trabalhadora industrial com a revolta

anti-imperialista das massas coloniais, a quem Lenin e os bolcheviques consideravam como os sujeitos da sua própria emancipação. Foi a mesma visão de emancipação humana que levou CLR James a unir-se à tradição socialista revolucionária – um compromisso que, quaisquer que tenham sido as peculiaridades da sua compreensão desta tradição, ele jamais abandonou [104] – e que manteve outros intelectuais negros radicais como WEB Du Bois em um diálogo criativo com o marxismo. Inclusive uma versão desta visão que havia sido degradada pelo stalinismo permitiu ao Partido Comunista dos EUA construir uma base significativa no Harlem durante os anos 30 (e ter uma influência importante na revolta de março de 1935), apesar da competição ferrenha de nacionalistas negros, principalmente os seguidores de Marcus Garvey, sobre a base de uma defesa intransigente da unidade de classe dos trabalhadores negros e brancos. [105]

As grandes rebeliões negras, da revolução haitiana à revolta de Los Angeles, são parte da tradição revolucionária que busca unir os movimentos pelo socialismo e pela libertação negra. A luta contra a opressão racial é parte indispensável do projeto socialista revolucionário. Porém, do mesmo modo, sem a vitória deste projeto, a luta contra o racismo não poderá alcançar o seu triunfo definitivo.

NOTAS:

1. A Hacker, *Two Nations*, Nova Iorque 1993, p.3. A força do livro de Hacker é a massa de evidência empírica que ele reúne ao documentar a situação lamentável dos negros no EUA, tanto no texto em si quanto nas 'Tabelas suplementares' ao término do livro (p 225-36). Para uma análise crítica ver D Roediger, 'The Racial Crisis of American Liberalism', *New Left Review*, 196, 1992. Quaisquer que sejam as falhas de Hacker, é escandaloso que o equivalente britânico mais próximo ao seu livro seja ainda D. Smith, *Racial Disadvantage in Britain*, Harmondsworth, 1977, baseado em pesquisas realizadas por Political and Economic Planning entre 1972 e 1975.
2. Ver A Sivanandan, *Communities of Resistance*, Londres 1990, cap. 4, para uma crítica devastadora do RAT.
3. Um exemplo anterior de 'pluralismo sócio-cultural' é o influente *Black British White British* de Dilip Hiro, publicado pela primeira vez em 1971: edição revisada, Londres 1992.
4. Para uma breve descrição do argumento marxista, ver A Callinicos, *The Fight against Racism*, Londres 1992.
5. Um bom exemplo é a esplêndida polêmica de Sivanandan, editor da publicação *Race and Class* e um dos intelectuais radicais negros mais influentes da Inglaterra, contra o que ele chama 'Hokum of New Times' [O Engano dos Novos Tempos], a capitulação ao pós-modernismo que foi praticamente o último suspiro da revista *Marxism Today*, atualmente defunta: 'Tudo que dissolve no ar é sólido', reimpresso em *Communities*.
6. C Robinson, *Black Marxism*, Londres 1983, pp. 2-3, 3-5.
7. *Ibidem*, pp.451, 244. O livro tem outros defeitos: seu estilo acadêmico pedante está relacionado, sem dúvida, ao misticismo mencionado no texto; a crítica de Robinson ao materialismo histórico se fundamenta ecleticamente em ex-marxistas poseurs como Jean Baudrillard e Cornelius Castoriadis e liberais anti-marxistas como Shlomo Avineri e Isaiah Berlin. Um outro intelectual radical negro, Cornel West, escreve muito melhor e é bastante aberto na hora de aceitar crenças religiosas – o que ele chama 'o pragmatismo profético cristão': ver *The American Evasion of Philosophy*, Londres 1989, cap. 6. Robert Young oferece uma versão filosoficamente mais sofisticada da crítica do eurocentrismo marxista in *White Mythologies*, Londres 1990.
8. Robinson, *Black Marxism*, p.82.
9. M Marable, *How Capitalism Underdeveloped Black America*, Hoston 1983, p.260.
10. P Fryer, *Staying Power*, Londres 1984, pp.165-90.

11. Rose et al., *Not in Our Genes*, Harmondsworth 1984, pp.126-7.
12. Z Bauman, *Modernity and the Holocaust*, Cambridge 1991, pp- 62-3, 65.
13. FM Snowden Jnr., *Blacks in Antiquity*, Cambridge Mass. 1970, pp.182-3.
19. S Herrin, *The Formation of Christendom*, Oxford 1987, p.8.
20. H Arendt, *The Origin of Totalitarianism*, Londres 1986, p.7.
21. Bauman, *Modernity*, p.35. As tensões que cercavam a posição dos na Europa prémoderna estavam, de fato, relacionados intimamente à sua posição econômica peculiar, frequentemente como os principais praticantes do comércio em sociedades predominantemente agrárias: ver A Leon, *The Jewish Question*, Nova Iorque 1970, esp. cap. III e IV.
22. Arendt, *Origins*, p.87
23. Fryer, *Staying Power*, p.134.
24. D Hume, *Essays, Moral, Political, and Literary*, Indianapolis 1985, pp.629-30. Hume diminuiu um pouco o racismo desta passagem em sua versão final: ver *ibid.*, p.208 n. 10.
25. R Blackburn, *The overthrow of Colonial Slavery 1776-1848*, Londres 1988, Introdução.
26. B Williams, *Capitalism and Slavery*, Nova Iorque 1961, p.6.
27. Blackburn, *Overthrow*, p.11.
28. R I Fields, 'Slavery, Race and Ideology in the United States of America', *New Left Review* 181, 1990, p. 102.
29. *Ibid.*, pp.102-3.
30. *Ibid.*, p. 105.
34. Marx, *Grundrisse*, Harmondsworth 1973. p.507.
35. Marx, *Capital Vol.1*, pp.279-80.
36. Fields, 'Slavery', p.114
37. Fryer, *Staying Power*, p.134.
38. Ver a interessante discussão de Chris Hitchens sobre o papel de Kipling como 'o Bardo do Império' in *Blood, Class and Nostalgia*, Londres 1990, cap.3.
39. Fryer, *Staying Power*, p.190.
40. M Barker, *The New Racism*, Londres 1981. Ver também, por exemplo, P Gilroy, *There Ain't No Black in the Union Jack*. Londres 1987, cap. 2.
41. Ver Rose et al., *Not in Our Genes* para uma crítica desta e outras ideias relacionadas.
42. A exemplo notável é a discussão de D. Hiro sobre os afro-caribenhos: ver *Black British*, pp.22-5.
43. O marxista sul-africano Neville Alexander desenvolve uma importante crítica do conceito de etnicidade em seu livro (escrito com o pseudônimo No Sizwe) *One Azania One Nation*, Londres 1979.
44. E J Hobsbawm, *The Age of Capital 1848-1875*, Londres 1977, p.228; ver em geral *ibid.*, cap. 11.
45. Ver S Castles and G Kosack, *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Londres 1973.
46. Ver J Rollo, 'Immigrant Workers in Western Europe', II, *International Socialism*, 1:97, 1977.
47. Marx e Engels, *Selected Correspondence*, Moscou 1965, pp. 236-7.
48. M Davis, *Prisoners of the American Dream*, Londres 1986, cap. 1.
49. P Foner, *Organized Labor and the Black Worker 1619-1981*, Nova Iorque 1981, cap. 1. De fato há complicações adicionais à relação entre competição econômica e divisões raciais. Por um lado, as diferenças econômicas e étnicas entre grupos de trabalhadores necessariamente não conduzem a antagonismos raciais de grande escala: nos EUA, por exemplo, a divisão negros-brancos normalmente tem prevalecido sobre outras tensões. Por outro, as tensões econômicas

não têm que ser entre grupos diferentes de trabalhadores: considere, por exemplo, os choques entre lojistas coreanos e os latinos pobres durante a rebelião de Los Angeles.

50. WEB du Bois, *Black Reconstruction in America 1860-1880*, Nova Iorque 1969, pp. 700-1. Esta explicação pode ser mal utilizada. Para um exemplo ver D Roediger, *The Wages of Whiteness*, Londres 1991, e a resenha crítica de Paul D'Amato, "US Rulers Divided Both to Conquer Each", *Socialist Worker*, Chicago November 1991.

53. B Anderson, *Imagined Communities*, Londres 1983, pp.15-16. Anderson, porém, destaca o que ele vê como as diferenças entre nacionalismo e racismo: "O xis da questão é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, enquanto o racismo sonha com contaminações eternas, transmitidas desde as origens do tempo por uma sucessão infinita de copulações repugnantes: fora da história". (Ibid., p.136). É sem dúvida verdade que, como nós vimos, a ideologia racista concebe a raça (ou mais recentemente, a etnicidade) como um destino inevitável. O argumento de Anderson, não obstante, não leva em conta o modo pelo qual, nas últimas recentes décadas, a ideia da cultura nacional se tornou uma das razões principais usadas para justificar, por exemplo, controles de imigração mais rígidos: considere-se, por exemplo, o apelo infame de Thatcher aos temerosos de serem "inundados por pessoas com uma cultura diferente", discutido acima. Também ver Gilroy, *Ain't No Black*, pp. 44 e seguintes.

54. E Hobsbawm, *The Age of Empire 1875-1914*, Londres 1987.

55. Ver E O Wright et al., *Reconstructing Marxism*, Londres 1992, pp 63-7, para uma crítica útil da ideia, defendida por sociólogos como Anthony Giddens, de que explicar o racismo a partir dos "efeitos benéficos ao capitalismo" por causa das suas "consequências para a falta de unidade da classe trabalhadora (dividir e conquistar)" é um insustentável argumento "funcionalista".

89. L Sustar, "The Fire Last Time", *Socialist Worker*, Chicago Maio 1992.

90. C Harman, 'The Summer of 1981: A Post-Riot Analysis', *International Socialism*, 2:14, 1981, p.14.

91. Hiro, *Black British*, p. 90.

92. Fryer, *Staying Power*, pp. 203-46.

93. Ver E Foner, *Reconstruction*, Nova Iorque 1988, especialmente cap. 7, e L Sustar, 'Racism and Class Struggle in the American Civil War Era', *International Socialism*, 2:55 1992.

101. P Piratin, *Our Flag Stays Red*, Londres 1978, cap. 3.

102. Marx e Engels, *Collected Works*, 1975-, XXIV, p. 85.

103. Marx, *O Capital*, vol.I, p. 915.

104. Ver A Callinicos, *Trotskyism*, Milton Keynes 1990, pp.61-6, e Shawki, "Black Liberation", pp. 58-68.

105. M Naison, *Communists in Harlem during the Depression*, Nova Iorque 1983, especialmente Parte I.